



II Sem IC
Semana de Iniciação Científica



PROGRAMAÇÃO

Apresentação de Pôster: hall do bloco A

14h às 15h30: Medicina e Odontologia.

16h às 17h30: Medicina Veterinária.

18h30 às 19h30: Direito.

20h às 21h: Enfermagem.

Apresentação Oral: sala 205 do bloco B

13h: Medicina e Medicina Veterinária.

19h: Enfermagem.

20h: Direito.



RELAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS PÔSTERES – MEDICINA E ODONTOLOGIA

1. INDUÇÃO ANESTÉSICA EM PEDIATRIA

NEVES, Kleiton; NETO, José Walter Pereira

2. CONHECIMENTO DO HPV POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE E ALUNOS DE ENSINO SUPERIOR – MUNICÍPIO DE VALENÇA

REIS, A. C. C.; ALMEIDA, A. F.; VAZ, G. L.; COSTA, R. S.

3. PREVALÊNCIA DO TABAGISMO E PERFIL DOS TABAGISTAS ENTRE OS ESTUDANTES DA ÁREA DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO DOM ANDRÉ ARCOVERDE – VALENÇA-RJ

CONCEIÇÃO, C. O. ; FERNANDES, J. .R. R.; GUIMARÃES, M. B.; LIMA, G. F.; MORAES, L. F. H. C.

4. LIPOMA GIGANTE DE COXA

BATISTA, A.B.E.; BATISTA, A.L.E.; BATISTA, C.A.M.; LEITE, G.F.; PAULA, J.F.

5. OBSTRUÇÃO INTESTINAL POR ENDOMETRIOSE

BATISTA, A.B.E.; BATISTA, A.L.E.; BATISTA, C.A.M.; LEITE, G.F.; PAULA, J.F.

6. SÍNDROME DE Mc KITTRICK-WHEELOCK

BATISTA, A.B.E.; BATISTA, A.L.E.; BATISTA, C.A.M.; LEITE, G.F.; PAULA, J.F.

7. ÚLCERA DE MARJOLIN

BATISTA, A.B.E.; BATISTA, A.L.E.; BATISTA, C.A.M.; LEITE, G.F.; PAULA, J.F.

8. HÉRNIA DE SPIEGEL

BATISTA, A.B.E.; BATISTA, A.L.E.; BATISTA, C.A.M.; LEITE, G.F.; PAULA, J.F.

9. OBSTRUÇÃO INTESTINALPOR DIVERTICULITE DE MECKEL

BATISTA, A.B.E.; BATISTA, A.L.E.; BATISTA, C.A.M.; LEITE, G.F.; PAULA, J.F.

10. VARIAÇÃO ANATÔMICA DO VENTRE ANTERIOR DO MÚSCULO DIGÁSTRICO

Messias ; Medeiros- Jr, J. L; Petrillo, D; Neto-Ferreira, R; Fortes,M.M.P.

11. FATORES QUE LEVAM OS ADOLESCENTES AO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

GUEDES, Gabriela Rocha; OLIVEIRA, Marcela Pereira.

12. O PROCESSO ENSINO -PESQUISA –EXTENSÃO EM CENÁRIOS DE PRÁTICA

Ariane Fonseca Almeida, Gabriela Rocha Guedes, Anna Carolina Costa dos Reis, Isadora Oliveira Furtado, Célia Saldanha

13. ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS: UMA ANÁLISE CRONOLÓGICA

LEITE, A. F.; NASCIMENTO, D. K. R.

14. ATUAÇÃO NO PROGRAMA PET SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DO CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS COM ADOLESCENTES

PALADINO, V. M.; BABINSKI, C. G.; TAVARES, A. A. A. C. TAVARES.

15. PROTOCOLO DE LIMPEZA PÓS CONDICIONAMENTO DE UMA CERÂMICA DE DISSILICATO DE LÍTIO: INFLUÊNCIA NA RESISTÊNCIA MECÂNICA DE COROAS.

PAIVA, B.S.; COTES, C.; KIMPARA, E.T.P.; ZOGHEIB, L.; TAVARES, A.C.; PECORARO, P.; NATAL, R.

16. ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DOS CANALIS SINUSUS POR TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FEIXE CÔNICO.

REIS, V.F.; AZEVEDO, A.R.; COSTA, L.S.B.; KREJCI, L.; PECORARO, P.

17. AVALIAÇÃO DO GRAU DE CONHECIMENTO DOS MÉDICOS E CIRURGIÕES DENTISTAS QUANTO À RELAÇÃO DA OSTEONECROSE DOS MAXILARES ASSOCIADO AO USO DO ALENDRONATO DE SÓDIO NO MUNICÍPIO DE VALENÇA/ RJ.

COUTINHO, T.R.; KREJCI, L.; PECORARO P.

18. DSD EM PRÓTESE TOTAL – O ESTADO DA ARTE. RÍMULO, D.; VALADÃO, A.; SILVA, M.F.

19. MANIPULAÇÃO TECIDUAL EM IMPLANTODONTIA.

MAGALHÃES, N.C.; JARDIM; J.C.M.

20. VARIAÇÕES ANATÔMICAS DO CANAL MANDIBULAR IDENTIFICADAS POR MEIO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA.

FREITAS, P.S.; GRACIOSA, L.K.S.; MARQUES, A.P.; AGUIAR, M.F.



RELAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS PÔSTERES – MEDICINA VETERINÁRIA

1. FRATURA EXPOSTA DA TUBEROSIDADE COXAL EM BOVINO E TÉCNICA CIRÚRGICA: RELATO DE CASO

SEABRA, F.P.B.; BRUST, L. A.C.; CONCEIÇÃO, J. H.S.

2. MORTE SÚBITA DE FITOPLÂNTON EM AQUICULTURA DE ÁGUA DOCE:

RELATO DE CASO

GUELERE, M.; RIBEIRO, S. M.

3. UROLITÍASE DE VESÍCULA URINÁRIA EM CADELA: RELATO DE CASO

SANTOS, B. V. P. P.; SILVA, J. F. O. MENCALHA, R. M.

4. FREQUÊNCIA DE CIATOSTOMÍNEOS EM CAVALOS DE TRAÇÃO ATENDIDOS PELO PROJETO CARROCEIRO DURANTE O PERÍODO DE JULHO A SETEMBRO DE 2014

CARVALHO, T. K.; PETRILLO, V.; RAMOS, C. D; ESPÍNDOLA, G. F.; SILVA T.; CARVALHO, A. C. F.; HENRIQUES, M.; BATISTA, L. C. S. O

5. ENDOCARDIOSE VALVULAR EM CÃO: RELATO DE CASO

DELPHINO, T. S.; AZEVEDO, S. C. S.; LIMA, A. M.

6. O CHOQUE NA EVOLUÇÃO CLÍNICA DA SÍNDROME CÓLICA EQUINA: RELATO DE CASO

AQUINO-ALMEIDA, P. M.; MENCALHA, R.; HENRIQUES, M. O.

7. RELAÇÃO AO CUSTO BENEFÍCIO DO ECG NO PROTOCOLO DE IATF DE FÊMEAS NELORE

PASOLINI R.; FERREIRA, J. E.

8. CARCINOMA EPIDERMÓIDE BILATERAL NA BASE DO CHIFRE – RELATO DE CASO

VENUTO, T. V. L.; BRUST, L. A. C.; CALDAS, S. A.

9. PROBLEMA DE CASCO EM BOVINOS: ESTUDO DE UM CASO DA RAÇA JERSOLANDO

POTENGY, A. L. R.; CONCEIÇÃO, J. H. S.

10. CÁLCULO VESICAL EM CÃES

SOUZA, L. C. S.; PINHO, W. R.

11. ATRESIA ANAL ASSOCIADA À FÍSTULA RETO-VAGINAL EM BEZERRA:

RELATO DE CASO

PEREIRA, K. L.; CALDAS, S. A.; SACRAMENTO, J. H. C.

12. ESTUDO RETROSPECTIVO DAS NEOPLASIAS ANALISADAS PELO LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA DA FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA DE VALENÇA, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2009 E 2014

BARBOSA, P.H.R.; NETO-FERREIRA, R; ARAGÃO, A.

13. DISCOESPONDILITE EM UM CÃO: RELATO DE CASO

MASCARENHAS, H. D. S.; AZEVEDO, S.C.S.; ALMEIDA, J. F. S.

14. DINÂMICA OVARIANA EM VACAS MAGRAS NA CONDIÇÃO DE ANESTRO

DIAS, L. D.; NETO, J. R. M. A.

15. CARCINOMA EPIDERMÓIDE DE TERCEIRA PÁLPEBRA E DA ESCLERA BILATERAIS EM BOVINO – RELATO DE CASO

MACIEL, T. A.; CONCEIÇÃO, J. H. S.; CALDAS, S. A.

16. OCORRÊNCIA DE PARASITAS GASTRINTESTINAIS EM PRIMATAS CRIADOS NO ZOOLOGICO MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA-RJ

PINHEIRO, L. A. S.; BATISTA, L. C. S. O.; LOPES, B. B.

17. PARASITISMO POR *Diocotophyma renale* EM CÃO NO MUNICÍPIO DE VALENÇA/RJ: RELATO DE CASO.

ZACARON-MARQUES, L.; ABDALLA-FERRAZ, B.; BATISTA, L. C. S. O.; MENCALHA, R.



RELAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS PÔSTERES – ENFERMAGEM

1. COBERTURA DA REALIZAÇÃO DO EXAME COLPOCITOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE VALENÇA- RJ

BRAZ, Márcia Ribeiro; GALDINO, Cíntia Valéria; PAULA, Karina Couto; SILVA, Marília Murat

2. CONVERSANDO COM A MULHER VALENCIANA

BRAZ, Márcia Ribeiro; CAVALCANTI, Paula Cristina da Silva; GALDINO, Cíntia Valéria

3. CONSULTA DE ENFERMAGEM NA PUERICULTURA: UM DESAFIO PARA O ENFERMEIRO.

FRANCO, Fabiana Oliveira; OLIVEIRA, Marcela Pereira; SANTOS, Fabiana Pereira dos.

4. O CONHECIMENTO DO ENFERMEIRO SOBRE PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO NA ATENÇÃO BÁSICA

BRAZ, Márcia Ribeiro; CONCEIÇÃO, José Paulo Santos; MEDEIROS, Mariane Mattos da Silva; RODRIGUES, Lília Marques Simões

5. MANEJO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA

BRAZ, Márcia Ribeiro; GALDINO, Cíntia Valéria; NASCIMENTO, Juliana C.; PAULA, Cristiane N.; SANTOS, Glauce E.

6. MORTE INFANTIL: SENTIMENTOS DESPERTADOS NA EQUIPE DE ENFERMAGEM

MOREIRA, Cristiane Maria da Silva Henrique; FREITAS, Gleide Cristina Cortez de; CAVALCANTI, Paula Cristina da Silva; BRAZ, Márcia Ribeiro.

7. PREVALÊNCIA DO SOBREPESO ENTRE ACADEMICOS DA ENFERMAGEM DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA - CESVA

BRAZ, Márcia Ribeiro; GALDINO, Cíntia Valéria; MAGALHÃES, Jessyca dos Santos; TAVARES, Deusa Nogueira de Paula.

8. ALEITAMENTO MATERNO E O DESMAME PRECOCE: uma contribuição da enfermagem

MENDONÇA, Karla Campos; SILVA, Monique Vaz Almeida da; BRAZ, Márcia Ribeiro; OLIVEIRA, Marcela Pereira.

9. SEGURANÇA DO PACIENTE: QUEDA NA UNIDADE HOSPITALAR

BRAZ, Márcia Ribeiro; GALDINO, Cíntia Valéria; MIRANDA, Germano Vieira; BARROS, Paulo Eduardo de.

10. PREVENÇÃO DO PÉ DIABÉTICO NO MUNICÍPIO DE VALENÇA: UMA CONTRIBUIÇÃO DA ENFERMAGEM

BRAZ, Márcia Ribeiro; FABIANO, Glaucia Regina Lauriano; OLIVEIRA, Priscila Menezes de Mello; SILVA, Ana Paula Ribeiro Marques

11. O CUIDADO DE ENFERMAGEM COM FOCO NAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SOFRIMENTO PSÍQUICO. COSTA, Josie Lourdes; NEVES, Mariana Moreira; BRAZ, Márcia Ribeiro.



RELAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS PÔSTERES – DIREITO

1. DIGNIDADE HUMANA NA SOCIEDADE

CONSTANÇA VILLABOIM;

2. TERRA PROMETIDA. DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS

MARCOS PAULO OLIVEIRA SANTANA

3. LIBERDADE RELIGIOSA À LUZ DO PRINCÍPIO DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

JACQUELINE ÁVILA NATAL PINHO

4. O TESTAMENTO VITAL SOBRE A ÓTICA DO ORDENAMENTO BRASILEIRO

GEÍSA LAUREANO FERRAZ E THAYANI INOCÊNCIO PORTO

5. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL - A RELEVÂNCIA E OS EFEITOS PARA O INQUÉRITO POLICIAL E A PERSECUÇÃO PENAL

ARMANDO RODRIGUES DA COSTA JUNIOR

6. UMA LUZ SOBRE A EUTANÁSIA

LUCAS PINHEIRO GARCIA

7. DIREITOS FUNDAMENTAIS – RAMIFICAÇÃO NA DIVERSIDADE RELIGIOSA

LUCILENE APARECIDA DA SILVA GARDIM

8. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

OTTO PEREIRA MATTHEIS CRUZ

9. A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AOS CRIMES DE PECULATO: CONSIDERAÇÕES DOCTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS

LESSÍRIA GOMES SANTANA

10. A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

PAULO CESAR KOENIGKAM

11. A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E A POLITIZAÇÃO DA JUSTIÇA: DUAS FACES DA MESMA MOEDA?

JOEL SOUZA DA SILVA JUNIOR

12. (IN) TOLERÂNCIA OU (IN) COERÊNCIA?

AMAURI GONÇALVES FERNANDES

13. EUTANÁSIA E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

ANDRESSA MARTINS FERREIRA, MARIA CAROLLINA SOARES
GUIMARÃES

**14. RELAÇÃO ENTRE CINEMA E ESTADO NO INTERVALO DEMOCRÁTICO
(1946-1964)**

NICOLLY DA SILVA BARBOSA

15. DIREITOS HUMANOS, UM TEMA OBSCURECIDO PELO SENSO COMUM

PATRICK DE ALMEIDA SAIGG

**16. CRÍTICA AO MORALISMO PRINCIPIOLÓGICO NO JUDICIÁRIO
BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

SAMIRA COSTA ARCANJO

**17. A DISPOSIÇÃO FÍSICA DA SALA DE AUDIÊNCIAS: A PROXIMIDADE
DOS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO E
SEUS REFLEXOS SOBRE O DEVIDO PROCESSO LEGAL**

MÁRCIA BERIÃO CESAR

**18. O DIREITO À CULTURA E SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS À LUZ DA
JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

ANNA CAROLINA CHAVES VICTORINO CARVALHO

19. DIREITO A VOZ

DOUGLAS FERREIRA VEIGA

20. SURGIMENTO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

GÉSSICA CADINHA NUNES LEITE E RENAN CADINHA SANT'ANA

**21. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA JURIPRUDÊNCIA DOS
TRIBUNAIS BRASILEIROS**

LETÍCIA MIRANDA FERREIRA



**APRESENTAÇÃO ORAL
MEDICINA VETERINÁRIA E MEDICINA**

13:00 - AVALIAÇÃO DA CONTAMINAÇÃO POR MRSA - Staphylococcus aureus RESISTENTE A METICILINA DE ESTETOSCÓPIOS DOS PROFISSIONAIS DO HELGJ

Elizabeth Valente, Arthur Alves Teixeira, Bruno Maciel Risola, Herval Pozzetti Dias Netto, Maelcio Silva de Andrade, Claudio Cesar Cirne-Santos

13:10 - PREVALÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO RELACIONADAS ÀS PATOLOGIAS UTERINAS DIAGNOSTICADAS NO HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI, DA FACULDADE DE MEDICINA DE VALENÇA-RJ NO PERÍODO DE 1989 A 1993.

Mateus de Oliveira Reis, Nayrton Kalys Cruz dos Anjos, Sebastião Célio Horta Coelho Filho e Thiago Sande Miguel, Veronica Clemente Villar Martini

13:20 - A IMPORTÂNCIA DO PROJETO CARROCEIRO PARA SAÚDE DOS EQUINOS DE TRACÇÃO DO MUNICÍPIO DE VALENÇA-RJ

RAMOS, C. D.; CARVALHO, T. K.; PETRILLO V.; ESPÍNDOLA, G. F.; SILVA T.; CARVALHO, A. C. F.; HENRIQUES, M.; BATISTA, L. C. S. O

13:30 - LEVANTAMENTO DE HELMINTOSES EM EQUIDEOS DE TRACÇÃO DO MUNICÍPIO DE VALENÇA, RJ ATENDIDOS PELO PROJETO CARROCEIRO NO PERÍODO DE MARÇO À NOVEMBRO DE 2013

SILVA, T.; RAMOS, C. D.; ESPÍNDOLA, G. F.; HENRIQUES, M. O.; BATISTA, L. C. S. O.

13:40 - PREVALÊNCIA DE HELMINTOS GASTRINTESTINAIS DE EQUINOS DE TRACÇÃO DA CIDADE DE VALENÇA RJ, ATENDIDOS PELO PROJETO CARROCEIRO DURANTE O PERIODO DE JULHO A SETEMBRO DE 2014

ESPÍNDOLA, G. F.; SILVA T; FOLLY, A. C.; HENRIQUES, M.; BATISTA, L. C. S. O

13:50 - DIAGNÓSTICO DA ADEQUAÇÃO DE PROPRIEDADES LEITEIRAS EM VOLTA GRANDE – MG ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE QUALIDADE DO LEITE

DIAS, M. R.; NETO, J. R. M. A.



APRESENTAÇÃO ORAL ENFERMAGEM

19:00 - DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA: O DIREITO DA MULHER A MAMOGRAFIA

BRAZ, Márcia Ribeiro; FARIAS, Flávia Fulgencio; OLIVEIRA, Ana Gabriella Bastos.

19:10 - CONTAMINAÇÃO DE TELEFONES CELULARES DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

BRAZ, Márcia Ribeiro; CARVALHO, Elisabeth Valente; REIS, Luiz Eduardo dos; SILVA, Wagner.

19:20 - CUIDADOS PALIATIVOS: PERSPECTIVAS DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

OLIVEIRA, Ana Lina de; CORRÊA, Fernanda Ferreira; BELARMINO, Patrícia Cristina. BRAZ. Márcia Ribeiro. CAVALCANTI, Paula Cristina da Silva.

19:30 - HEMOTERAPIA: UM DESAFIO NO COTIDIANO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM

AMARAL, Júlio Henrique da Silva, BRAZ, Márcia Ribeiro, NUNES, Robson Luiz da Silva, RODRIGUES, Lília Marques Simões

19:40 - ASPIRAÇÃO DE VIA AÉREA ARTIFICIAL: UMA CONTRIBUIÇÃO DA ENFERMAGEM

BRAZ, Márcia Braz, MEDEIROS, Jackeline de Castro, RODRIGUES, Lilia Marques Simões Rodrigues.



APRESENTAÇÃO ORAL DIREITO

20:00 - A LEGITIMIDADE DE INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA DISCRICINARIEDADE DO PODER EXECUTIVO NO DIREITO SOCIAL À SAÚDE E SUA NECESSÁRIA MANIFESTAÇÃO QUANTO A QUESTÓES DE RECONHECIDA REPERCUSSÃO GERAL COMO MEIO DE PROVER A SEGURANÇA JURÍDICA.

THALISSA CORRÊA DE OLIVEIRA

20:10 - ABANDONO AFETIVO NA VISÃO DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS
AGUINALDO GUEDES

20:20 - O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O JULGAMENTO DE CRIMES CONTRA A HUMANIDADE PRATICADOS DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

FABIO SOARES RAMOS

20:30 - CONSTITUCIONALISMO ÀS AVESSAS: UMA VISITA AO PERÍODO IMPERIAL BRASILEIRO

PATRICK PENEDO AMARAL

20:40 - A REVISÃO DA LEI DE ANISTIA, À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: UM DIREITO À VERDADE E À JUSTIÇA

LÍGIA SILVA DE SÁ

MEDICINA

INDUÇÃO ANESTÉSICA EM PEDIATRIA

NEVES, Kleiton¹
NETO, José Walter Pereira²

Controlar ou evitar a dor em pacientes é uma obrigação do médico relacionado principalmente aos princípios humanísticos e éticos. Em se tratando de pacientes de pediatria os desafios para a realização de procedimentos de urgência com a analgesia em pronto atendimento ou de indução anestésica são sempre mais complexos por ser um público alvo com especificidade própria. Geralmente são crianças agitadas e não cooperativas devido ao contexto de dor em que se encontram e ao ambiente hospitalar e com a presença de desconhecidos. O tratamento da dor proporciona o bem estar da criança adoecida contribuindo para maiores possibilidades de sucesso nos procedimentos invasivos. Sabe-se da necessidade do atendimento diferenciado que a situação exige. Aos pacientes e aos pais é importante um atendimento principal de controle da dor em que se livre do sofrimento que está submetida à criança. Levando-se em consideração que a sedação deve ser adaptada a cada criança e a cada caso, deve-se abordar a melhor maneira de desenvolver um protocolo que facilite uma correta seleção do medicamento a ser utilizado, como será feita a administração e a monitorização a fim de melhorar a qualidade da sedação e de subsidiar a decisão pela necessidade da indução anestésica reduzindo efeitos colaterais. Neste sentido o conhecimento sobre os fármacos sedativos e analgésicos, bem como suas reações adversas é obrigatório para qualquer pediatra. O objetivo do presente estudo foi realizar um levantamento bibliográfico sobre a analgesia e a indução anestésica em pediatria. Trata – se de um levantamento bibliográfico sobre analgésica em pediatria, nos principais sítios de pesquisa de internet (SCIELO, Biblioteca virtual em saúde, CAPES periódicos, PUBMED e MEDLINE). A busca foi realizada com data limite dos últimos 16 anos utilizando como descritores: pediatria, analgesia e indução anestésica. Foram identificados 09 artigos relacionados à temática de interesse, onde foram revisadas as drogas mais utilizadas na analgesia e na indução anestésica. Observa – se na literatura a preocupação com a identificação e utilização de fármacos que apresentem um efeito desejado de indução anestésica mais duradoura e que apresentem menos reações adversas a este público, que como já descrito acima apresentam suas próprias especificidades. Importante enfatizar que se que é preciso continuar as pesquisas para que se consiga chegar ao consenso da medicação melhor utilizada na especificidade da pediatria. **Palavras- Chave:** Pediatria, Analgesia ; Indução anestésica;

1_ Professor Mestre em Pediatria da Faculdade de Medicina de Valença

2_ Acadêmico do 9º Período da Faculdade de Medicina de Valença

CONHECIMENTO DO HPV POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE E ALUNOS DE ENSINO SUPERIOR – MUNICÍPIO DE VALENÇA

REIS, A. C. C.; ALMEIDA, A. F.; VAZ, G. L.; COSTA, R. S.

Introdução: O HPV é transmitido por meio do contato direto com a pele infectada, através das relações sexuais, podendo ocasionar lesões na vagina, no colo do útero (BRASIL, 2006). Apesar de haver iniciativas voltadas a saúde da mulher como o exame Papanicolau, com facilidade de acesso e gratuito as mulheres ainda são consideradas um grupo altamente vulnerável às DST e ao câncer de colo de útero. Sendo assim há a necessidade de campanhas educativas urgentes que possam suprimir a falta de informação, tornando os jovens menos propensos a contaminação pelo HPV, ao câncer de colo do útero e outras DST (SILVEIRA, ET AL., 2012). As limitações presentes a respeito do HPV podem repercutir sobre as formas de consideração da prevenção – que merecem esclarecimentos, então é importante conhecer o HPV e os agravos associados, emergindo um novo desafio no âmbito da saúde pública. Dessa forma, sente-se uma necessidade de pesquisar o entendimento dos alunos e profissionais de saúde de uma instituição de ensino a respeito do HPV, uma vez que a informação é a principal base da prevenção em saúde. **Objetivo:** Analisar o conhecimento de profissionais médicos e não médicos, alunos da medicina e alunos de outros cursos a respeito do HPV. **Metodologia:** Este trabalho é um estudo descritivo com abordagem qualitativa dos dados. Será realizado no Município de Valença – RJ, que conta com uma população de 70.850 habitantes. A população será constituída por 50 médicos, 50 profissionais não médicos, 100 alunos da medicina e 100 alunos de outros cursos da Fundação Dom André Arcorverde – FAA, totalizando 300 participantes. O projeto será enviado ao Comitê de Ética da Faculdade de Medicina de Valença. Após aprovação, será aplicado um questionário estruturado com 15 questões. Este questionário será aplicado na Faculdade de Medicina de Valença e no Hospital Luiz Giosef Jannuzzi pelas alunas de medicina que participam do projeto. **Resultados:** Com a finalidade atender aos objetivos da pesquisa e permitir o fácil entendimento dos dados coletados, os resultados foram categorizados em 4 variáveis analíticas: perfil dos entrevistados, conhecimento dos profissionais de saúde e alunos do ensino superior sobre o HPV, conhecimento dos profissionais de saúde e alunos do ensino superior sobre a relação do HPV com o câncer de colo do útero, conhecimento dos profissionais de saúde e alunos do ensino superior a respeito da vacina contra o HPV. A população total que aceitou participar do estudo foram 269, no qual 100 foram estudantes de medicina, 100 outros alunos não da medicina, 50 funcionários da Fundação André Arcorverde e 19 professores/ medicina. Verificou-se que dos 100 universitários do curso de medicina 44% eram do sexo masculino e 56% do sexo feminino, sendo que a faixa etária predominante foi dos 17 aos 25 anos com 64%. Já em relação aos 100 estudantes não médicos 27% eram do sexo masculino e 73% do sexo feminino, sendo que a faixa etária predominante foi também dos 17 aos 25 anos com 67%. **Conclusão:** Os resultados parciais indicaram que a maioria dos entrevistados tem conhecimento acerca do Vírus do Papiloma Humano, sua etiologia, bem como sua forma de transmissão e prevenção. As porcentagens relativas às respostas dadas pelos alunos da medicina e professores atenderam as expectativas do estudo realizado. Por outro lado, percebe-se que ainda há

um déficit de conhecimento por parte dos funcionários e alunos de outros cursos. Dessa forma, é evidente a necessidade de intervenções educativas para promover informações corretas sobre o HPV. Para isso, o conhecimento a respeito do vírus deve ser transmitido não apenas visando uma parcela da população, mas sim garantindo que todas as classes possuam acesso e entendimento de tais informações.

PREVALÊNCIA DO TABAGISMO E PERFIL DOS TABAGISTAS ENTRE OS ESTUDANTES DA ÁREA DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO DOM ANDRÉ ARCOVERDE – VALENÇA-RJ

CONCEIÇÃO, C. O. ; FERNANDES, J. .R. R.; GUIMARÃES, M. B.; LIMA, G. F.; MORAES, L. F. H. C.

Resumo: Este estudo se propõe a obter a prevalência do tabagismo e sua associação com o álcool entre os estudantes da área de saúde da Fundação Dom André Arcoverde. Pretende-se colocar em relevância o fato de que, mesmo cientes de seus malefícios, os estudantes de medicina, odontologia e enfermagem insistem em fazer uso do cigarro. Tais dados, portanto, podem ser usados em pesquisas e estudos futuros, bem como para direcionamento de campanhas antitabagistas. É esperado que exista uma grande prevalência de tabagistas ou de estudantes que já tiveram o contato com o tabaco na área de saúde, o que tenta nos mostrar que mesmo com todo o conhecimento sobre o risco e os males do tabaco, os estudantes continuam a fazer o uso da substância, usando como principal justificativa o estresse causado pela dificuldade do curso e em alguns casos, a distância de sua casa e de suas famílias, aumentando também o estresse diário e a busca em algo para confortá-los. Também esperamos uma alta associação entre o uso de tabaco e do álcool, onde pessoas não dependentes fazem o uso de cigarro apenas quando fazem uso de álcool concomitantemente. Assim sendo, esse trabalho pretende avaliar a prevalência do tabagismo entre os estudantes da área de saúde da Fundação André Arcoverde no período estudado, levando em conta os diferentes cursos e períodos analisados, e avaliar também, a correlação entre o conhecimento sobre os malefícios do cigarro e o tabagismo, além de traçar os perfis característicos dos tabagistas, correlacionando, ou não, a dificuldade do curso universitário, ao stress advindo da saída da casa dos pais e do período de avaliações durante o curso. A pesquisa será realizada através de uma abordagem direta através de um questionário em uma pesquisa de campo, a fim de verificarmos a prevalência e a incidência de estudantes da área de saúde ao tabagismo e também correlacioná-los com o uso de drogas ilícitas, pais tabagistas, álcool e a dificuldade de seu curso. Questionamos quanto ao sentimento de culpa e a real vontade de parar com o tabagismo. Enquanto procedimento, o trabalho será realizado através de uma observação direta com um questionário estruturado, pois assim conseguiremos correlacionar o tabagismo com todas as suas variáveis de influência. A pesquisa será feita com um questionário estruturado que será passado em todas as turmas das faculdades de medicina, odontologia e enfermagem da Fundação Dom André Arcoverde situada na cidade de Valença, Rio de Janeiro. Através deste questionário conseguiremos avaliar e classificar os tabagistas nos cursos da saúde. O material coletado juntamente com a sua análise será organizado em relatório de pesquisa em um artigo que

se pretende construir. Após toda a coleta dos dados através do questionário estruturado, esperamos obter resultados que nos confirme o aumento da prevalência de tabagistas nos cursos da área da saúde. Procuramos identificar também todos os fatores que podem influenciar nesses dados, esperando uma relação direta com o álcool e o uso de drogas ilícitas.

Palavras Chaves: Prevalência, Estudantes, Perfil, Tabagismo.

Aprovação pelo CEP: Número do Parecer: 791.472. Data da Relatoria: 04/09/2014.

LIPOMA GIGANTE DE COXA

BATISTA, A.B.E.; BATISTA, A.L.E.; BATISTA, C.A.M.; LEITE, G.F.; PAULA, J.F.

INTRODUÇÃO: O lipoma é uma neoplasia mesenquimal muito comum. É o tumor de partes moles mais frequentemente encontrado. Normalmente é uma tumoração única, de consistência amolecida, móvel, indolor e com tamanho variando de 0,5 a 5 cm de diâmetro. Os lipomas gigantes são raros e se caracterizam por medir, no mínimo, 10 centímetros em uma das dimensões ou pesar ao menos 1.000 gramas. O diagnóstico do lipoma é feito pelo exame físico e através de exames de imagem. O tratamento é cirúrgico e depende da localização e tamanho. **OBJETIVO:** Relatar um caso de lipoma gigante de coxa esquerda, com 34 anos de evolução, diagnosticado e tratado em Valença/RJ. **RELATO DO CASO:** MC, 49 anos, relatou que há aproximadamente 34 anos começou a apresentar pequena tumoração indolor, de consistência amolecida, de crescimento lento e progressivo em face anterolateral de coxa esquerda, assintomática, sendo que nos últimos quatro anos esta apresentou um crescimento mais rápido, tornando-se incomodativa à deambulação e à posição do decúbito lateral esquerdo, além do aspecto estético desagradável. Paciente etilista e hipertenso. Ao exame físico, a referida tumoração media aproximadamente 19 centímetros, localizada em face anterolateral da coxa esquerda, recoberta por pele íntegra, amolecida, indolor à palpação, móvel, não aderida aos planos profundos, sem sinais flogísticos, sugestiva de lipoma gigante. Após anestesia local e incisão elíptica longitudinal na coxa esquerda, foi submetido à ressecção da lesão, que se encontrava superficialmente à fáscia lata. No fechamento da ferida não se utilizou de dreno. Evoluiu bem no PO. O anatomopatológico mostrou tumoração medindo 17 x 14 x 12 cm, confirmando lipoma. Atualmente, encontra-se no 2º mês de acompanhamento, sem sinais de recidiva e com resultados estético e funcional satisfatórios. **DISCUSSÃO:** O lipoma é uma neoplasia mesenquimal comum, com incidência aproximada de 10%. É o tumor benigno de partes moles mais encontrado e de etiologia desconhecida. Encontrado em qualquer localização que contenha tecido adiposo, sendo mais comum no tronco, membros superiores, coxa, nádegas e pescoço. São classificados em subcutâneos (mais frequentes); subfasciais (intermuscular e intramuscular); ou relacionados com ossos e articulações (intra-articulares). Ocorrem em qualquer idade, sendo raro em crianças. Acometem mais o sexo feminino. Com relação ao tempo de aparecimento, varia de 6 meses a 30 anos. No exame físico é uma tumoração única, amolecida, móvel quando no subcutâneo ou sem muita mobilidade quando subfascial, indolor, com tamanho de 0,5 a 5 cm e podendo estar aderida ou não à derme. Dependendo

do tamanho e localização, podem ser sintomáticos, acarretando sintomas compressivos ou dificuldade funcional, principalmente os localizados em membros. Os lipomas gigantes são raros e se caracterizam por medir, no mínimo, 10 centímetros em uma das dimensões ou pesar ao menos 1.000 gramas. São tumores únicos, com vários anos de evolução e assintomáticos, exceto quando acometem os membros inferiores podendo provocar compressão de tecidos vizinhos. A transformação maligna é rara. O diagnóstico é feito pelo exame físico, podendo ser complementado por exames de imagem, porém somente o histopatológico confirma o diagnóstico definitivo. O diagnóstico diferencial principal é com o lipossarcoma, principalmente nas lesões subfasciais maiores que cinco centímetros. O tratamento do lipoma é cirúrgico e depende de sua localização. Nos lipomas gigantes de membros inferiores o tratamento é feito através da excisão completa da tumoração.

Palavras-chave: Tumores mesenquimais; tumores benignos; Tratamento cirúrgico.

OBSTRUÇÃO INTESTINAL POR ENDOMETRIOSE

BATISTA, A.B.E.; BATISTA, A.L.E.; BATISTA, C.A.M.; LEITE, G.F.; PAULA, J.F.

INTRODUÇÃO: Endometriose é a presença de tecido endometrial funcionante fora da cavidade uterina. Os locais mais comuns são os órgãos intra-pélvicos (ovários, tubas, peritônio) e no TGI o retossigmóide. O diagnóstico de endometriose pode ser difícil devido sua sintomatologia inespecífica. Quando localizada no cólon, a distinção com neoplasias malignas, deve ser suspeitada. O tratamento da endometriose intestinal pode ser cirúrgico ou hormonal.

OBJETIVO: O objetivo destes relatos foi apresentar 2 casos de obstrução intestinal por endometriose, operados no Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi.

RELATOS DOS CASOS: CASO 1: Mulher, 34 anos, relatou início de desconforto epigástrico e distensão abdominal, evoluindo 10 dias depois com parada de eliminação de gases e fezes, vômitos, e anorexia. Relatou emagrecimento (10Kg/1 mes). Ao exame: desidratada; abdome distendido, flácido, doloroso e sem sinais de irritação peritoneal, timpanismo aumentado e peristalse de luta; toque retal normal. Radiologia: dilatação de delgado e cólon, e níveis hidroaéreos. Clister opaco: estenose em retossigmóide. Colonoscopia: estenose luminal aos 18 cm. Submetida a laparotomia, observando-se dilatação intestinal e lesão estenosante em retossigmóide, realizando-se retossigmoidectomia à Hartmann. Histopatológico: endometriose e ausência de malignidade. Submetida a reposicionamento da colostomia no 6^o dia PO. Reconstituição do trânsito intestinal 6 meses após. Atualmente assintomática. **CASO 2:** Mulher, 40 anos, relatou início há dois meses de distensão abdominal com parada de eliminação de gases e fezes, sendo medicada com melhora. Após 2 dias apresentou dor abdominal difusa, tipo cólica, associado à parada de eliminação de gases e fezes, hiporexia e vômitos, sendo internada. Ao exame: hipocorada; abdome distendido, hipertimpânico, doloroso e sem sinais de irritação peritoneal, peristaltismo aumentado; toque retal normal. Radiologia: distensão de cólon com níveis hidroaéreos e ausência de gás em reto. TC: lesão expansiva e obstrutiva em sigmóide; lesão nodular em

bexiga; útero aumentado; cisto em anexo esquerdo. Indicado laparotomia, observando-se lesão estenosante de sigmóide, com implante hemorrágico na serosa e dilatação colônica; nódulo na bexiga; útero miomatoso e cisto ovariano esquerdo. O achado macroscópico sugeriu endometriose e realizou-se sigmoidectomia parcial à Hartmann, encontrando-se mucosa íntegra e sem ulceração, espessamento da parede e diminuição do calibre da luz ao nível da lesão. Paciente evoluiu sem complicações. Alta no 3^o dia PO. Histopatológico: endometriose e ausência de malignidade. Posteriormente foi submetida à histerectomia total com anexectomia bilateral e reconstituição do trânsito intestinal, com alta no 7^o dia PO, sem intercorrências. Atualmente assintomática.

DISCUSSÃO: A primeira descrição de endometriose pélvica coube a von Rokitsansky em 1860, com envolvimento uterino e túbulo-ovariano. Sua etiologia ainda não é bem definida. É uma doença que atinge em torno de 3 a 20 % das mulheres em idade fértil. A endometriose apresenta-se sob 2 formas: interna ou uterina (adenomiose); extrauterina (envolvimento de outras estruturas). O diagnóstico de endometriose pode ser suspeitado por: infertilidade, dismenorreia, dispaurénia, menorragia e hipermenorréia. O envolvimento intestinal na endometriose ocorre em 3 a 37%, sendo o retossigmóide responsável por 73%. A endometriose intestinal geralmente cursa assintomática, podendo apresentar dor abdominal, pélvica ou retal, diarreia, constipação, tenesmo, sangramento retal e sintomas de obstrução intestinal. A doença no intestino é caracterizada por implantes limitados à serosa, podendo atingir a mucosa. Hemorragias repetidas nos endometriomas podem acarretar estenoses do cólon e suboclusão. A obstrução intestinal por endometriose é uma complicação rara e o seu diagnóstico, deve ser suspeitado nas mulheres em idade fértil com distúrbios intestinais, principalmente na presença de sintomas ginecológicos. O exame físico costuma ser inexpressivo. USG pélvica é indispensável para estudar lesões ovarianas e do fundo de saco de Douglas. O enema baritado poderá mostrar lesões estenosantes. A colonoscopia é realizada para tentar visualizar a característica macroscópica da lesão e biópsias, porém a maioria apresenta mucosa intacta. Vários autores afirmam laparoscopia como "padrão ouro" para o diagnóstico de endometriose. O tratamento da endometriose intestinal pode ser cirúrgico ou hormonal, dependendo da idade, do desejo de manter a fertilidade, da severidade e complicações da doença. A primeira ressecção de endometriose colônica foi descrita por Mc Kenrodt em 1909. O tratamento cirúrgico da endometriose colônica é controverso, porém nos casos de oclusão intestinal, é realizar a ressecção segmentar da lesão.

Palavras-chave: Abdome agudo; Obstrução intestinal; Endometriose; Tratamento cirúrgico.

SÍNDROME DE Mc KITTRICK-WHEELOCK

BATISTA, A.B.E.; BATISTA, A.L.E.; BATISTA, C.A.M.; LEITE, G.F.; PAULA, J.F.

INTRODUÇÃO: Os adenomas vilosos colorretais são tumores epiteliais benignos. Representam 5%-10% dos pólipos colorretais, e apresentam grande potencial de apresentar degeneração maligna. Localizam-se principalmente no sigmóide e reto. Podem ser classificados em mucossecretores e não

mucossecretores. A apresentação clínica habitual é a retorragia. Quando do tipo mucossecrator podem causar diarreia associada à depleção hidrossalina e evolução para insuficiência renal pré-renal, quadro este denominado como Síndrome de McKittrick-Wheelock. O diagnóstico da referida síndrome é feito pela sua apresentação clínica e colonoscopia. O tratamento é inicialmente clínico, através da correção do distúrbio hidroeletrólítico, com posterior ressecção do adenoma viloso. **OBJETIVO:** Relatar um caso da referida síndrome, tratado no Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi. **RELATO DO CASO:** NV, 68 anos, masculino. Paciente referia diarreia com perda de muco, sem sangue, há cerca de 10 anos e que há aproximadamente 7 dias teve início a quadro de plenitude pós-prandial e dor epigástrica, que pioravam com a alimentação, seguido de anorexia, perda de peso (8 Kg em quatro meses), náuseas, vômitos e hipotensão postural. Relatava também dor abdominal em fossa ilíaca direita e esquerda. História familiar de mãe falecida devido a tumor de cólon. Negava etilismo e tabagismo. Ao exame físico: anictérico, hipocorado, desidratado, eucárdico, eupnéico, afebril, PA = 90 x 70 mmHg, FR = 15 irpm; abdome flácido, doloroso a palpação em fossas ilíacas, sem sinais de irritação peritoneal; membros inferiores sem alterações. Internado em Clínica Médica. Exames laboratoriais: a) na internação (uréia = 186; creatinina = 2,9; sódio = 127; potássio = 2,8; cloro = 90; proteína total = 5,0; albumina = 3,1); b) 2º dia de internação (uréia = 216; creatinina = 3,4; sódio = 127; potássio = 2,5; cloro = 79; proteína total = 7,6; albumina = 3,7. Paciente foi diagnosticado com quadro de insuficiência renal aguda pré-renal, devido ao quadro de desequilíbrio hidroeletrólítico, pelas perdas através dos vômitos e de diarreia crônica, apresentando uma taxa de filtração glomerular de 19,29. EDA: hérnia hiatal por deslizamento. Colonoscopia: lesão polipoide gigante e extensa, que se estendia do canal anal até 15 cm acima, cujo histopatológico da biópsia mostrou adenoma viloso com áreas de displasia epitelial moderada. Paciente foi tratado com reposição hidroeletrólítica e sintomáticos, apresentando melhora do quadro clínico e normalização dos exames laboratoriais e reversão do quadro renal (uréia = 64,4; creatinina = 0,97; sódio = 135; potássio = 3,7). Com indicação de tratamento cirúrgico devido à sintomatologia, localização e dimensão da lesão, realizou ambulatorialmente exames pré-operatórios e risco cirúrgico (ASA II). Sob preparo de cólon, foi submetido à amputação abdominoperineal de reto em função da extensão distal da lesão (< 2cm da linha pectínea), detectada no transoperatório. No pós-operatório, evolui sem intercorrências e complicações, recebendo alta no 6º dia. O anatomopatológico da peça cirúrgica mostrou, na macroscopia, tumoração polipoide com múltiplas lesões vegetantes medindo 13 cm de extensão e com a presença de quatro linfonodos; microscopicamente, revelou adenoma viloso com áreas de displasia epitelial, ânus e canal anal com leve reação inflamatória e linfonodos reacionais. Em seu acompanhamento ambulatorial apresentou um ganho de peso de 10 Kg após 1 ano. **CONCLUSÃO:** O paciente em foco apresentou um quadro com as características daquele descrito em 1954 por McKittrick e Wheelock, denominado Síndrome de McKittrick-Wheelock. A síndrome clássica é rara e descreve um quadro de diarreia secretora associada à síndrome da depleção e desidratação, insuficiência renal, hiponatremia, hipocalcemia e hipoproteinemia; fatos esses que podem levar o paciente ao óbito se não revertido o quadro. O mecanismo de desequilíbrio hidroeletrólítico é ocasionado por uma diarreia intensa causada por um adenoma viloso mucossecrator de localização geralmente em retossigmóide.

O diagnóstico inicial é clínico, associado a alterações laboratoriais hidroeletrólíticas, da uréia e creatinina, sendo confirmado pelo histopatológico da biópsia por colonoscopia. O tratamento do adenoma viloso é fundamentalmente cirúrgico, após a compensação clínica do paciente.

Palavras-chave: Adenoma viloso; Intestino grosso; Insuficiência renal aguda; Tratamento cirúrgico.

ÚLCERA DE MARJOLIN

BATISTA, A.B.E.; BATISTA, A.L.E.; BATISTA, C.A.M.; LEITE, G.F.; PAULA, J.F.

INTRODUÇÃO: Úlcera de Marjolin é a degeneração maligna - especialmente carcinoma espinocelular - que ocorre em tecido cicatricial, fístulas ou em úlceras crônicas. A sua primeira descrição é atribuída a Celsius, no século I, porém, a clássica descrição feita pelo cirurgião francês Jean Nicholas Marjolin, em 1828, o qual relacionava o surgimento de carcinoma em cicatrizes de queimaduras, foi que consagrou o epônimo. Vários relatos desta entidade surgiram no decorrer dos anos, entretanto ela não é comum. É imprescindível a biópsia em todo caso de ulceração que se torna vegetante e/ou verrucosa e o tratamento é a exérese. A importância do diagnóstico precoce se deve à agressividade do tumor que num tratamento tardio pode acarretar grandes mutilações, inclusive levar ao óbito.

OBJETIVO: Relatar um caso de úlcera de Marjolin em perna direita, diagnosticado e tratado em Valença/RJ. **RELATO DO CASO:** JCR, 52 anos, masculino, foi encaminhado para realização de biópsia incisional de ferida úlcero-vegetante em perna direita, que não cicatrizava. Relatou aparecimento há dois anos de uma lesão eritematosa, puntiforme e pruriginosa, se tornando ulcero-vegetante, com aumento progressivo e sem cicatrização no período, localizada em tecido cicatricial por queimadura. Apresentava dor local ao toque e episódios de sangramento aos traumas. Negava odor fétido, prurido. Procurou auxílio médico, sem melhora da lesão. Hipertenso e ex-tabagista. História pregressa de um episódio de queimadura térmica, acidental, predominantemente de 1º e 2º grau, e algumas áreas de 3º grau, em membros inferiores, com aproximadamente 18% de superfície corporal queimada, com óleo diesel e fogo, há 25 anos. Ficou hospitalizado longo tempo, realizando curativos diários e suporte clínico. Manteve curativos domiciliares e realizou enxertia de uma área no terço distal de perna direita. Realizou-se a biópsia incisional da lesão, com diagnóstico de carcinoma epidermóide bem diferenciado. Foi encaminhado ao Serviço de Cirurgia Plástica e submetido a ressecção ampla da lesão com enxertia local, não sendo evidenciado invasão de fáscia e músculos. A anatomia patológica da lesão mostrou carcinoma epidermóide bem diferenciado, ulcerado, com limites cirúrgicos livres. No PO evoluiu com infecção e necrose do enxerto, realizando-se desbridamento e curativos diários. Atualmente encontra-se em acompanhamento ambulatorial para novo enxerto. **DISCUSSÃO:** O termo “Úlcera de Marjolin”, transformação maligna descrita inicialmente em cicatrizes por queimaduras, tem sido empregado atualmente para designar também as neoplasias malignas que se desenvolvem em úlceras crônicas e cicatrizes antigas. As cicatrizes de queimaduras são as causas mais comuns, porém há descrições em lesões por

leishmaniose, lúpus, úlcera varicosa, cisto pilonidal, áreas de enxertos, etc. São mais freqüentes no homem, dos 40-50 anos. Os aspectos clínicos sugestivos de transformação maligna compreendem úlceras que não cicatrizam, fundo granuloso, bordos espessados e base endurecida, aumento da consistência da lesão, vegetação, odor desagradável, bordas elevadas e formação de nódulos sobre a cicatriz. O carcinoma epidermóide responde por 75-90% dos casos. A malignização da cicatriz pode se apresentar de forma aguda ou cronicamente, caso ocorra até um ano ou após um ano do trauma inicial respectivamente. Os membros inferiores são as áreas mais atingidas. A disseminação das lesões tumorais pode ocorrer por contigüidade, via linfática e hematogênica. O diagnóstico definitivo é confirmado a partir do histopatológico de biópsias incisionais. O tratamento da Úlcera de Marjolin e das metástases é cirúrgico. Alguns fatores definem a conduta: localização primária, extensão da lesão, idade do paciente e presença ou não de metástase, variando entre excisão da lesão, excisão e enxerto, amputação e radioterapia. Quanto ao prognóstico, este é pior nas neoplasias menos diferenciadas, nos casos com metástases à distância e quando não é possível a cirurgia radical.

Palavras-chave: Úlcera crônica; Carcinoma espinocelular; Tratamento cirúrgico.

HÉRNIA DE SPIEGEL

BATISTA, A.B.E.; BATISTA, A.L.E.; BATISTA, C.A.M.; LEITE, G.F.; PAULA, J.F.

INTRODUÇÃO: As hérnias de Spiegel apresentam-se como um defeito da parede abdominal, ocorrendo através da aponeurose spigeliana, entre a linha semilunar e a borda lateral do músculo reto, logo abaixo da linha arqueada de Douglas e, geralmente, acima dos vasos epigástricos superiores, em zona denominada de o “cinturão da hérnia spigeliana”. Este defeito pode se estender desde a nona cartilagem costal até a espinha púbica. Recebeu esse nome em homenagem ao anatomista belga Adriaan van den Spiegel após detalhar as estruturas anatômicas envolvidas nesse tipo de hérnia. O seu pequeno e fibroso colo é responsável por estrangulamento em até 30% dos casos. Estas hérnias são de grande interesse para o cirurgião pelos vários diagnósticos diferenciais que se pode levantar. Geralmente, não apresentam sintomas característicos e a hérnia pode ser intra-parietal, sem massa evidente à inspeção ou palpação. As hérnias de Spiegel bilaterais são muito raras com poucos relatos na literatura mundial. **OBJETIVO:** Relatar dois casos de hérnia de Spiegel diagnosticados e tratados em Valença/RJ. **RELATO DOS CASOS: CASO 1** - M.L.F., 77 anos, admitida com quadro de vômitos há 5 dias, dor abdominal há 3 dias, parada de eliminação de gases e fezes e massa palpável em fossa ilíaca esquerda. Portadora de hipertensão arterial. Ao exame físico apresentava-se afebril, eupnêica e desidratada; abdome flácido e distendido, doloroso difusamente, com peristalse (+), palpação de massa dolorosa e fixa em FIE. Apresentava leucocitose de 22.600, 5 bastonetes e 66 segmentados; uréia = 52; creatinina = 1,1; sódio = 134; potássio = 3,5. Com as hipóteses diagnósticas de obstrução intestinal à esclarecer e de diverticulite aguda, realizou TC, que demonstrou hérnia de Spiegel encarcerada a esquerda, sem sinais de necrose intestinal. No ato operatório através de incisão transversa sobre o abaulamento, comprovou-se hérnia de Spiegel, sendo o conteúdo herniário constituído de jejuno com sinais de estrangulamento. Foi realizado enterectomia parcial (jejuno), herniorrafia

mediante a aproximação das camadas musculoponeuróticas sem colocação de tela de polipropileno e drenagem a vácuo do espaço formado no subcutâneo. Exame histopatológico: Peça 1 - corte de jejuno apresentando marcada congestão e dilatação dos vasos da parede, com áreas de necrose da mucosa. Peça 2 - saco herniário mostrando fibrose, congestão dos vasos, reação inflamatória aguda focal. A realimentação oral ocorreu no 3º dia de PO e a alta no 7º dia. Atualmente, com 3 anos de acompanhamento, não apresentou recidiva. **CASO 2** - D.G.A., 79 anos, admitida com história de abaulamento em quadrante inferior direito há 1 ano, de crescimento rápido, redutível, indolor, sem associação com outras queixas. História pregressa de histerectomia. Portadora de hipertensão arterial, em uso de losartana, hidroclorotiazida e anlodipina. Para melhor delineamento do defeito musculoponeurótico, realizou TC abdominal que confirmou o diagnóstico clínico de hérnia de Spiegel direita. O ato operatório consistiu de incisão transversa sobre o abaulamento, dissecação e redução do saco herniário, colocação de tela de polipropileno no espaço pré-peritônio, reparo dos defeitos musculoponeuróticos mediante aproximação de suas camadas e drenagem a vácuo do subcutâneo. Evoluiu sem intercorrências, recebendo alta no 2º dia de PO. **CONCLUSÃO:** As hérnias de Spiegel caracterizam-se por serem raras e com diagnóstico muitas vezes de exclusão. Necessitam de tratamento cirúrgico pelo importante risco de estrangulamento do seu conteúdo. O tratamento atual baseia-se na herniorrafia seguida de colocação de tela.

Palavras-chave: Hérnia da parede abdominal anterior; Tratamento cirúrgico.

VARIAÇÃO ANATÔMICA DO VENTRE ANTERIOR DO MÚSCULO DIGÁSTRICO

Messias ; Medeiros- Jr, J. L; Petrillo,D; Neto-Ferreira, R; Fortes,M.M.P.

Instituição: Faculdade de Medicina de Valença, CESVA/FAA

Resumo: O músculo digástrico é um músculo suprahióideo formado por dois ventres um anterior e outro posterior. O desenvolvimento do m. digástrico ocorre na quarta semana de gestação através do primeiro arco faríngeo. O ventre anterior do m. digástrico possui origem na fossa digástrica na mandíbula e o ventre posterior no processo mastoideo do osso temporal. Os dois ventres se fixam ao osso hióideo através de um tendão intermediário. O musculo possui a ação de elevação do osso hióide e abaixamento da mandíbula (abertura da boca). As variações no m. digástrico tem sido descritas desde 1847, reportando diferentes alterações morfológicas neste músculo. Objetivo do presente estudo foi descrever as variações anatômicas do ventre anterior do músculo digástrico. Material e Métodos: Foi utilizado um cadáver formolizado dissecado na Faculdade de Medicina de Valença da Fundação Educacional D. André Arcoverde – FAA. A região anterior do pescoço foi dissecada, o músculo digástrico foi exposto sendo observado a variação anatômica do musculo, em seguida foram realizadas imagens através de câmera fotográfica (Nikon® D3000), e posteriormente a imagens foram analisadas e as variações descritas. Resultados: Foi observada variação anatômica no ventre anterior do músculo digástrico do antímero esquerdo, com a presença de um ventre supranumerário e de um tendão atípico no seu terço médio. Aparentemente o ventre

supranumerário possui sua origem e inserção seguindo o padrão de normalidade. Não foram encontradas variações anatômicas aparentes na sua inserção, no seu tendão intermediário e nos ventres contralaterais. As variações anatômicas unilaterais são frequentemente descritas como observamos no presente trabalho. Este tipo de variação possui maior importância clínica devido ao um possível movimento assimétrico causado por esta variação.

Palavras-chave: M. Digástrico, Suprahiodeo, Variação Anatômica.

FATORES QUE LEVAM OS ADOLESCENTES AO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

GUEDES, Gabriela Rocha; OLIVEIRA, Marcela Pereira.

Introdução: A adolescência é um período crítico na vida de cada indivíduo, pois nessa fase ele vivencia descobertas significativas e afirma a personalidade e a individualidade. Neste período, o jovem tem a necessidade de pertencer a um grupo ou “tribo”, e esta, influencia diretamente suas ações e anseios, tornando-o extremamente vulnerável. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar realizada pelo IBGE em 2012, quando perguntado para estudantes do ensino fundamental, 19,6% disseram que já haviam experimentado o cigarro. Foi perguntado ainda, *Alguma vez na vida, você já experimentou bebida alcoólica?* Esse indicador correspondeu a 70,5% para o conjunto dos Municípios das Capitais. Também foi investigado o uso de drogas ilícitas, os dados evidenciaram que 7,3% dos escolares já o fizeram. Geralmente, é observado que os jovens que são vítimas do uso abusivo de substâncias psicoativas, têm como fatores de risco para o início do seu uso, uma série de problemáticas. Não são pequenos motivos ou causas únicas que os levam ao uso, mas um conjunto de vulnerabilidades em que eles estão inseridos. **Objetivos:** O objetivo foi identificar, a partir de uma revisão de literatura, quais os fatores de risco que estimulam o jovem ao uso de substâncias psicoativas e relacionar quais Estados brasileiros direcionam maiores estudos sobre o uso abusivo de drogas e a dependência química na adolescência. O estudo se releva pela importância de implementações de políticas públicas e de ações centradas na prevenção, diagnóstico do uso dessas substâncias e redução dos danos ocasionados por estas. **Metodologia:** Foi realizado um levantamento de artigos científicos sobre fatores de risco que levam o adolescente ao uso de álcool e outras drogas. Esse levantamento foi feito através de consultas a base de dados SCIELO e LILACS, referentes ao período de 2000 a 2014, utilizando os seguintes descritores: adolescentes, drogas e fatores de Risco. Foram selecionados 22 artigos, onde os dados encontrados foram agrupados de acordo com a finalidade de identificar os principais fatores condicionantes ao uso de drogas na adolescência. **Resultados:** A família e o ambiente em que o jovem está inserido é o principal influenciador da experimentação da droga, citado em 100% do levantamento. O segundo ponto fundamental foi a influência de amigos e parceiros, presente em 55% dos artigos. Já 18% do total, declararam que algumas substâncias psicoativas são facilmente propagadas e obtidas por menores de idade, facilitando o uso. A própria curiosidade do adolescente foi identificada como fator de risco em 13,6%. Já a influência da mídia foi observada em 18% do estudos, principalmente no uso de drogas lícitas. Os fatores psíquicos – como depressão e baixa-autoestima - e classe social; foram indicados em 9% dos estudos como

possíveis vulnerabilidades. Em relação aos Estados onde foram realizadas as pesquisas, identificou-se que 40% ocorreram no Estado de São Paulo, 27% no Rio Grande do Sul, 9% no Ceará e Distrito Federal e por último, 4,5% em Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Paraná. **Conclusões:** Foi observado que as vulnerabilidades enfrentadas pelos jovens não fazem parte só de um fator de risco, mas sim de um conjunto de questões relacionadas ao adolescente, a família e o ambiente em que ele está inserido, tornando-o mais susceptível à experimentação. Como evidenciado, a maioria das pesquisas está concentrada no Estado de São Paulo; Consideramos que são necessários maiores estudos, principalmente no estado do Rio de Janeiro onde há alto índice de morbimortalidade por uso de drogas, além de desenvolver e aprimorar políticas públicas com a finalidade de prevenir o uso de substâncias psicoativas na adolescência.

Palavras-Chave: Adolescentes; Drogas; Fatores de Risco.

O PROCESSO ENSINO -PESQUISA –EXTENSÃO EM CENÁRIOS DE PRÁTICA

Ariane Fonseca Almeida¹, Gabriela Rocha Guedes¹, Anna Carolina Costa dos Reis¹, Isadora Oliveira Furtado¹, Célia Saldanha¹

¹ FAA - RJ - Faculdade de Medicina de Valença / Fundação Educacional Dom André Arcoverde - RJ (Rua Sargento Vitor Hugo, n 161, Bairro Fatima, Valença - RJ, cep 27600-000)

ariane_riu@hotmail.com

Introdução: As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos da saúde evidenciam a necessidade da formação generalista e promotora da saúde integral, enfatizando prevenção, promoção e reabilitação de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). A imersão de alunos de medicina em cenários de práticas reais com base no processo ensino-pesquisa-extensão ajuda a superar a dicotomia entre teoria e prática. **Objetivo:** O objetivo da pesquisa foi mostrar a experiência deste trabalho acadêmico como cenário de ensino-pesquisa-extensão no SUS e evidenciar a importância dos cenários de prática para o processo de ensino- aprendizagem do aluno. **Metodologia:** Entrevista realizada com usuários por estudantes de medicina em cenários diversos com a finalidade de compreender a percepção da população quanto ao SUS. Realizaram 150 entrevistas após consentimento. **Resultados:** O resultado obtido foi que apenas 20% dos entrevistados souberam relatar a definição do SUS como sendo um Sistema Único de Saúde ou como um plano de saúde público, 60% falou que era um tipo de benéfico e apenas 20% não soube explicar o que era. Sobre o surgimento do SUS, 100% dos entrevistados não souberam relatar desde quando o SUS existe. Outra pergunta feita foi em relação ao atendimento/assistência à saúde antes do surgimento do SUS, 40% afirmaram que o benefício era através de plano de saúde e Fundo Rural e 60% não sabiam como funcionava essa assistência antes do SUS. A respeito da assistência aos mais pobres 40% dos entrevistados relatavam que antes eles procuravam o

pronto socorro, 20% disseram que eles procuravam curandeiros que usavam ervas para tratar e 40% não souberam relatar. Além disso, 20% dos entrevistados relataram que era muito bom, 40% que era bom, 20% péssimo e 20% disse que nunca precisou, mas que era bom pelas experiências vividas pela mãe. Em relação a pontuação de 0 a 10, 60% deram nota entre 10 e 8, 20% deu nota 3 e 20% deu nota 0. Por fim, em relação às sugestões para melhoria do SUS, 80% relataram que precisava de mais verba, mais profissionais e 20% não tinha idéia do que era necessário fazer pra melhorar a assistência à saúde.

Conclusão: Concluíram que pouco se sabe sobre o funcionamento do SUS havendo necessidade de se estimular a educação em saúde para orientar quanto aos seus benefícios e quanto a necessidade de cobrar melhorias dos gestores. Essa experiência contribuiu para que os estudantes percebessem a realidade servindo como aprendizagem e pesquisa, fixando conceitos que dificilmente se conseguiria numa aula teórica.

Palavras-chave: Educação Médica, pesquisa sobre serviços de saúde, Sistema Único de Saúde

ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS: UMA ANÁLISE CRONOLÓGICA

LEITE, A. F.¹; NASCIMENTO, D. K. R.¹

1- Graduanda do segundo período do curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Valença, RJ.

O avanço nos campos científico e tecnológico, principalmente nos últimos cem anos, proporcionou, em larga escala, melhoria da qualidade de vida das pessoas. Grande parte dessas melhorias foram possíveis graças à participação de seres humanos em pesquisas científicas, que, muitas vezes, colocavam os sujeitos da pesquisa em situações de riscos e danos em prol do benefício de outros. Fatos de grande repercussão histórica comprovam o potencial de exploração, como os que aconteceram no fim da Segunda Guerra Mundial, dentre os quais negros norte-americanos sífilíticos ficaram sem o tratamento da doença, a fim de analisar a evolução natural da mesma, mesmo após a descoberta da penicilina, nos anos 1940. Isso impôs a necessidade de discussões a respeito da ética e fundamentou a criação de documentos que regem as pesquisas científicas com seres humanos. Em 1927, surgiu o termo bioética, o qual passou por uma série de transformações de significado, sendo aplicado, atualmente, de forma restrita, ao campo médico e biológico, como a ética das ciências da vida, particularmente considerada para o ser humano. Nesse contexto, houve a criação de documentos internacionais, que visam regulamentar eticamente as pesquisas envolvendo seres humanos, propondo evitar abusos e exploração dos participantes. Dentre esses documentos, os principais são: o Código de Nuremberg (1947), a Declaração de Helsinque (1964) e suas atualizações (1983, 1989, 1996, 2000, 2008 e 2013), o Relatório de Belmont (1978) e as Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (1993). Esses documentos estabelecem os três princípios éticos fundamentais: autonomia, beneficência e justiça. Em meio a essa discussão ética, a criação de diversos documentos e as inúmeras atualizações que os mesmos passaram demonstram a existência de muitos pontos ainda divergentes e polêmicos, no campo da pesquisa científica em seres

humanos, como o uso de placebo e a remuneração dos participantes. No Brasil, a abordagem da bioética teve início na década de 1990 e culminou na criação da Resolução nº 196 de 1996 do Conselho Nacional de Saúde, a qual regulamenta as pesquisas com seres humanos no país. Neste contexto, foram criados o CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) e o CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa). À medida que as pesquisas vão avançando, a discussão sobre a ética ganha cada vez mais destaque, sendo esta uma discussão extensa, pois surgem questões novas a cada dia. Assim, para a evolução das ciências médicas, é importante a participação de seres humanos em pesquisas científicas. Os documentos que regulamentam eticamente essas pesquisas visam minimizar a possibilidade de exploração, assegurando que os participantes, principalmente os pertencentes a grupos vulneráveis, sejam tratados com respeito, enquanto contribuem para o bem social.

Palavras-chave: Bioética. Seres humanos. Documentos reguladores. Ética em pesquisa.

ATUAÇÃO NO PROGRAMA PET SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DO CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS COM ADOLESCENTES

PALADINO, V. M.; BABINSKI, C. G.; TAVARES, A. A. C. TAVARES.

Fundação Educacional Dom André Arcoverde, Faculdade de Medicina de Valença, RJ
Introdução: Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) tem como foco principal a integração ensino-serviço e a reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integral do processo saúde-doença com ênfase na Atenção Básica e promovendo transformações na prestação de serviços à população. Entretanto, a formação universitária ainda está centrada numa visão fragmentária no campo da disciplinaridade, fator que dificulta a formação de profissionais que saibam articular-se com outras áreas da saúde e que conheçam a realidade das comunidades atendidas pela Estratégia Saúde da Família (ESF). Essa realidade direciona para a necessidade de uma reorientação curricular efetiva e integrada entre os cursos de saúde. Como não é possível mudar o paradigma sanitário e o sistema de saúde sem atuar na formação dos profissionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos da área da saúde estão buscando formar profissionais generalistas com uma visão crítica capaz de atender as necessidades sociais de saúde. O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) se insere como uma estratégia do Pró-Saúde, que incentiva a formação de grupos de aprendizagem tutorial no âmbito da ESF, por meio da iniciação ao trabalho multiprofissional e interdisciplinar dos estudantes dos cursos de graduação na área da saúde, constituindo-se como uma iniciativa intersetorial direcionada para o fortalecimento da integração ensino-serviço no âmbito da atenção básica. Iniciativas como as do PET-Saúde buscam atender o que é preconizado tanto nas diretrizes para a formação dos profissionais da saúde, quanto nas diretrizes para o exercício profissional no SUS. A Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.802, de 26 de agosto de 2008, instituiu o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), inspirado no Programa de Educação Tutorial (PET), do Ministério da Educação, tendo como base legal as Leis nº 11.129/2005 e nº 11.180/2005. O PET-Saúde está previsto no Programa Mais Saúde – Direito de Todos – 2008-2011, Eixo 4 – Força de Trabalho em Saúde – medida 4.3: “Qualificar e adequar a formação profissional em

saúde com a colaboração de equipes de Saúde da Família selecionadas, utilizando ambientes comunitários e de centros de saúde, através da concessão de bolsas para que Equipes de Saúde da Família assumam papel destacado no ensino”. A união de profissionais de diversas áreas da saúde no trabalho em equipe é apontada como o elemento base para a consolidação da ESF, aprimorando relacionamentos interpessoais e articulando saberes. Essas equipes foram adotadas na ESF, justamente para que este modelo de atenção permita a articulação entre diferentes saberes na prática da assistência à saúde. No trabalho multiprofissional, ocorre a troca de experiências sob a ótica de uma abordagem integral e resolutiva, o que viabiliza o planejamento de ações de saúde mais eficazes. A construção do trabalho cooperativo apresenta-se como uma ferramenta eficaz para o fazer em grupo, porém, implica em superar muitos obstáculos. Como a inserção de equipes multiprofissionais na atenção primária é uma iniciativa inovadora que se configura como um desafio, estudos que discorram acerca dessa vivência são importantes, a fim de contribuir na sua consolidação. Sendo assim, este estudo objetiva descrever as experiências, reflexões, desafios e contribuições da integração e atuação acadêmica e multiprofissional de uma equipe de trabalho do PET-Saúde, vivenciadas em uma unidade da ESF. Em conformidade com a legislação vigente do programa, o monitoramento e a avaliação dos grupos PET-Saúde são fundamentados nas seguintes diretrizes: I. Relatório técnico semestral e final das atividades dos grupos PET-Saúde; II. Participação dos alunos dos grupos em atividades, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito do PET-Saúde; III. Desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas, contribuindo para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da área da saúde; IV. Produção de conhecimento relevante na área da atenção básica em saúde, no âmbito da Estratégia Saúde da Família; V. Planos de pesquisa em consonância com as áreas estratégicas de atuação da Política Nacional de Atenção Básica em Saúde; VI. Projetos que contemplem a interdisciplinaridade, a atuação multiprofissional e a integração ensino-serviço; VII. Projetos que contemplem a interação com a comunidade; VIII. Alinhamento das atividades dos grupos PET-Saúde a políticas públicas e de desenvolvimento na sua área de atuação (Pró-Saúde, Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, Programa Telessaúde Brasil, UNA-SUS, entre outras); IX. Publicações e participações em eventos acadêmicos dos professores tutores, preceptores e estudantes; X. Instituição e desenvolvimento de atividades no âmbito dos Núcleos de Excelência Clínica Aplicada à Atenção Básica; XI. Relatórios de autoavaliação de estudantes, preceptores e tutores; XII. Resultados dos processos avaliativos do Ministério da Educação, considerando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); XIII. Inserção de informações atualizadas no Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (SIG-PET-Saúde) pelos coordenadores dos projetos. O PET-Saúde, adotado e desenvolvido pela Fundação Dom André Arcoverde, possui como área de atuação instituições de ensino dos municípios de Valença/RJ e Rio das Flores/RJ. As atividades propostas foram multiprofissionais iniciada, por tutores e estudante de medicina e enfermagem. Dentre suas funções está a de promover ações educativas nas escolas, estimulando a integração dos alunos no ambiente escolar e também com o Posto de Saúde da Família (PSF). Este que possui uma equipe capaz de oferecer um suporte médico e odontológico. **Objetivos:** O objetivo geral do programa é fomentar a formação de grupos de aprendizagem tutorial no âmbito da Estratégia Saúde da Família, caracterizando-se como um instrumento para qualificação em serviço dos profissionais da saúde, bem como de iniciação ao trabalho e vivências

dirigidos aos estudantes dos cursos de graduação na área da saúde, de acordo com as necessidades do SUS, tendo em perspectiva a inserção das necessidades dos serviços como fonte de produção de conhecimento e pesquisa nas instituições de ensino. Conforme PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 1.802, de 26 de Agosto de 2008, que instituiu o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde, O MINISTRO de ESTADO da SAÚDE em conjunto com o MINISTRO de ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em seu artigo segundo assim define: Art. 2º - São objetivos do PET-Saúde: *I - possibilitar que o Ministério da Saúde cumpra seu papel constitucional de ordenador da formação de profissionais de saúde por meio da indução e do apoio ao desenvolvimento dos processos formativos necessários em todo o País, de acordo com características sociais e regionais; II - estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica, bem como a atuação profissional pautada pelo espírito crítico, pela cidadania e pela função social da educação superior, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preconizado pelo Ministério da Educação; III - desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; IV - contribuir para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da área da saúde; V - contribuir para a formação de profissionais de saúde com perfil adequado às necessidades e às políticas de saúde do País; VI - sensibilizar e preparar profissionais de saúde para o adequado enfrentamento das diferentes realidades de vida e de saúde da população brasileira; VII - induzir o provimento e favorecer a fixação de profissionais de saúde capazes de promover a qualificação da atenção à saúde em todo o território nacional; VIII - fomentar a articulação entre ensino e serviço na área da saúde.* Portanto, a nossa atividade tem como objetivo, desenvolver ações educativas, priorizadas pelo PET Saúde, em escolas dos municípios de Valença/RJ e Rio das Flores/RJ, com a temática “Rede de Atenção Psicossocial: Priorizando o enfrentamento do álcool, crack e outras drogas”. **Métodos:** Como uma das estratégias do Pró-Saúde, relacionada mais especificamente ao eixo cenários de práticas, o PET-Saúde busca incentivar a interação ativa dos estudantes e docentes dos cursos de graduação em saúde com os profissionais dos serviços e com a população. Ou seja: induzir que a escola integre, durante todo o processo de ensino-aprendizagem, a orientação teórica com as práticas de atenção nos serviços públicos de saúde, em sintonia com as reais necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde. É importante citar, que a interdisciplinaridade submete-nos aos conceitos de singularidade e transformação. Singularidade decorrente da experiência, vivência e interioridade de cada um, vão emoldurando a prática profissional. Transformação é própria do questionamento e busca constante de soluções, de aprendizado. O profissional interdisciplinar deve estar disposto a vivenciar uma prática de constante mudança, não tendo como objetivo único uma meta pré-estabelecida. A apropriação da dinamicidade da interdisciplinaridade trata-se de um movimento que leva a ver-nos como seres inacabados, que buscam crescimento, sendo que a amplitude e a dúvida permeiam a teoria e a prática do saber interdisciplinar. Limites flexíveis entre as disciplinas permitem aos pesquisadores trocas que ampliam o conhecimento acerca de um objetivo comum, o que não significa renúncia do saber de sua área de conhecimento, mas permitir ser questionado assim como questionar. São realizadas reuniões de quinze em quinze dias, onde os estudantes e preceptora realizaram a busca qualificada e diversificada, individualmente, desenvolvendo o processo de

autoaprendizagem. Nelas, o grupo realiza a socialização das respostas estudadas, fundamentando o desenvolvimento da pesquisa. Ao final de cada encontro realizamos uma avaliação, buscando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, utilizando a auto avaliação e a avaliação dos pares envolvidos sobre o desempenho de cada um. A equipe em questão atua na Escola Municipal Santa Tereza locada no município de Rio das Flores/RJ. Sua atuação consiste em atividades instrutivas sobre álcool e drogas, assim como seus efeitos no organismo e consequências sociais e sobre o rendimento escolar. Abrangem também aconselhamentos e medidas intervencionais, associados ao PSF e ao CAPS-AD, objetivando a promoção da saúde dos adolescentes. **Resultados:** As atividades desenvolvidas levaram os alunos a interagirem com os temas discutidos, compartilhando seus pensamentos e reflexões sobre suas realidades. Além disso, motivou-os a verbalizarem sobre o interesse de familiares e amigos de outras escolas em participarem das palestras. Além disso, podemos citar o fortalecimento da Estratégia Saúde da Família, o desenvolvimento de planos de pesquisa em consonância com áreas estratégicas de atuação da Política Nacional de Atenção Básica em Saúde, a constituição de Núcleos de Excelência Clínica Aplicada à Atenção Básica e a adoção de novas práticas de atenção e experiências pedagógicas, contribuindo para a reorientação da formação e implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da área da saúde. **Conclusões:** Refletindo sobre a educação como uma ferramenta de gestão, um instrumento de transformação de práticas de atenção em saúde, o Departamento de Gestão da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, cumprindo seu papel de ordenador da formação de profissionais na área da saúde, espera que investimentos no planejamento e na gestão da educação na saúde repercutam positivamente na construção de novos perfis profissionais, em favor da integralidade e resolubilidade da atenção à saúde prestada à população. Os estudantes demonstraram conhecimentos prévios sobre drogas e a visão exposta por eles comprova a importância das dinâmicas e campanhas educativas direcionadas a essa faixa etária, com a finalidade de trabalhar a prevenção e conscientizar os que já são usuários. Foi evidente a contribuição para a formação pessoal, escolar e social dos envolvidos. Esta iniciativa permitiu a troca de conhecimentos e experiências entre acadêmicos e serviços de saúde. Portanto, percebemos a necessidade de ampliar o número de participantes e as áreas de atuação do programa, tendo em vista a efetividade da proposta. Em suma, vivenciar o desenvolvimento de uma pesquisa interdisciplinar gerou nos participantes sentimentos de dúvidas e ansiedades frente à descrença do trabalho multiprofissional na tomada de decisões. Mas, também constituiu em uma oportunidade para o intercâmbio de experiências, exercício do trabalho em equipe, aprimoramento da comunicação e avaliação. O empenho dos participantes foi imprescindível, pois cada um contribuiu no processo de construção do conhecimento de forma responsável e comprometida. O Projeto PET-Saúde possibilitou aos envolvidos a oportunidade de formação acadêmico-profissional na linha da integralidade da atenção e do cuidado, e da interdisciplinaridade. Estas oportunidades de formação necessitam ser multiplicadas para o fortalecimento dos princípios do SUS na atenção básica.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; PET-Saúde; Saúde Escolar; Promoção da Saúde.

MEDICINA VETERINÁRIA

FRATURA EXPOSTA DA TUBEROSIDADE COXAL EM BOVINO E TECNICA CIRURGICA: RELATO DE CASO

SEABRA, F.P.B.¹; BRUST, L. A.C.²; CONCEIÇÃO, J. H.S. ²

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

A ocorrência de lesões traumáticas em bovinos é comum em instalações com piso muito liso, estradas e terrenos acidentados e escorregadios e situações estas que podem levar o animal a quedas e conseqüentemente à lesões como por exemplo as fraturas. As fraturas podem classificar-se como abertas ou fechadas. Nas fraturas abertas, também chamadas de expostas, há uma comunicação entre a fratura e a pele que ocorre como conseqüência do deslocamento das extremidades ósseas, fazendo com que uma delas ou ambas perfurem a pele. No caso das fraturas fechadas não há rompimento da pele, ou seja, não há comunicação entre a superfície externa do corpo e a fratura, entretanto pode ainda haver lesões internas devido aos fragmentos ósseos. Quando a fratura é fechada os animais conseguem viver de forma relativamente normal, já em casos de fraturas exposta é recomendada a eutanásia, principalmente em animais de baixo valor zootécnico e devido aos elevados custos da cirurgia e do pós-operatório com remédios. O objetivo do estudo foi relatar o caso de uma vaca girolanda, que foi atendida no Hospital Veterinário Escola (HVE) da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, oriunda de uma fazenda da região, com fratura da exposta da tuberosidade coxal, corrigida cirurgicamente. O animal ficou em jejum alimentar de 24 horas e a cirurgia ocorreu com o animal preso no brete. Foi utilizado como sedativo 1,5 ml de xilazina 2%. E para a anestesia local realizada foi utilizada a lidocaína a 2% e bloqueio do nervo torácico lateral. A sutura foi realizada em pontos simples separados com fio de nylons 0,60 mm, além disso, foram inseridos drenos no local. O animal apresentou dificuldades de cicatrização devido à persistência de pequenos fragmentos ósseos que não puderam ser retirados, por isso, a cicatrização ocorreu por segunda intenção. No pós-operatório foi realizado

antibioticoterapia a base de ciprofloxacino, vitamina K e anti-inflamatório. Também foi utilizado hidróxido férrico e Hemolitan®. Diariamente foram feitos curativos no ferimento utilizando-se solução de dakin com peróxido de hidrogênio para a limpeza e digluconato de clorexidina. O animal ficou internado durante 65 dias, até que a ferida estivesse cicatrizada e o animal apresentava em bom estado clínico, neste período o animal recebeu alta.

Palavra-chave: Fratura. Tuberosidade coxal. Cirurgia.

MORTE SÚBITA DE FITOPLÂNCTON EM AQUICULTURA DE ÁGUA DOCE: RELATO DE CASO

GUELERE, M.¹; RIBEIRO, S. M.²

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

O sucesso do cultivo de qualquer organismo aquático depende das condições físicas e químicas do solo e da água. O fitoplâncton é o principal fornecedor de oxigênio em tanques e viveiros com baixa renovação. A fotossíntese é a fonte primária de energia, gerando material orgânico que serve como alimento básico da cadeia alimentar nos ecossistemas aquaculturais. A qualidade da água nos sistemas de criação de peixes está relacionada a diversos fatores como concentração de amônia, temperatura. Com desenvolvimento excessivo do fitoplâncton através da eutrofização, podem resultar em frequentes oscilações de oxigênio e risco de morte súbita dessas algas e consequentes mortalidades massivas dos peixes. O plâncton pode morrer como consequência natural da dinâmica das populações devido a mudanças climáticas sazonais na temperatura, pH, intensidade de luz, nutrientes. A qualidade da água diminui muito devido o acúmulo de metabólitos oriundos da decomposição celular das algas. Dentre várias funções importantes do fitoplâncton, temos a manutenção de uma condição de aerobiose, que impede a produção e acúmulo de substâncias tóxicas reduzidas, como amônia, o nitrito. Todo o estresse causado aos organismos aquáticos, devido bruscas variações ambientais, pode afetar diretamente a saúde dos mesmos. Este estudo teve por objetivo fazer uma revisão de literatura e relatar um fato ocorrido em um viveiro de produção de peixes em uma piscicultura localizada em Ipiabas - RJ. Na coleta de dados e avaliação inicial foi observado hipóxia dos animais e coloração descaracterizada da água do viveiro. A suspeita era morte súbita do fitoplâncton. O procedimento inicial foi coleta de água e análise da mesma. A partir dos resultados de amônia,

nitrito o tratamento sugerido foi a interrupção da alimentação e o aumento da renovação de água de abastecimento além de uma antibioticoterapia preventiva com terramicina. Com uma semana água estava sem concentrações de agentes tóxicos e com aspecto límpido e ao término da segunda semana o quadro já estava estabilizado, com a água voltando a coloração esverdeada e os peixes se alimentando normalmente. Não houve mortalidades de indivíduos. Ficou concluído que o motivo da morte súbita do fitoplâncton deste viveiro ocorreu a partir da mudança climática ocorrida naquele período, aliado ao alto grau de eutrofização do viveiro, devido ao volume diário de ração que estava sendo fornecida, sendo que estava acima da capacidade biológica de absorção natural do viveiro.

Palavras-chave: biomassa, amônia, água.

UROLITÍASE DE VESÍCULA URINÁRIA EM CADELA: RELATO DE CASO

SANTOS, B. V. P. P.; SILVA, J. F. O. MENCALHA, R. M.

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

Urolitíase é a presença de cálculos em qualquer ponto do sistema urinário, desde a pelve renal à uretra, sendo mais comuns na bexiga. Compostos por substâncias cristalênicas, material orgânico e inorgânico presentes na urina. Fatores dietéticos ou não dietéticos como predisposição racial ou familiar, sexo e infecções urinárias, podem ser determinantes para formação destes cálculos. Doenças causadas por urólitos estão entre as mais comuns do trato urinário de cães e gatos podendo levar à morte. O diagnóstico é feito através do exame clínico e da realização de exames complementares de imagem, como a ultrassonografia e radiografia, que indicarão os aspectos do urólito e o estado do local onde será encontrado. Ainda pode ser realizada a urinálise, com intuito de verificar as características macroscópicas e químicas da urina. O tratamento consiste na remoção dos cálculos através da cistotomia e alteração da dieta quando o fator predisponente à formação dos urólitos for dietético. Este trabalho objetiva descrever um caso de urolitíase na vesícula urinária em uma paciente da espécie *Canis familiares* e discutir a importância de uma dieta equilibrada de forma profilática à formação dos cálculos. Cherry, uma cadela SRD de 12 anos, foi atendida numa clínica particular do Rio de Janeiro apresentando como queixa principal um quadro de disúria. O paciente foi encaminhado para realização de

EAS e exame de ultrassonográfico abdominal, no qual constataram a presença de inúmeros urólitos na vesícula urinária. Posteriormente, exames pré-operatórios como Raio-X de tórax, eletrocardiograma, hemograma completo, bioquímica renal e hepática, foram realizados para avaliação do risco anestésico-cirúrgico do paciente. Realizou-se o procedimento a fim de retirar os cálculos da vesícula urinária. Após a cirurgia, o paciente foi mantido internado durante 30 dias, para receber cuidados pós-operatórios e analgesia com tramadol e dipirona, antibioticoterapia com enrofloxacin e ampicilina com sulbactam, além de fluidoterapia com Ringer lactato. Sua produção urinária, juntamente com coloração da urina, foram mensurados através de sondagem até um dia antes do animal ser liberado da internação. Durante o período de internação, a paciente se manteve estável e não apresentou nenhuma alteração de parâmetro clínico. Após a remoção dos urólitos, estes foram enviados para o laboratório para análise. Descobriu-se então, que se tratavam de diversos cálculos mistos de carbonato de cálcio e fosfato amoníaco magnésiano (estruvita), que possuem sua formação favorecida em urina com pH alcalino. Além da análise dos cálculos, foi realizada cultura e antibiograma, onde foi identificado o agente bacteriano *Staphylococcus pseudintermedius*, resistente à Tetraciclina e Gentamicina. Em suma, a urolitíase é uma enfermidade comum na clínica de pequenos animais que afeta pacientes de diversas idades, sendo incomum em cães muito jovens. Dados de anamnese e exame clínico são fundamentais para direcionar o médico veterinário na realização dos exames complementares e o quando o tratamento clínico for impossibilitado devido ao tamanho do cálculo, o tratamento de eleição é o cirúrgico.

Palavras-chave: Urólitos. Estruvita. Bexiga urinária. Carbonato de cálcio.

**FREQUÊNCIA DE CIATOSTOMÍNEOS EM CAVALOS DE TRACÇÃO
ATENDIDOS PELO PROJETO CARROCEIRO DURANTE O PERÍODO DE
JULHO A SETEMBRO DE 2014**

CARVALHO, T. K. ¹; PETRILLO, V. ¹; RAMOS, C. D.¹.; ESPÍNDOLA, G. F.¹;
SILVA T¹;
CARVALHO, A. C. F.¹; HENRIQUES, M.²; BATISTA, L. C. S. O²

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

A utilização dos cavalos de tração em cidades do interior ainda é muito freqüente, como é no caso do município de Valença- RJ. Desta forma a Faculdade de Medicina Veterinária de Valença realiza o Projeto Carroceiro. Neste, professores e alunos podem, entre outras atividades e exames realizados, constatar por meio de exames de fezes a freqüência de endoparasitas nos animais. Ciatostomíneos (pequenos estrôngilos) representam de 80 a 100% das L3 encontradas em culturas de fezes de equinos. É o grupo mais frequente em eqüinos de diferentes faixas etárias, devido à alta capacidade de proliferação e estar presente no ambiente durante todas as estações do ano. Os ovos são eliminados através das fezes, ocorrendo o desenvolvimento no ambiente até chegar à larva L3 que é a fase infectante, ingerida pelo equino através do capim. Não são migratórios como os grandes estrôngilos, os pequenos acometem principalmente o intestino grosso, na região de mucosa e submucosa, podendo causar cólicas, diarréias, atraso no crescimento dos potros, perda de peso, perda de apetite, e até perda de fluidos e proteínas. Além disso, eles diminuem a área de superfície sadia do intestino, reduzindo a absorção dos alimentos, que ocorre no intestino grosso. Gerando assim pouca conversão alimentar e má condição física, que no caso dos cavalos de tração é essencial ser boa, já que trabalham diariamente com esforço físico. O objetivo desse estudo foi constatar a freqüência de ciatostomíneos nos animais atendidos pelo Projeto. Exames coproparasitológicos foram realizados e vinte amostras positivas na técnica de Mac Master, para helmintos da superfamília Strongyloidea, foram submetidas à coprocultura pela técnica de Roberts & O'Sullivan (1950) para avaliação morfológica de larvas de terceiro estágio (L3) obtidas, baseada na morfologia e disposição das células intestinais. A partir da coprocultura foi possível verificar a presença de ciatostomíneos em 100% das amostras positivas. Esta elevada prevalência é um dado relevante, uma vez que pode traduzir-se clinicamente em atraso do crescimento, perda de peso, cólicas e uma síndrome potencialmente

fatal conhecida como “ciastostomíase larval”, caracterizando-se por diarreia aguda podendo levar a morte do animal.

Palavras- chave: Pequenos estrôngilos. Eqüinos. Coprocultura.

ENDOCARDIOSE VALVULAR EM CÃO: RELATO DE CASO

DELPHINO, T. S. ¹; AZEVEDO, S. C. S. ²; LIMA, A. M. ³.

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

³ Médico Veterinário Autônomo

A endocardiose é a doença cardíaca mais comum em cães, estima-se que esta seja responsável por 75 a 80% das cardiopatias em cães e acomete principalmente os mais idosos e de porte pequeno a médio. Esta se caracteriza por formações nodulares na valva mitral, que a deformam e impedem sua perfeita coaptação, tendo como consequência a insuficiência mitral. Quando há insuficiência da valva mitral, parte do sangue que chega ao ventrículo esquerdo é regurgitado de volta para o átrio esquerdo através do orifício da valva atrioventricular esquerda. Essa regurgitação inicial geralmente é discreta, não provocando alterações aparentes no tamanho e funcionamento cardíaco. Com a progressão da doença se tem aumento das câmaras cardíacas, este é um dos mecanismos compensatórios. A função miocárdica através dos mecanismos compensatórios pode conseguir se manter por anos, sem alterações clínicas mesmo em pacientes com insuficiência mitral grave. Isso depende do volume regurgitante e o grau de adaptação de tamanho e complacência da parede do átrio, que na maioria das vezes consegue adiar a congestão e edema pulmonares. Quando o volume regurgitante aumenta rapidamente, ou o átrio não consegue se adaptar a este volume, tendo como consequência o aumento da pressão ventricular e atrial esquerdos, pode levar a hipertensão, congestão e edema pulmonar caracterizando a insuficiência cardíaca congestiva. O objetivo deste trabalho é relatar um caso de um cão que foi atendido no Centro de diagnóstico H & Diagnóstico no estado do Rio de Janeiro, sem raça definida, com treze anos de idade, pesando aproximadamente 20 kg, apresentando intolerância ao exercício, tosse noturna, cansaço e emagrecimento. Ao exame

clínico observaram-se mucosas hipocoradas, tempo de perfusão capilar aumentado, presença de sopro sistólico esquerdo (grau IV) e direito (grau III) e sinais de insuficiência cardíaca congestiva. Foram realizados exames radiográficos, eletrocardiográficos e ecocardiográficos, sendo diagnosticada endocardiose valvular atrioventricular direita e esquerda e insuficiência cardíaca congestiva associada a esta. Foi instituída terapia apropriada de acordo com o estágio da doença e a literatura. Houve melhora dos sinais clínicos posteriormente ao início da terapia, mas o animal veio a óbito 120 dias após o início do tratamento. Através deste trabalho foi possível observar que mesmo com a terapia apropriada a doença continua evoluindo, levando os animais a morte. A terapêutica então tem intuito de diminuir os sinais clínicos e aumentar a sobrevida, melhorando a qualidade de vida dos pacientes.

Palavras-chave: Doença degenerativa. Valva mitral. Coração. Cão.

RELAÇÃO AO CUSTO BENEFÍCIO DO ECG NO PROTOCOLO DE IATF DE FÊMEAS NELORE

PASOLINI R.¹; FERREIRA, J. E.²

¹Discente do Curso de Medicina Veterinária, FAA

²Docente do Curso de Medicina Veterinária, FAA

RESUMO

A pecuária de corte no Brasil se caracteriza como uma atividade de produtividade reduzida, pelo baixo desempenho reprodutivo dos rebanhos forçando o pecuarista a buscar melhores índices reprodutivos. A avaliação do escore de condição corporal (ECC) é um método que avalia as reservas corporais sob forma de gordura. Tendo que ajustar os problemas que estão entre eles o anestro. Com o intuito de aumentar a eficiência reprodutiva de bovinos, podem ser empregadas técnicas para diminuir o período de anestro pós-parto. Existem na atualidade tecnologia para sincronizar o crescimento folicular e a ovulação em bovinos. Pesquisas identificam a importância do tratamento com eCG (Gonadotrofina coriônica equina) para aumentar a taxa de ovulação e de prenhez após o emprego de protocolos de sincronização para IATF (Inseminação artificial

em tempo fixo). A eCG é um fármaco de meia vida longa (até 3 dias), produzida nos cálices endometriais da égua prenha (40 a 130 dias), que se liga aos receptores de FSH (hormônio folículo estimulante) e LH (hormônio luteinizante) dos folículos e aos receptores de LH do corpo lúteo. Será observada a relação custo benefício do ECG no protocolo de IATF de fêmeas nelores. Este trabalho foi desenvolvido na Fazenda Barro Branco, localizada no município de Vassouras/RJ no mês de Fevereiro/2014. Para tanto, um total de 148 fêmeas Nelores mantidas a pasto, foram divididas aleatoriamente em dois tratamentos. O diagnóstico de gestação foi feito por palpação retal e ultrassonografia 60 dias após a IATF e também no final da EM para diferenciar as gestações da IATF com as de monta natural. As taxas de concepção e de prenhez assim como a eficiência reprodutiva foram analisadas pelo teste do qui-quadrado com nível de significância de 5%. As taxas de concepção foram calculadas dividindo o número de animais gestantes pelo total de fêmeas inseminadas ou colocadas com o touro. Para as taxas de prenhez dividiu-se o número total de animais gestantes (IATF+MN) pelo total de fêmeas inseminadas ou colocadas com o touro. A eficiência reprodutiva foi calculada dividindo o número de animais gestantes (descontados 2% de perdas) pelo total de fêmeas em idade reprodutiva. O uso do eCG no protocolo de IATF em fêmeas Nelore com satisfatória condição corporal é inviável economicamente, pois seu custo é caro e não se tem diferença na taxa de concepção que seja necessário o uso deste protocolo.

Palavras-chave: reprodutivo, prenhez, eCG.

CARCINOMA EPIDERMOIDE BILATERAL NA BASE DO CHIFRE – RELATO DE CASO

VENUTO, T. V. L.¹; BRUST, L. A. C.²; CALDAS, S. A.³

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

³ Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Departamento de Medicina e Cirurgia Veterinária, Instituto de Veterinária.

O carcinoma epidermóide na base do chifre trata-se de uma neoplasia maligna de células epiteliais, localizada na base do corno. Vários fatores predisponentes são mencionados, destacando-se as infestações parasitárias, traumatismos, quer por trabalho, por obstáculos como paredes e troncos, brigas com outros animais, irritação crônica por cordas e exposição prolongada de raios ultravioleta. Uma vaca nelore pura de origem (PO) com 11 anos de idade deu entrada no Hospital Veterinário Escola da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença (HVE), onde a queixa principal do proprietário foi uma descorna mal sucedida. Foi relatado posteriormente que o animal estava apresentando uma ferida com muito sangue e com prurido intenso, emagrecimento progressivo, desde que um funcionário da fazenda havia feito a “descorna”, e ao realizar o procedimento ambos os chifres foram retirados com grande facilidade, desprendendo-se sem resistência deixando o tumor exposto. Foi coletada e enviada amostras das lesões para análise histopatológica, onde foi diagnosticado o carcinoma epidermóide; coletado amostras de sangue para hemograma completo e também coletado sangue (soro) para a realização das dosagens hormonais. O animal permaneceu no HVE até o dia 23 de setembro de 2013 quando foi eutanasiado e necropsiado, foi observado presença de massa tumoral ao redor da região cornual, bilateral, tendo como origem a base do chifre, e se estendendo de forma centrífuga por toda a região superior da cabeça. A cabeça foi levada à sede da Faculdade, no setor de Clínica de Pequenos Animais, onde foi realizado o exame radiológico. Na histopatologia evidenciou-se proliferação de células epiteliais atípicas. Podemos concluir que a ocorrência do carcinoma epidermóide bilateral na base do chifre de uma vaca é uma condição que parece ainda não estar descrito na literatura, porém temos evidências clínicas e laboratoriais de distúrbios hormonais sexuais, que reforçam a hipótese de que esses hormônios estão intimamente envolvidos na gênese desta neoplasia. Por outro lado, a exposição a radiação solar, não parece ser um fator importante, uma vez esta neoplasia é relativamente rara no Brasil onde a incidência de luz solar assim como na Índia é consideravelmente alta.

Palavras-chave: Vaca nelore. Tumor de células escamosas. Região cornual.

PROBLEMA DE CASCO EM BOVINOS: ESTUDO DE UM CASO DA RAÇA JERSOLANDO

POTENGY, A. L. R. ¹; CONCEIÇÃO, J. H. S.²

¹Discente do Curso de Medicina Veterinária, FAA

²Docente do Curso de Medicina Veterinária, FAA

RESUMO

Os problemas de casco e suas consequências vêm aumentando cada vez mais, sendo um importante problema atual nas propriedades criadora de bovinos. Tendo a hiperplasia interdigital também conhecida como gabarro ou tiloma, e o flegmão um dos problemas mais frequentes, no que se diz respeito à podologia. O manejo intensivo dos animais, dietas ricas em carboidratos, falta de aparo dos cascos e pisos úmidos e ásperos, causando contaminação por bactérias, são as principais causas. Os problemas relacionados ao casco possuem grande importância, e vem sendo considerado um dos principais problemas econômicos no que diz respeito ao desenvolvimento da bovinocultura no Brasil. Diante deste contexto o objetivo do presente trabalho é avaliar a eficácia do tratamento de casco de um bovino da raça jersolando por meio de colocação de taco, curativo diário com furanil, sulfato de cobre, terramicina e antigerme. O trabalho relata o caso de um bovino da raça jersolando, adulto e macho, que foi atendido no Hospital Escola Veterinário, da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença. A primeira queixa de seu proprietário foi a falta de acasalamento. Durante a realização do exame físico, foi observada rotação da 3ª falange e gabarro (tiloma) no membro interior esquerdo, além de flegmão, tomando toda a unha comprometida pela rotação. Foi realizado casqueamento, retirada do tiloma e flegmão, cauterização dos grandes vasos e colocação de taco. Foi feito curativo diário com furanil, sulfato de cobre, terramicina antigerme 7%. Fez-se uso de Fluroxine injetável, aplicado por via intramuscular, 30 ml durante quatro dias (em dias alternados), e Flunamine, 8 ml, por via intramuscular no dia do atendimento inicial, quatro dias depois e seis dias depois do primeiro tratamento. Depois que a ferida mostrou granulação adequada, foi indicado pé de lúvio com formol a 2% e sulfato de cobre a 2% durante 20 minutos, duas vezes ao dia. Depois que foi realizado o tratamento, o animal apresentou grande melhora no quadro clínico,

com completa cicatrização das laminas, começando a formar tecido queratinoso, ausência de claudicação eótima ruminação.

Palavras-chave: Tiloma. Gabarro. Flegmão.

CÁLCULO VESICAL EM CÃES

SOUZA, L. C. S.¹; PINHO, W. R.²

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

Os cálculos vesicais representam um dos motivos de queixa em cães com problemas urinários. O sistema urinário elimina todos os resíduos metabólicos em forma líquida. Assim, as alterações contínuas na urina acabam por promover a hiper saturação de algumas substâncias que são eliminadas nesse líquido, e como resultado ocorre a precipitação e a potencial formação de urólitos, que são agregados de material cristalino e matriz, formados quando a urina torna-se supersaturada. O urólitos podem ser lisos, facetados e piramidais, e variam de acordo com o ambiente que se formam. Dentre os principais Urólitos destacam-se os de estruvita e oxalato de cálcio. O metabolismo anormal também pode levar a formação de cálculos, bem como a redução de inibidores de urólitos na urina. O exame físico completo, incluindo a palpação da uretra desde o arco isquiático até ao óstio peniano é essencial. A palpação da bexiga antes e após o seu esvaziamento pode confirmar a presença de uma massa vesical, de urolitíase ou de espessamento da parede da bexiga. O quadro clínico depende do número, tipo e localização dos urolitos. O diagnóstico de urolitíase não se deve basear apenas na confirmação da presença de cristais ou cálculos na urina. A identificação de doenças ou factores de risco na litogénese é essencial à prevenção e erradicação dos urolitos. Assim, o diagnóstico de urolitíase é baseado na presença de sinais clínicos associada à confirmação da presença

de cálculos e à determinação da sua natureza e na identificação dos factores de risco. O objetivo do trabalho é o relato da importância da ultrassonografia abdominal para a detecção da urolitíase vesical e cistite em cadela, bem como seu tratamento cirúrgico, que é a cistotomia. Nesse trabalho é relatado o caso de um paciente com urolitíase vesical ou calculo vesical cujo tratamento realizado foi o cirúrgico. Uma cadela da raça Poodle, com 10 anos de idade, com peso 5.400Kg foi atendida na Policlínica Escola Veterinária de Pequenos Animais da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença-RJ. Na anamnese foi relatado pelo proprietário que o animal estava urinando pouco várias vezes ao dia e que a mesma estava com sangue, sua ingestão hídrica e alimentar eram normais, às vacinas estavam em dia. No exame físico, a mucosa estava normocorada, a temperatura era de 38,6°, e ainda estava com dermatite vulvar e perivulvar, na palpação abdominal foi observado aumento na vesícula urinária com consistência dura, com esses sinais clínicos a suspeita foi de urolitíase. Para confirmação da suspeita de cálculo vesical, a paciente foi encaminhada ao exame de ultrassonografia abdominal para avaliação da vesícula urinária. No exame foi verificado que a parede da bexiga estava espessa medindo 0,45cm e presença de um calculo vesical medindo 2.75 cm.

Palavras-chave: Cão. Cálculo Vesical. Tratamento Cirúrgico. Cistotomia.

ATRESIA ANAL ASSOCIADA À FÍSTULA RETO-VAGINAL EM BEZERRA: RELATO DE CASO

PEREIRA, K. L.¹; CALDAS, S. A.²; SACRAMENTO, J. H. C.²

¹ Discente da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Dom André Arcoverde

² Docente da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Dom André Arcoverde

A atresia anal, um defeito congênito comum em animais, frequentemente acomete bezerros e leitões. Sua ocorrência está relacionada a falha na perfuração da membrana que separa o endoderma do intestino posterior da

membrana anal ectodérmica. A atresia anal possui classificações de I a IV. O tipo I (anus imperfurado) ocorre quando há persistência de uma membrana sobre a abertura anal e o reto termina como uma bolsa cega precisamente cranial ao anus fechado. No tipo II, o anus está fechado como no tipo I, resultante da persistência da membrana anal, mas a bolsa retal está localizada cranial a membrana sobreposta ao anus, ou seja, o esfíncter anal está usualmente intacto e funcional. No tipo III, o reto termina como uma bolsa cega cranialmente dentro do canal pélvico e o reto e o anus terminais estão normais. No tipo IV, que ocorre em fêmeas, há uma comunicação persistente entre o reto e a vagina (fístula retro-vaginal) ou entre o reto e a uretra (fístula retro uretral). O objetivo deste trabalho é relatar um caso de atresia anal associada a fístula reto-vaginal em uma bezerra. No dia 10 de junho de 2013 foi atendida no Hospital Veterinário Escola de Valença uma bezerra Holandesa de um mês de vida. O proprietário relatou que o animal não apresentava anus e que a mesma defecava e urinava pela vagina e tinha tenesmos frequentes. Ao exame clínico, a bezerra estava com peso de 56 kg, frequência cardíaca 68 batimentos por minuto (bpm), frequência respiratória de 20 movimentos, mucosas rosa pálida e um pouco emagrecida; apresentava ainda dorso arqueado (cifose), bruxismo, ausência de anus (atresia anal) e quando estimulada na região perineal, ela urinava e defecava pela via vaginal indicando a presença da ampola retal na região pélvica e classificada como grau IV (atresia anal com fístula reto-vaginal). O diagnóstico foi estabelecido pelo exame clínico. O tratamento sugerido foi por meio cirúrgico. O tratamento pós-operatório foi a base de penicilina 1200.000 UI diárias por 10 (dez) dias, flunixin meglumine na dose de 1,1mg/Kg e o uso tópico de furanil (clorexidina) 2 (duas) vezes ao dia. Com 15 (quinze) dias retirou-se os pontos e o animal ficou muito bem. É possível concluir que com um atendimento clínico, intervenção cirúrgica precoce e levando em consideração os devidos cuidados pré, trans e pós-operatórios é possível obter um resultado bem satisfatório.

Palavras-chave: Bovino. Defeito congênito. Patologias hereditárias.

**ESTUDO RETROSPECTIVO DAS NEOPLASIAS ANALISADAS PELO
LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA DA FACULDADE DE
MEDICINA VETERINÁRIA DE VALENÇA, NO PERÍODO COMPREENDIDO
ENTRE 2009 E 2014**

BARBOSA, P.H.R.¹; NETO-FERREIRA, R.²; ARAGÃO, A.²

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

A importância dos fatores genéticos na gênese das neoplasias está atualmente confirmada. Desde a década 50 que se têm realizado inúmeros estudos na tentativa de descobrir a influência destes fatores. Os conjuntos de fatores biológicos que ocorrem no núcleo das células ainda não estão totalmente conhecidos mais a mitose celular cria frequentemente genes defeituosos, quando reparados frequentemente e corrigidos por mecanismos inatos que ocorrem em uma função celular normal. Contudo erros que não foram reparados transformam-se em mutações e assim, o desenvolvimento neoplásico caracteriza-se por uma modificação no genoma celular com formação de um grupo de células que têm a capacidade de crescer e dividir-se de uma forma autônoma, ultrapassando os limites da regulação celular normal. As alterações no DNA nuclear podem ser devidas a modificações nos cromossomos a nível numérico ou estrutural. Alterações nos cromossomos por perda ou adição de sequências modificam o conteúdo total de DNA e o número de cópias dos genes presentes nesses cromossomos. O objetivo do trabalho visa descrever os resultados retrospectivos da prevalência das neoplasias dos casos de animais atendidos no Hospital Veterinário Escola de Valença e Policlínica Veterinária, no período entre fevereiro de 2009 e agosto de 2014 Comprometendo-se ainda, avaliar epidemiologicamente a população em questão permitindo reconhecer as raças, o sexo e a idade dos indivíduos mais afetados. Cada base de dados é constituída pelos seguintes parâmetros: sexo, idade, raça, espécie, diagnóstico histopatológico. As bases de dados foram criadas e analisadas no programa Microsoft EXCEL®. Conforme os objetivos deste trabalho, nas tabelas, quadros

e gráficos, estão dispostos os dados estatísticos do Laboratório de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, entre 2009 e 2014. Dos casos avaliados de n=318, neste trabalho pode-se observar a predominância no número de fêmeas comprovando sua casuística de 62,89% dos casos. A incidência das várias neoplasias analisadas foi semelhante à descrita na literatura internacional, pois predominaram os tumores de pele e de tecido subcutâneo, sendo as neoplasias mais diagnosticadas no decorrer do estudo, em seguida com a maior incidência foram as neoplasias mamárias.

Palavras-chave: Neoplasia. Prevalência. Tumor.

DISCOESPONDILITE EM UM CÃO: RELATO DE CASO

MASCARENHAS, H. D. S.¹; AZEVEDO, S.C.S.²; ALMEIDA, J. F. S.³

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

³ Médica veterinária

A discoespondilite é uma infecção que acomete as vértebras e discos intervertebrais. Frequentemente ocorre em cães de grande porte, porém cães de qualquer idade e peso, além dos gatos e outras espécies podem ser afetados. Os machos são duas vezes mais acometidos do que as fêmeas. A doença advém de disseminação hematogênica, infecção paravertebral, ferimentos penetrantes, migração de corpos estranhos, injeções e cirurgias discal ou vertebral. Os sinais clínicos são sintomas sistêmicos, disfunções musculoesqueléticas ou até mesmo alterações neurológicas que podem variar de acordo com a etiologia e a região anatômica atingida, sendo a hiperestesia paravertebral o sintoma mais comum. O diagnóstico comumente é realizado por radiografia convencional, contudo a tomografia axial computadorizada ou a ressonância magnética devem ser utilizadas quando acessíveis. Deve-se realizar o isolamento do patógeno sempre que possível a fim de fornecer a

melhor terapêutica ao paciente. Esta terapêutica é feita com antibioticoterapia prolongada e intervenções cirúrgicas quando necessárias. O objetivo deste trabalho foi relatar o caso de um cão de cinco anos de idade, da raça Bernese mountain dog, atendido na clínica veterinária Petrópolis situada no município de Petrópolis/RJ. O animal apresentava histórico de emagrecimento progressivo, paresia dos membros torácicos e pélvicos e ao exame físico demonstrava hiperestesia paravertebral. Foi solicitado um estudo radiográfico de toda coluna vertebral onde o diagnóstico encontrado foi discospondilite. A terapêutica instituída foi antibioticoterapia, analgesia e repouso. Um mês depois, durante a revisão o animal já apresentava resposta clínica ao tratamento, porém ainda havia alterações radiográficas, sendo assim o tratamento foi continuado por mais 30 dias e uma nova consulta foi realizada, nesta pode-se identificar uma recuperação clínica considerável e uma melhora característica das alterações visualizadas na radiografia. No entanto a antibioticoterapia foi mantida, com revisões a cada quatro semanas até que não houvesse evidência radiográfica de doença ativa, pois a interrupção prematura do tratamento poderia levar a recorrência clínica, propagação da infecção e a resistência microbiana.

Palavras-chave: Coluna vertebral. Infecção. Déficits neurológicos.

DINÂMICA OVARIANA EM VACAS MAGRAS NA CONDIÇÃO DE ANESTRO

DIAS, L. D. ¹; NETO, J. R. M. A. ²

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

O advento da ultrassonografia permitiu a verificação de que durante o ciclo estral dos bovinos há existência de padrão de crescimento folicular em forma de ondas. Vários folículos primordiais presentes nos ovários são recrutados a crescerem, de modo que podem ser detectados e acompanhados por meio de ultrassonografia diária a partir do diâmetro de 4 ou 5mm. O objetivo do presente

trabalho, foi avaliar a dinâmica ovariana de vacas magras em anestro, foram realizados os exames da dinâmica folicular durante 21 dias em 18 vacas lactantes em anestro, com ECC menor que 2,5. Verificou-se que a dinâmica folicular das vacas magras avaliadas apresentou padrão de dois ou três ciclos de crescimento folicular, (23,3 e 77,7% para ciclos com duas e três ondas, respectivamente). As vacas apresentaram um padrão regular de crescimento e regressão folicular, o diâmetro máximo dos folículos dominantes para as ondas foi de $6,1 \pm 0,7$ mm, com valor mínimo de 5,2 mm e máximo de 6,5 mm. Folículos antrais crescem até o diâmetro de 4mm na ausência de FSH e LH, indicando que as fases pré-antral e antral inicial ocorrem fundamentalmente a partir de estímulos locais. Entretanto, o crescimento entre 4 e 8mm mostrou-se dependente do FSH e independente do LH, enquanto que folículos maiores que 9 mm só foram observados na presença de LH endógeno ou FSH exógeno. Vale ressaltar que o crescimento folicular depende da secreção de LH, influenciando inclusive a população folicular. Um balanço energético negativo ou uma restrição alimentar crônica causa um efeito inibitório do estrógeno na secreção de GnRH, o que se traduz em uma diminuição nos pulsos de LH e numa diminuição do crescimento folicular. O comprimento da onda dos folículos dominantes foi de $8,0 \pm 2,9$ dias, Este menor comprimento deve-se à menor duração da fase de crescimento ($4,8 \pm 1,2$ dias) e da dominância folicular ($2,8 \pm 1,1$ dias). Essa menor duração do crescimento da onda está relacionado com a restrição nutricional crônica, levando à redução gradual na taxa de crescimento, no diâmetro máximo e na persistência do folículo dominante, tanto de novilhas, quanto de vacas em lactação. Estando essas características ligadas, principalmente, ao padrão de secreção de LH. Vacas em anestro por subnutrição, com escore de condição corporal (ECC) menor que 2,5 (variando de 1 a 5) apresentam folículos pequenos e raramente folículo dominante de 6-7mm, em sua dinâmica ovariana.

Palavras-chave: Crescimento folicular. Ultrassonografia. FSH. LH.

CARCINOMA EPIDERMÓIDE DE TERCEIRA PÁLPEBRA E DA ESCLERA BILATERAIS EM BOVINO – RELATO DE CASO

MACIEL, T. A. ¹; CONCEIÇÃO, J. H. S. ²; CALDAS, S. A. ²

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

Os carcinomas de células epiteliais ou carcinomas de células escamosas (CCE) são considerados uma das neoplasias mais freqüentes em animais de produção, afetando principalmente os bovinos, sendo a espécie *Bos taurus taurus* a mais acometida. No aspecto econômico, o carcinoma de células escamosas ocular é o segundo tumor que acarreta maiores prejuízos à bovinocultura. Os locais de lesões podem ser únicos ou múltiplos, unilaterais ou bilaterais, comumente encontrados nas junções muco cutâneas. As causas do CCE ainda não são totalmente definidos, sabe-se que sua ocorrência está relacionada à idade, despigmentação, fatores genéticos, exposição cutânea aos raios solares em áreas desprovidas de pêlos, imunossupressão, cicatrizes, úlceras crônicas e regiões de altitude elevada. Os CCE apresentam crescimento lento e baixa freqüência de metástase, exceto os tumores pouco diferenciados. As lesões encontradas apresentam eritema, edema, descamação seguida de crostas, espessamento de epiderme e ulceração. Microscopicamente possuem uma proliferação irregular de ceratinocitos para a derme na forma de cordões ou trabéculas, com acúmulo central de ceratina no interior das ilhas de células neoplásicas chamadas de “perlas córneas” e infiltrado de neutrófilos na periferia. Neste trabalho foi relatado o caso clínico de uma vaca da raça Girolando com aproximadamente sete anos de idade que deu entrada no Hospital Veterinário Escola da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença – RJ apresentando lacrimejamento principalmente no globo ocular direito; ao exame clínico constatou-se a presença de massas tumorais de coloração rosa clara na terceira pálpebra do lado direito e também na porção superior da esclera com 2cm; no globo ocular esquerdo havia uma massa com as mesmas características e medindo aproximadamente 1,5cm. O animal foi submetido a um procedimento cirúrgico para a retirada dos fragmentos e estes destinados ao laboratório de histopatologia da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença.

Diante dos achados microscópicos pôde-se confirmar o carcinoma de células epiteliais.

Palavras-chave: Neoplasia. Bovino. Globo ocular.

OCORRÊNCIA DE PARASITAS GASTRINTESTINAIS EM PRIMATAS CRIADOS NO ZOOLOGICO MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA-RJ

PINHEIRO, L. A. S.¹; BATISTA, L. C. S. O.²; LOPES, B. B.³

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

³ Doutorando / Programa de Pós-graduação Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária – PPGCTIA, UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Os primatas são mamíferos que compõem a Ordem Primates e devido à similaridade com o ser humano, tanto anatomicamente como etiologicamente, sempre foram foco da nossa curiosidade. Animais em zoológicos estão submetidos constantemente ao estresse, tanto pelo cativeiro quanto pelas visitas, o que diminui a resposta imune e conseqüentemente aumenta a frequência de doenças parasitárias, sendo muitas delas zoonoses. Os parasitos gastrintestinais são mais prevalentes em locais onde não há boas condições de higiene, principalmente com a água e os alimentos consumidos. As enfermidades parasitárias se encontram como um dos achados mais comuns em animais silvestres mantidos em cativeiro. Em altas taxas populacionais por recinto, é comum encontrar as endoparasitoses, que podem ocasionar uma nutrição inadequada, alterações no comportamento e desenvolvimento dos animais, estresse e o surgimento de infecções secundárias. Variações de infecção por parasitas podem estar correlacionadas com o ambiente, demografia, comportamento e alterações do ambiente causadas pela ação antrópica. No caso específico dos primatas, o comportamento é uma variável importante. Entre as adaptações que tem sido evidenciada como indicativas de

processos evolutivos parasita-hospedeiro, está a escolha não aleatória dos locais de defecação. O objetivo desse trabalho foi realizar um levantamento de parasitas gastrintestinais de primatas criados em cativeiro, no Zoológico Municipal de Volta Redonda-RJ, para aplicação de um correto programa de controle parasitológico. Para o desenvolvimento do trabalho foram escolhidos os primatas criados em cativeiro, as espécies utilizadas foram: Babuíno Sagrado (*Papio hamadryas*), Babuíno Verde (*Papio anubis*), Macaco de Cheiro (*Samiri* sp), Macaco Aranha da Testa Branca (*Ateles belzebuth marginatus*), Macaco Aranha da Cara Preta (*Ateles peniscus chamek*), Sagui (*Callithrix jaccus*), Macaco Pregoo (*Cebus apella*), Macaco Rhesus (*Macaca mulatta*), Bugio (*Alouatta sara*), Macaco Barrigudo (*Lagothrix lagothricha*). Foram coletadas amostras fecais dos animais diretamente do chão dos recintos onde esses animais habitam, amostras coletadas de forma conjunta separando por recinto e espécie. A coleta foi realizada no mês de agosto de 2014. Um total de 13 amostras de fezes foram coletadas, essas amostras foram acondicionadas em recipientes de plástico estéreis, identificadas por espécie e armazenadas em isopor com gelo para conservação, para realizar um levantamento de parasitas gastrintestinais de primatas criados em cativeiro. Para a análise laboratorial foram utilizadas três técnicas para identificação, sendo elas: Técnica de centrífugo-flutuação com sulfato de zinco, Técnica de Hoffman e a Técnica de centrífugo-flutuação simples. Os parasitas identificados apresentam grande importância em medicina veterinária e em saúde pública, sendo eles *Trichuris* spp., *Enterobius* spp e *Giardia* spp. e diversos outros ovos de parasitas não identificados, os quais foram fotografados para posterior identificação com auxílio de chave pictórica. Esse podem comprometer a saúde dos animais e ainda levar à contaminação dos tratadores através do contato direto e de visitantes através de contato indireto com esses animais.

Palavras-chave: Primatas; Zoológico, Parasitas.

**PARASITISMO POR *Dioctophyma renale* EM CÃO NO MUNICÍPIO DE
VALENÇA/RJ: RELATO DE CASO.**

ZACARON-MARQUES, L.¹; ABDALLA-FERRAZ, B.¹; BATISTA, L. C. S. O.²;
MENCALHA, R.²

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

Dioctophyma renale é o maior nematóide conhecido. Seu parasitismo tem sido descrito em várias espécies animais e no homem. A espécie doméstica mais afetada é a canina, mas já foi descrita em felinos, suínos, equinos e bovinos. Tal parasitismo também foi encontrado em algumas espécies silvestres. Este helminto localiza-se preponderantemente no rim direito ou livre na cavidade abdominal de seus hospedeiros, levando à destruição progressiva das camadas cortical e medular, e reduzindo o órgão à uma cápsula fibrosa. A epidemiologia do parasitismo pelo *D. renale* envolve um ciclo evolutivo complexo e não totalmente conhecido. Sinais clínicos como abatimento, inapetência e emagrecimento podem estar associados, apesar do curso da parasitose ser muitas vezes assintomático nos animais e pessoas infectadas. Geralmente só um rim é parasitado, fazendo com que o rim sadio sofra hipertrofia para compensar a inatividade do rim lesionado. O diagnóstico pode ser feito de algumas formas, dentre elas está o achado de ovos operculados de casca espessa e rugosa na urina através do exame parasitológico de urina, e também pode ser visualizado pela radiografia, em casos de necropsia, vermes podem ser encontrados. A ultrassonografia também é um método eficiente para evidenciar tal parasito. O único tratamento eficaz é a remoção cirúrgica do parasita e, em alguns casos, do rim afetado. Se ambos os rins estiverem parasitados a nefrectomia não poderá ser realizada, neste caso, deve-se fazer uma nefrotomia bilateral e remoção do nematoide. Tudo isso analisando os exames e verificando a possibilidade dessa intervenção cirúrgica. O trabalho teve como objetivo relatar um caso de parasitismo por *Dioctophyma renale* em um cão no município de Valença/RJ. O animal foi resgatado por apresentar um tumor na pata e também

hérnia perianal, mas ao caminho da policlínica veterinária apresentou também uma urina de odor fétido, que através da urinálise observou-se presença de ovos compatíveis com os de *Dioctophyma renale*. Para confirmação do diagnóstico e localização do parasito, foi realizado um exame ultrassonográfico onde foi possível observar o rim direito medindo 5,9 cm, irregular, com forma alterada, devido à presença do parasita *Dioctophyma renale*. Dado o diagnóstico e localização do parasita, o animal foi encaminhado para a Policlínica de Pequenos Animais, da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, onde optou-se pela nefrectomia do rim afetado. Após a remoção cirúrgica do rim direito foi observado que o mesmo havia se reduzido exclusivamente a uma cápsula fibrosa, preenchida por conteúdo sanguinolento. A presença de dois parasitas foi detectada dentro desta cápsula, sendo um macho medindo 16cm e uma fêmea medindo 26cm de comprimento.

Palavras-chave: Dioctofimose, rim, cão.

ENFERMAGEM

COBERTURA DA REALIZAÇÃO DO EXAME COLPOCITOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE VALENÇA- RJ

BRAZ, Márcia Ribeiro; GALDINO, Cíntia Valéria; PAULA, Karina Couto; SILVA, Marília Murat

RESUMO. O câncer de colo de útero ocupa uma importante posição como causa de mortalidade, especialmente em países menos desenvolvidos. É um câncer que tem vários fatores de risco identificados, porém, o fator de risco ainda considerado o mais importante é a infecção prévia pelo HPV, e para o qual está disponível um exame eficaz para a detecção precoce: o exame de citologia oncológica. A detecção precoce do câncer do colo do útero em mulheres assintomáticas (rastreamento), por meio do exame colpocitológico, permite a identificação das lesões precursoras e da doença em estágios iniciais, antes mesmo do aparecimento dos sintomas. Neste sentido a análise da cobertura é de suma importância para a identificação precoce das deficiências no sistema de saúde, a fim de propor medidas corretivas as situações de cobertura insatisfatória promovendo uma melhor qualidade à atenção da saúde da mulher. O objetivo do presente estudo é analisar a cobertura do exame colpocitológico no município de Valença- RJ, comparando os anos de 2011 e 2012, segundo as variáveis: tempo de demora e adequabilidade das amostras na faixa etária de estudo. Foram utilizados os dados do Sistema de Informação do Câncer do Colo do Útero (SISCOLO_ DATASUS), a partir dos registros dos anos de 2011 e 2012. A população de estudo foram moradoras do município de Valença – RJ, na faixa etária de 25 a 64 anos registrada no SISCOLO (DATASUS). Para a análise, utilizamos a proporção da cobertura do exame, o percentual do tempo de demora do resultado e a adequabilidade das amostras das respectivas faixas etária. Para a tabulação dos dados foi utilizado o Microsoft Excel, 2010. A pesquisa ainda está em andamento. Como resultados parciais observamos que a cobertura do exame colpocitológico no ano de 2011 foi de 23% e no ano de 2012 foi de 4% nas respectivas faixas etárias. Para o ano de 2011 foi observado que o percentual de tempo de demora da entrega dos exames ficou no intervalo de 31 a 60 dias, correspondendo 39,5 %, e para o ano de 2012 o tempo de demora para a entrega dos exames foi maior que 60 dias, correspondendo a 75,8% dos exames. Em relação a adequabilidade da amostra, foi observado que 99 % das amostras foram satisfatórias nos anos avaliados. Em análise parcial dos dados, observamos que nos respectivos anos do estudo a cobertura do exame colpocitológico no município apresentou diferenças importantes de um ano para outro em especial na proporção geral de exames realizados e no tempo de demora da entrega dos resultados. Foi identificado que há uma qualidade satisfatória da amostras coletadas no serviço de saúde local. O presente estudo ainda está em andamento. **Palavras-Chave:** *Prevenção; Exame colpocitológico;*

CONVERSANDO COM A MULHER VALENCIANA

BRAZ, Márcia Ribeiro; CAVALCANTI, Paula Cristina da Silva; GALDINO, Cíntia Valéria; Acadêmicos do 8º período da graduação de enfermagem do Centro de Ensino Superior de Valença- CESVA

Este projeto visou o cuidado de enfermagem as mulheres valencianas têm como objetivo: promover a integração ensino – assistência a saúde da população das mulheres valencianas mediante a participação dos acadêmicos da Faculdade de Enfermagem de Valença, do CESVA nas práticas de atenção a saúde da mulher valenciana; desenvolver materiais sócio-educativos para a promoção e prevenção a saúde de mulheres valencianas; realizar oficinas de educação em saúde a temáticas referente aos ciclos de vida da mulher. Utilizamos os pressupostos teóricos de Freire (2002) da metodologia problematizadora no processo de aprendizagem, onde o educador valoriza as experiências dos participantes fazendo-o refletir, inserindo conteúdos relacionados ao contexto em que vive e possibilitando-o ampliar seu conhecimento. A abordagem foi qualitativa, descritivo. O cenário foi Casa de Saúde da Mulher onde realizamos as oficinas: “Cuidados com o corpo; Planejamento familiar; Cuidando das mamas; A menstruação, A atenção ao climatério e menopausa, Aspectos emocionais envolvendo a mulher. Os sujeitos foram as mulheres da comunidade, com idade acima de 18 anos que demonstraram interesse em participar e integrar-se ao grupo. A produção dos dados foi através do formulário de observação participante através do diário de campo nas oficinas temáticas. Optamos pela análise de conteúdo temática proposta pela Bardin (2002), através das etapas: pré-análise, exploração de conteúdo e tratamento dos resultados. O projeto de pesquisa foi submetido à análise e aprovação para avaliação dos critérios éticos da Faculdade de Medicina de Valença/ Fundação Educacional Dom André Arcoverde com CAAE: (36618414.2.0000.5246). A primeira fase foi preparar os acadêmicos para realizarem as oficinas, nas aulas práticas de saúde da mulher com a turma solicitamos aos acadêmicos a construção de peças anatômicas para subsidiar a atividade prática do projeto. Proposto um cronograma de execução, onde cada etapa foi construída e decidida em conjunto. O grupo se reuniu para decidir a partir de que material iriam construir as peças, qual a participação e colaboração cada integrante. Assim de quatro peças construídas, 03 foram de biscuit e uma de tecido e sementes. Sendo elas: Útero Saudável, Útero Gravídico de aproximadamente 20 semanas, mamas com alterações externas, todas em biscuit e mamas com alterações internas com sementes e tecido. Em seguida passamos para o planejamento e elaboração das oficinas e as temáticas propostas foram: Cuidado com o corpo, Entendendo a menstruação, Prevenindo a Gravidez, Aprendendo a cuidar das mamas, Compreendendo o climatério e a menopausa. As oficinas foram realizadas no auditório da Casa de Saúde da Mulher enquanto as mulheres (pacientes) aguardavam atendimento, às quartas-feiras, de 14h às 16h, no período de setembro de 2014, sob supervisão das docentes autoras do projeto e com acadêmicos. Ocorreram 07 oficinas com a participação de 55 mulheres. Tivemos em algumas oficinas a participação de 02 homens, as perguntas e dúvidas mais frequentes foram com os métodos contraceptivos, como prevenir e tratar as doenças sexualmente transmissíveis, como identificar e tratar o câncer de mama, se amamentação previne o câncer de mama, o uso inadequado de

medicação sem acompanhamento médico. Concluímos que através de oficinas temáticas desenvolvidas com intuito de realizar o cuidado de enfermagem e realizar educação em saúde, percebemos a possibilitando de um saber fazer consciente, crítico, transformador e humanizado. A participação nos encontros e oficinas possibilitou adquirir, compartilhar experiências e saberes, tanto do senso comum quanto o técnico - científico. **Palavras-chave:** enfermagem, mulher, educação, saúde coletiva

O CONHECIMENTO DO ENFERMEIRO SOBRE PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO NA ATENÇÃO BÁSICA

BRAZ, Márcia Ribeiro
CONCEIÇÃO, José Paulo Santos
MEDEIROS, Mariane Mattos da Silva
RODRIGUES, Lília Marques Simões

Introdução: O câncer do colo do útero é um dos tipos mais comuns entre as mulheres, responsável pelo óbito de 265 mil mulheres por ano. Ressalta que o enfermeiro é essencial na prevenção deste câncer, sendo o profissional que educa e integra a equipe de saúde. Sendo a promoção e prevenção atividades essenciais no combate do câncer de colo de útero, o enfermeiro deve estar capacitado para atuar trazendo conhecimento e ações para as mulheres, enfrentando as mais diversas variáveis, como idade, grau de escolaridade, nível sócio econômico e a área geográfica, dentre outros. O problema é tão significativo que a prevenção do câncer de colo de útero em 2013 ganhou destaque no cenário nacional com a incorporação da vacina quadrivalente contra o HPV no Sistema Único de Saúde (SUS) através da portaria nº 58 de 18 de novembro de 2013. A detecção precoce é a melhor forma de buscar um rápido diagnóstico, visando à cura ou estabilizar a doença, impedindo danos maiores causados por suas metástases. Sendo a prevenção uma das atividades essenciais, esse trabalho traz a seguinte questão: Qual a percepção do enfermeiro que atua na Atenção Básica de saúde quanto à prevenção do câncer de colo de útero? Quais as medidas de prevenção instituídas pelo Ministério da Saúde na prevenção do câncer do colo de útero? **Objetivo:** Avaliar o conhecimento do enfermeiro da atenção básica quanto à prevenção do câncer de colo de útero. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória com abordagem qualitativa. O estudo foi desenvolvido por meio de trabalho de campo, na primeira quinzena de setembro de 2014, tendo por instrumento de geração de dados questionários com questões abertas, os sujeitos da pesquisa são 16 enfermeiros da Atenção Básica de Saúde do município de Valença, até a presente data foram respondidos por 04 enfermeiros. Para análise de dados foi utilizado a técnica de análise temática de conteúdo, que possibilitou identificar as categorias. Os sujeitos do estudo serão os enfermeiros da atenção básica. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Valença – CEP-FMV, com CAAE 35283314.8.0000.5246, sob o parecer nº 791.720, visando atender à determinação da Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Pesquisa. **Resultados:** As categorias que emergiram na análise parcial dos dados foram as seguintes; Prevenção versus câncer de colo de útero, Educação em saúde

na prevenção, Realização do exame Papanicolau como atividade preventiva, Educação permanente da equipe multiprofissional de saúde e o Enfermeiro como membro de destaque na prevenção. A contribuição do enfermeiro intervém no encaminhamento das mulheres com alterações citológicas, além de ter contribuição de grande importância na prevenção do câncer de colo de útero participando no controle dos fatores de risco, realizando consulta ginecológica, atendendo à demanda com qualidade, realizando educação em saúde, dentro outros. **Conclusão:** Concluímos que os resultados do estudo apontam para a importância do conhecimento do enfermeiro, que ainda demonstra certa fragilidade no que diz respeito ao conceito de prevenção em sua totalidade, para que possa assim, atuar de forma efetiva nos diversos programas instituídos pelo Ministério da Saúde contra o câncer de colo de útero, dentro de uma perspectiva crítica e reflexiva. Trazendo assim um maior esclarecimento e aderência da comunidade feminina, visando assim o princípio da integralidade na assistência dessa mulher com qualidade.

Palavras-Chave: Enfermagem; Câncer de colo de útero; Atenção Básica; Prevenção.

MANEJO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA

BRAZ, Márcia Ribeiro, ¹; GALDINO, Cíntia Valéria²; NASCIMENTO, Juliana C.³; PAULA, Cristiane N.⁴; SANTOS, Glauce E. ⁵

O lixo produzido por serviços de saúde acentua os riscos à saúde da população bem como ao meio ambiente, tendo em vista seu alto risco de contaminação. Denominados, atualmente de resíduos de serviços de saúde, estes são conceituados como sendo qualquer resíduo gerado pelos mais diversos estabelecimentos de assistência à saúde, além dos hospitais. A Estratégia Saúde da Família (ESF) está voltada para a prevenção, promoção e recuperação de saúde. Os resíduos de serviços gerados na ESF são de diferentes naturezas, a exemplo temos resíduos contaminados variados, como os exames preventivos, curativos, injeções, vacinas e o alguns tipos de resíduos do atendimento odontológico. O conhecimento do manejo dos resíduos de serviços de saúde na ESF é de suma importância pois possibilita o desenvolvimento de ações estratégicas de educação e promoção da saúde nestes serviços, permitindo a prevenção de agravos relacionados aos riscos ocupacionais, bem como a minimização e/ou eliminação dos riscos à população e meio ambiente. O objetivo deste estudo foi avaliar conhecimento, atitude e prática da equipe da ESF quanto ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Está sendo desenvolvido um estudo exploratório de abordagem quanti-qualitativa. A população de estudo são os profissionais da ESF do município de Rio das Flores. O Instrumento de coleta de dados é um questionário estruturado, com questões abertas, semi-abertas e fechadas relacionado ao tema. Para análise dos dados está sendo utilizada a técnica da análise de conteúdo, na categoria temática, assim como medidas de proporção para as questões quantitativas. Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Valença (CAAE N°35285314.3.0000.5246), sendo aprovado em 28 de agosto de 2014 sob o n°791.475. Até o presente momento responderam o questionário 18

profissionais da ESF (64,3%) de um total de 28 profissionais que participarão do estudo. Dos 18 participantes 72,2% (13 pessoas) responderam que há orientações quanto o descarte de seringas e agulhas de insulina para os membros da comunidade, 83,3% (15 profissionais), responderam que os resíduos comuns são descartados separadamente dos contaminados. 88% (16 profissionais) responderam que o saco de resíduos contaminados e coletores de resíduos perfura - cortantes são substituídos quando atinge 2/3 de sua capacidade. 50 % dos que responderam (09 profissionais) já ouviram falar sobre as etapas do gerenciamento dos resíduos de saúde, mas não conhecem todas. Quanto as dificuldades encontradas para o gerenciamento dos serviços de saúde 33,3% (6 profissionais) responderam que não tem nenhuma dificuldade. Em análise preliminar encontramos algumas discordâncias quanto ao conhecimento, as práticas e atitudes dos profissionais em relação ao manejo de gerenciamento de resíduos. Observado que embora a maioria dos profissionais relatam que já ouviram falar, mas não sabem todas as etapas do gerenciamento, eles afirmam não ter nenhuma dificuldade no processo de manejo de resíduos na atenção básica. Esta pré análise demonstra para os autores a necessidade de continuidade no processo de avaliação dos dados correlacionando-os com a referência bibliográfica. **Palavras-Chave:** Resíduos de Saúde; Saúde da Família;

1_ Prof. ^a PHD MSc em Enfermagem Faculdade de Enfermagem _ FAA

2_ Prof. ^a MSc em Epidemiologia Faculdade de Enfermagem _ FAA

3_ Acadêmica: 10º Período da Faculdade de enfermagem _ FAA

4_ Acadêmica: 10º Período da Faculdade de enfermagem _ FAA

5_ Acadêmica: 10º Período da Faculdade de enfermagem _ FAA

MORTE INFANTIL: SENTIMENTOS DESPERTADOS NA EQUIPE DE ENFERMAGEM

MOREIRA, Cristiane Maria da Silva Henrique; FREITAS, Gleide Cristina Cortez de. CAVALCANTI, Paula Cristina da Silva. BRAZ, Márcia Ribeiro.

O objeto de estudo desta pesquisa foi os sentimentos despertados na equipe de enfermagem diante da morte infantil, tivemos como objetivos: Compreender os sentimentos da enfermagem diante da morte infantil; identificar os sentimentos despertados na equipe de enfermagem diante da morte infantil, descrever estratégias de defesa usadas pela equipe de enfermagem diante da morte infantil e discutir estratégias para amenizar o sofrimento da equipe de enfermagem diante da morte infantil. O projeto de pesquisa foi submetido à análise e aprovação para avaliação dos critérios éticos da Faculdade de Medicina de Valença/ Fundação Educacional dom André Arcoverde, com aprovação em 15 de setembro de 2014 (35317314.2.0000.5246). O teórico utilizado foi Freud, (2006) com os mecanismos de defesa: racionalização, isolamento, sublimação, projeção, repressão, formação reativa, identificação e regressão. Pesquisa do tipo descritivo, com abordagem qualitativa, a fim de buscar o conhecimento de diversas situações e relações que ocorrem na vida social do trabalho da equipe de enfermagem, proporcionando assim, maior familiaridade com a temática abordada. O cenário da pesquisa foi a pediatria do *Hospital Escola* Luiz Gioseff Jannuzzi localizado em Valença/ RJ. Os participantes do estudo foram à equipe de enfermagem. A coleta de dados foi através de entrevista semi estruturada.

Os dados foram coletados nos dias 15 e 16 de setembro, fizemos a transcrição dos dados e em seguida a categorização proposta por Minayo (2008) com as seguintes fases: leitura exaustiva do material e pré-análise; exploração do material e tratamento dos dados. A partir da análise de dados emergiram as classes temáticas: Morte, Sentimento e Defesa. Todos os pesquisados disseram que a morte é vista como uma passagem, o fim e como uma perda. Os sentimentos despertados na equipe diante da morte de uma criança foram: Angústia, Tristeza, medo, Fragilidade, Frustração, Aflição, Indignação, Impotência, Fracasso. Como estratégia para suportar essa situação a equipe busca o isolamento para se restabelecer emocionalmente ou evitar o contato com a família, por não conseguir lidar com a situação de sofrimento, ou regride voltado a comportamentos utilizados na infância como buscar apoio na mãe e chorar. Os enfermeiros demonstraram maior dificuldade em lidar com a emoção. O desencadeamento da defesa pode acontecer como uma tentativa de buscar o equilíbrio interno. Mesmo que a morte seja vista pela maioria como algo inevitável, ela ainda é enfrentada de forma negativa gerando diversos sentimentos, tais como: frustração, impotência, angústia, medo, fracasso, tristeza, fragilidade, aflição e indignação. Concluímos que realizar uma reflexão sobre a morte é de grande dificuldade para a equipe de enfermagem, estudos desse teor devem levar em conta o processo de morte e morrer, onde a morte é algo inevitável e doloroso e requer um preparo psicológico, para que este profissional possa enfrentar a situação de forma menos desgastante. Com esse estudo percebemos que diante da morte esses profissionais desenvolvem diversos sentimentos que tem como finalidade a proteção de si, tais sentimentos foram relacionados aos mecanismos de defesa. Cada profissional entrevistado lida de forma diferente com a morte infantil, gerando sentimentos múltiplos. Conclui-se também que o profissional enfermeiro é o mais despreparado psicologicamente e assim o mais suscetível aos agravos desse acontecimento. Dessa forma a equipe deve ser vista como sujeito individualizado desse evento, necessitando de uma atenção adequada para evitar futuras patologias.

Palavras-Chave: Sentimentos; Enfermagem; Morte; Infantil

PREVALÊNCIA DO SOBREPESO ENTRE ACADEMICOS DA ENFERMAGEM DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA - CESVA

BRAZ, Márcia Ribeiro¹ ; GALDINO, Cíntia Valéria² ; MAGALHÃES, Jessyca dos Santos³; TAVARES, Deusa Nogueira de Paula⁴

RESUMO

A obesidade é uma doença crônica definida como excesso de gordura corporal no indivíduo. Apresenta como de fatores de risco a hereditariedade questões ambientais e comportamentais, que vem aumentando de forma alarmante, já sendo considerada uma epidemia mundial, que atinge diversas faixas etárias. Caracteriza – se como sobrepeso o indivíduo que apresenta o Índice de Massa Corporal (IMC) no intervalo maior ou igual a 25 Kg/m² à 29,9Kg/m². Relaciona-se com o aumento na morbidade e mortalidade, já que aparece como causa e

fator de risco para várias doenças crônicas, não transmissíveis e não infecciosas como: problemas respiratórios, dislipidemias, alguns tipos de câncer, cálculo na vesícula e Diabetes Mellitus Tipo II (DM2). O presente estudo tem como objetivo é analisar a prevalência do sobrepeso entre os estudantes de enfermagem do Centro de Ensino Superior de Valença- CESVA. A população de estudo foram os acadêmicos a Faculdade de Enfermagem do CESVA. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado, onde através dos achados foi calculado o IMC e mensurada a cintura abdominal dos participantes, sendo posteriormente calculada e analisada a prevalência de sobrepeso entre os participantes. O estudo ainda está em análise dos dados. O presente estudo foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Valença, CAAE: 35276714.4.0000.5246 sendo aprovado de acordo com o número do parecer 791.709. Como resultados preliminares participaram até o momento 71 alunos (43%) de um total de 164 matriculados no curso. Sendo 54 do sexo feminino e 17 participantes do sexo masculino. Dos participantes 23% (16 alunos) encontram – se na classificação de sobrepeso, observado também que 13% dos entrevistados (9 alunos) foram classificados como obesos apresentando o IMC maior ou igual a 30 kg/m² e 59% (42 alunos) estavam dentro dos valores de IMC de peso normal. Analisando a circunferência abdominal foi identificado que 23 % (16 alunas) dos participantes do sexo feminino apresentaram circunferência abdominal acima de 88 centímetros (cm) (ponto de corte na classificação para de sobrepeso e obesidade) e 6% (4 alunos) do sexo masculino acima de 102 cm. Na análise do questionário 56% (40 alunos), dos participantes responderam que não praticam nenhuma atividade física, 42% (30 alunos) ficam longos períodos sem se alimentar e quanto questionados sobre os tipos de alimento que mais consomem 51% (50 alunos) responderam massas e frituras. De posse destes dados parciais observamos que embora o quantitativos dos entrevistados encontram – se dentro do peso adequado, a maior parte deles apresentam fatores de risco para sobrepeso e obesidade, tais como não praticar atividade física, ficar longos períodos sem se alimentar e o predomínio de frituras e massas nas refeições diárias. Estes fatores como já citados contribuem para o sobrepeso e a obesidade predispondo o indivíduo futuramente a problemas cardiovasculares e metabólico. **Palavras-Chave:** Obesidade; Sobrepeso; Fatores de risco;

1_ Prof. ^a MSc, PhD Faculdade de Enfermagem _ FAA

2_ Prof. ^a MSc. Faculdade de Enfermagem _ FAA

3_ Acadêmica: 10° Período da Faculdade de enfermagem _ FAA

4_ Acadêmica: 10° Período da Faculdade de enfermagem _ FAA

ALEITAMENTO MATERNO E O DESMAME PRECOCE: uma contribuição da enfermagem

MENDONÇA, Karla Campos; SILVA, Monique Vaz Almeida da; Acadêmicas de Enfermagem da Faculdade de Enfermagem do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA). Márcia Ribeiro Braz. Doutora em Enfermagem EEAN/ UFRJ. Coordenadora e Docente da Graduação em Enfermagem do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA). Marcela Pereira Oliveira. Mestranda UNIFOA. Docente da Graduação em Enfermagem do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA). Email: marcelapereiraoliveira@bol.com

RESUMO:

O leite materno é um alimento vivo, completo e natural, adequado para quase todos os recém-nascidos, salvo raras exceções como, por exemplo: mães portadoras de alguma patologia que impeça o aleitamento materno, uso de benzodiazepínicos e outros medicamentos que possam causar danos à saúde do bebê entre outros fatores. No Brasil, é preconizado o aleitamento materno exclusivo durante os primeiros seis meses de vida, pressupondo-se que a criança receba apenas o leite materno. O desmame precoce se caracteriza pela interrupção do aleitamento materno ao peito antes de o lactente ter completado seis meses de vida. Durante o estágio supervisionado da disciplina de Enfermagem na Rede Básica de Saúde, em uma unidade de Estratégia de Saúde da Família, onde foi realizada consultas de enfermagem na puericultura, observamos um elevado número de casos de desmame precoce na comunidade. O presente estudo busca através de entrevistas, identificar quais são os motivos que levaram as mães desmamarem seus filhos precocemente. O mesmo se justifica, devido a falta de informação e/ou incentivo às mulheres, referente à importância do aleitamento materno e dos riscos gerados ao lactente que sofre o desmame precoce e a própria mãe. O presente estudo teve como resultados parciais: (i) muitas mães desconhecem a importância do aleitamento materno exclusivo nos primeiros meses de vida dos bebês, e as consequências de realizarem o desmame precoce, e (ii) muitas mães alegaram não terem recebido orientação do profissional de saúde ou de qualquer outra pessoa. Percebe-se assim, que apesar da importância do aleitamento materno para mãe e para o bebê, muitas pessoas ainda não tem essa conscientização sobre o tema, e desta forma, desconsideram os problemas ocasionados pelo desmame precoce. Considera-se que nesse contexto, o profissional da saúde, como por exemplo, o profissional da enfermagem, tem um papel fundamental na conscientização das lactentes a respeito dos benefícios da amamentação, ressaltando a necessidade do aleitamento materno exclusivo até os seis primeiros meses de vida do bebê, contribuindo assim para a redução da mortalidade infantil em nossa região.

Palavras-chave: aleitamento materno, desmame precoce, enfermagem.

SEGURANÇA DO PACIENTE: QUEDA NA UNIDADE HOSPITALAR

BRAZ, Márcia Ribeiro¹; GALDINO, Cíntia Valéria²; MIRANDA, Germano Vieira³; BARROS, Paulo Eduardo de⁴

RESUMO

A queda pode ser definida como um evento não intencional que tem como resultado a mudança de posição do indivíduo para um nível mais baixo, em relação a sua posição inicial. Percebe-se que a hospitalização do indivíduo

aumenta o risco de queda, por se encontrarem fora de seu ambiente familiar, ou, às vezes, por serem portadores de doenças que predispõem à queda, tais fatos podem aumentar significativamente esse evento adverso. A North American Nursing Diagnosis Association (NANDA) considera que o Risco para quedas representa um diagnóstico de enfermagem, isto é, uma situação que demanda intervenções de enfermagem. A partir da identificação da clientela sujeita aos riscos para quedas, a enfermeira deve implementar ações visando a diminuição ou mesmo supressão da ocorrência do fenômeno. O objetivo do presente estudo foi analisar o risco de quedas de pacientes no Hospital Escola Luiz Guiseffi Jannuzzy _ HELGJ. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, com abordagem quanti-qualitativa, realizada nas de clínica médica do HELGJ. A população de estudo foram pacientes internados na clínica médica no período de 01 a 10 de setembro de 2014. Os dados foram coletados a partir um questionário estruturado e semi- estruturado. Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Valença (CAAE:35276614900005246), sendo aprovado em 28 de agosto de 2014 sob o nº 791.725. A pesquisa ainda está em andamento. Como resultados preliminares observamos que no período da pesquisa internaram 26 pacientes na clínica médica, sendo 65,4 % (17) do sexo masculino e 34,6% (9) pacientes do sexo feminino. Destes 65,4% (17 pacientes) apresentavam faixa etária superior a 65 anos. Utilizando a escala de Morse foi identificado que 42,3% (11) pacientes apresentam Risco Alto para a queda, o mesmo observado para Risco Baixo para queda 42,3% (11) pacientes e 15,4% (04 pacientes) nenhum risco para quedas. 88,5% (23 pacientes) responderam no questionário que nunca tiveram quedas durante internações prévias e 53,8% (14 Pacientes) precisam de ajuda para andar. Em análise parcial observamos que o presente estudo reforça a necessidade de que os profissionais de enfermagem conheçam os fatores de risco de quedas além dos critérios para identificar e avaliar estes fatores de risco. Com o uso da Escala de Morse e a aplicação do questionário obtemos informações importantes para avaliação do risco de quedas dos pacientes internados, com a finalidade de planejar medidas preventivas a este evento, contribuindo com a qualidade da assistência de enfermagem e a integridade física dos pacientes. **Palavras-Chave:** Diagnóstico de enfermagem; Segurança do paciente;

1_ Prof. ^a MSc, PhD Faculdade de Enfermagem _ FAA

2_ Prof. ^a MSc. Faculdade de Enfermagem _ FAA

3_ Acadêmico: 10º Período da Faculdade de enfermagem _ FAA

4_ Acadêmico: 10º Período da Faculdade de enfermagem _ FAA

PREVENÇÃO DO PÉ DIABÉTICO NO MUNICÍPIO DE VALENÇA: UMA CONTRIBUIÇÃO DA ENFERMAGEM

BRAZ, Márcia Ribeiro
FABIANO, Glaucia Regina Lauriano
OLIVEIRA, Priscila Menezes de Mello
SILVA, Ana Paula Ribeiro Marques

De acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes, o Diabetes Mellitus (DM) é um dos problemas de saúde mais importantes da atualidade, por ser uma doença com elevada morbidade e mortalidade. É uma doença crônica e se caracteriza por uma variedade de complicações, entre as quais se destaca o pé diabético, considerado um problema grave e com consequências muitas vezes devastadoras diante dos resultados das ulcerações, que podem implicar em amputação de dedos, pés ou pernas. Dados do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB) apontam para 2.076 pacientes diabéticos no Município de Valença. Neste sentido, este estudo tem por **objetivos** identificar o número de usuários diabéticos cadastrados em uma unidade de ESF que já apresentam neuropatia diabética, mas que ainda não apresentam o pé diabético e, apontar se estes usuários têm alguma noção de cuidados preventivos para evitar o Pé Diabético. **Metodologia:** pesquisa de campo, de caráter descritivo-exploratório, de abordagem quantitativa. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Faculdade de Medicina de Valença, sob CAAE 34150614.0.0000.5246. A população do estudo é composta por 81 usuários diabéticos cadastrados na unidade de ESF do bairro Biquinha, no município de Valença. Nossa amostra até o momento possui 21 usuários. A metodologia foi dividida em duas partes. Inicialmente as pesquisadoras utilizaram um formulário com 18 questões, divididas em: **dados sociodemográficos; estilo de vida; histórico do diabetes e comorbidades associadas e avaliação do autocuidado.** A seguir, as pesquisadoras realizaram a avaliação neurológica dos pés dos usuários com o teste de monofilamento Sims. suficiente para que este fizesse um arco. A aplicação foi repetida duas vezes no mesmo local, sendo alternada com, pelo menos, uma aplicação simulada, na qual o monofilamento não foi aplicado. Os dados coletados foram analisados no programa Excel, através estatística simples e apresentados em gráficos e tabelas, discutidos sob a luz da literatura. **Resultados parciais:** Nesta análise parcial, a amostra apresenta um n de 21 usuários diabéticos cadastrados na ESF da Biquinha. Em relação aos dados sociodemográficos, dos 21 usuários diabéticos que compuseram a amostra 16 eram do sexo feminino e 05 do masculino. A faixa etária compreendida de 29 a 92 anos. Quanto ao grau de instrução, 07 são analfabetos; 12 possuem o ensino fundamental incompleto e 02 possuem o ensino médio incompleto. Em relação ocupação, 12 são aposentados e/ou pensionistas, 04 são donas de casa, 03 são autônomos e 02 estão empregados regularmente. Após a realização do teste monofilamento, até o momento, constatou-se apenas 10% (1) caso de sensibilidade. Entretanto, observou-se 57,2% (12) pacientes com dormência e dor nos pés. No que se refere aos cuidados com os pés a maioria dos pesquisados até o momento observam os pés: 66,7% (14), paciente que examinam os sapatos antes de calça-los: 57,2% (12), pacientes que secam os dedos dos pés após lavá-los: 71,5% (15). **Conclusão:** Ao analisarmos os dados parciais concluímos que apesar de o teste do monofilamento apresentar apenas um caso, na população estudada, de perda da sensibilidade no pé, 12 usuários já apresentam os sintomas dor e parestesia (dormência) nos pés. Percebe-se a necessidade de educação em saúde aos usuários diabéticos para que a prevenção do pé diabético seja mais efetiva nesta comunidade. Atuação do enfermeiro na sistematização do pé diabético com aplicação do SAE que facilita o processo de recuperação. Palavras chave: Pé diabético; Detecção; Teste do Monofilamento; prevenção.

DIREITO

DIGNIDADE HUMANA NA SOCIEDADE

CONSTANÇA VILLABOIM

A dignidade humana no conceito jurídico é projetada e funciona como um espelho onde cada individuo abstrai os próprios valores, este conceito é valioso, intrínseco e deve ser interpretado constitucionalmente desempenhando um papel importante em questões normalmente complexas. Ela deve ser inviolável e estabelecer o livre direito ao desenvolvimento da personalidade. A dignidade humana é um valor fundamental que projeta o conteúdo de várias normas escritas e condiciona a interpretação da Constituição Federal como um todo, primordialmente quando direitos fundamentais estão envolvidos. Esta dividi-se em dois ramos, um voltado para a filosofia expressa em valores morais e a outra contemplada em direitos fundamentais representando a moral na forma do direito. Deve apresentar elementos de laicidade separando e defendendo a neutralidade entre estado e igreja. A dignidade humana influi um importante papel na vida dos seres humanos, é uma autonomia individual que o impede de tornar-se um maquinário social. O estado aqui intervém na comunidade para estabelecer metas coletivas e restrições sobre a autonomia pessoal, esta intervenção é controversa, pois a sociedade civilizada impõe sanções e interesses relativos à vida. Nas situações diárias deve-se então analisar o momento em que a autonomia do individuo fere os direitos humanos e as regras socialmente impostas.

Constituição Federal: Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Palavras Chaves: Dignidade Humana, Individuo, Sociedade, Estado.

TERRA PROMETIDA

DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS

Marcos Paulo Oliveira Santana – 3º período Direito

Palavras-chave: direitos, intolerância, paz, conflito

Os atuais conflitos entre judeus e palestinos têm origem histórica. Há cerca de 4000 mil anos, os descendentes de Abraão se estabeleceram na região da Palestina, por consequência de uma orientação divina (Gêneses 12) “Sai-te da tua terra, e da tua parentela e da casa do teu pai, para a terra que eu te mostrarei. E far-te-ei uma grande nação...”. Fundaram dois reinos, o de Israel e o de Judá e também edificaram a cidade de Jerusalém. Após serem invadidos e escravizados por diversos povos como os Assírios, Persas, Egípcios e romanos, sendo por estes expulsos, se espalharam por toda a Europa. Ao final do século XIX foi iniciado um movimento de retorno dos judeus à terra prometida, o que houve-se por amplamente reforçado após a Segunda Guerra Mundial, com o apoio de órgãos não governamentais. Em razão do Holocausto sofrido pelos judeus, organizações de ajuda humanitária em todo mundo, clandestinamente, começaram a enviar judeus que estavam espalhados por diversos países para a região de origem. Nessa época, a Palestina estava sob o mandato britânico, que tentou, a todo custo, evitar esse retorno, pois, o número de judeus enviados excedia ao que haviam autorizado. Tal fato estava criando conflitos na região, pois os britânicos haviam cedido aos judeus as melhores terras, em retribuição à ajuda financeira e de suprimentos recebidos de comerciantes judeus durante a Segunda Guerra. Em 1947, após pressão de várias nações, em uma sessão na Organização das Nações Unidas, sob a presidência do embaixador brasileiro Oswaldo Aranha, foi deliberada a criação do Estado de Israel. O Estado de Israel nasce sob intenso apoio militar e financeiro de vários países, principalmente dos Estados Unidos da América, sendo necessário lembrar que diversas indústrias norte-americanas foram fundadas por judeus. “O direito de herança e histórico”, anunciado pelo líder do conselho do povo David Bem Gurion, em 14 maio de 1948, no museu de Tel-Aviv, perante 350 convidados, oficializou a criação do Estado de Israel, mas somente serviu para acirrar a disputa por terras entre árabes e judeus. No dia seguinte ao anúncio, os membros da liga árabe (Egito, Iraque, Jordânia, Líbia e Síria), insatisfeitos com a partilha da Palestina, anunciaram que o limite de divisão não passaria de uma linha de sangue e fogo. O Estado israelense foi criado por força de uma resolução da ONU e com o apoio militar e financeiro de diversos países, no entanto, uma vez estabelecido e fortalecido, passou a não respeitar as diretrizes do próprio organismo internacional, a exemplo da violação à Resolução 242, que tinha como diretriz a devolução das terras controladas após vários conflitos com os árabes, alegando direito de defesa. Em pouco mais de 20 anos, o território do Estado de Israel passa, dos 14.500 Km² estipulados pelo acordo de sua criação, em 1947, para 84.000 Km². Por isso, Hamas, Fatah, OLP, Hezbollah e Intifada são nomes que ao serem ouvidos nos trazem à mente a percepção de violência, porém, a

intolerância de parte a parte, o pouco diálogo e o conflito de interesses são as principais causas dos embates na região do Oriente Médio. Devido a diversidade de ideologias e ao total desprezo aos direitos do semelhante, esta pesquisa nos traz a conclusão que tal situação está distante de um fim, sendo a convivência harmônica entre judeus e palestinos algo improvável em nossos tempos.

LIBERDADE RELIGIOSA À LUZ DO PRINCÍPIO DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

JACQUELINE ÁVILA NATAL PINHO

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA, que tem como linhas de pesquisa os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Com este trabalho se pretendeu estudar os limites ao exercício da liberdade religiosa e da autonomia da vontade individual, em face de outros princípios constitucionais, como o direito à vida, o direito à saúde e o princípio da dignidade da pessoa humana. Nesta linha de pesquisa será adotada, como marco teórico, a obra de Cleyson de Moraes Mello, que tem como objeto de seu estudo o direito civil à luz dos princípios constitucionais. Sendo assim, o estudo tem os seguintes objetivos: a) Refletir sobre os limites da liberdade religiosa no Brasil. b) Investigar o princípio da Dignidade da pessoa humana. c) Traçar um paralelo entre o conflito dos princípios constitucionais. A metodologia envolve, essencialmente, um estudo bibliográfico de autores do campo do Direito Civil e Constitucional. Por meio da realização desta pesquisa, pode-se perceber que o direito à vida é inviolável, indisponível e, de acordo com alguns doutrinadores, deveria prevalecer sobre os demais por ser condição para o gozo de outros direitos fundamentais. No entanto do que adianta viver sem possuir o mínimo de dignidade perante o meio em qual se vive? Tal questionamento leva alguns religiosos, devido à interpretação de passagens Bíblicas, a negarem procedimentos médicos que necessitam de transfusões de sangue, mesmo que isso possa levá-los à morte, como os Testemunhas de Jeová. As Testemunhas de Jeová rejeitam a transfusão de sangue, por entenderem que ele é sagrado, representando a vida como descrito em algumas passagens bíblicas. O direito à vida não é absoluto, podendo haver restrição em algumas situações, no entanto, tem um peso maior porque é condição para o exercício dos demais direitos fundamentais. O valor da vida deve ser conciliado com outras liberdades básicas decorrentes da autonomia da vontade. O Estado pode proteger um indivíduo de si próprio, para impedir que o exercício de sua liberdade religiosa lhe cause dano irreversível ou fatal? Apesar do direito à vida ser indisponível e um dos bens mais valiosos para o ser humano, existem outros elementos necessários para que ele tenha sentido como a dignidade humana, pois, sem ela, a vida perde o sentido, fazendo com que o indivíduo perca a vontade de traçar objetivos e metas a serem cumpridos durante sua existência. Deve haver uma harmonia entre os princípios da dignidade da pessoa humana, direito à vida, liberdade religiosa e

autonomia da vontade. No caso das Testemunhas de Jeová, um membro que receba a transfusão de sangue seria expulso da congregação e isolado do grupo a qual pertence, causando grande dano à sua dignidade como pessoa humana, pois pessoas próximas, inclusive familiares, o excluiriam das mais simples atividades rotineiras. Após o estudo do tema acima, conclui-se que no caso de haver colisão das liberdades fundamentais deve ser levado em consideração o princípio da Dignidade Humana, assegurando aos cidadãos uma vida digna perante o meio em que vivem. Por esse motivo os membros da religião “Testemunha de Jeová” possuem poder de decisão ao opinar sobre qual direito deve prevalecer no caso das transfusões de sangue, pois a eles são assegurados pela Constituição Federal o direito à liberdade religiosa e o princípio da dignidade humana, possuindo, assim, autonomia em suas escolhas.

Palavras-chaves: Liberdade religiosa, direito à vida; autonomia da vontade, ponderação de interesses

O TESTAMENTO VITAL SOBRE A ÓTICA DO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Geísa Laureano Ferraz e Thayani Inocência Porto

Palavras chaves: Testamento Vital, Testemunhas de Jeová, Direito a Vida e Dignidade da Pessoa Humana.

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA, que tem como linhas de pesquisa o testamento vital. Este é um documento assinado pelo interessado juridicamente capaz de declarar quais tipos de tratamento médicos aceita ou rejeita, o que deve ser obedecido nos casos futuros em que se encontra em situação que o impossibilite de manifestar sua vontade, como por exemplo, em caso deste entrar em coma. Em contraposição, aos testamentos em geral, que são atos jurídicos destinados à produção de efeitos (negócio jurídico unilateral - post mortem), os testamentos vitais são dirigidos à eficácia jurídica antes da morte do interessado. No Brasil não há previsão legal para o testamento vital. Diante disto, não há como afirmar categoricamente quais seriam seus requisitos formais, o que não é desprezível: a qualquer ato jurídico a que faltem pressupostos de ordem formal é cominada a sanção da nulidade, nos termos dos arts. 104, III e 166, IV do Código Civil. Por outro lado, constata-se que os atos jurídicos, em geral, independem de forma, a não ser quando a lei expressamente eleja alguma, conforme dispõe o art. 107, também do Código Civil. Em tese, pois, poder-se-ia alegar que, como a lei não contempla qualquer solenidade para a prática do ato em questão, a forma seria livre. Como já se sabe, em nosso país existe uma grande discussão sobre o caso das Testemunhas de Jeová que não se submetem a transfusões de sangue, que gera uma colisão de direitos (Direito a vida – art. 5º da Constituição Federal X Direito a liberdade religiosa – art. 5º, VI da Constituição Federal). No entanto,

defendemos ser direito do paciente optar pela submissão ou não a qualquer tipo de intervenção médica. Além disso, somos a favor da morte digna e da possibilidade de haver interrupção de tratamentos que apenas prolongue a vida do paciente que já se encontra em estado irreversível. Mas também entendemos, em um primeiro passo, que a vida humana é um direito irrenunciável e inviolável, havendo casos em que o próprio ordenamento admite validamente a sua supressão (é o que acontece com a legítima defesa ou o aborto, nos excepcionais casos em que este é autorizado). O que deve ser questionado é se a vida humana pode ser preservada a qualquer custo ou se, por outro lado, não se pode atestar que morrer dignamente é decorrência do preceito da dignidade da pessoa humana, constitucionalmente tutelado. Já que a vida, não é um bem jurídico disponível, não cabe impor às pessoas um dever de viver a todo custo, o que significa, assim, que morrer dignamente nada mais é do que uma decorrência lógica do princípio da dignidade da pessoa humana. Diante do exposto, resta concluir que o testamento vital não somente deve encontrar espaço no ordenamento brasileiro (levando em consideração que acabaria com a discussão entre médicos e pacientes, principalmente nos casos das Testemunhas de Jeová), como reconhecer sua validade por meio da lei, o que consagra o direito à autodeterminação da pessoa quanto aos meios de tratamento médico a que pretenda ou não se submeter.

IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL - A RELEVÂNCIA E OS EFEITOS PARA O INQUÉRITO POLICIAL E A PERSECUÇÃO PENAL

ARMANDO RODRIGUES DA COSTA JUNIOR

Palavras-chave: Identificação civil, identificação criminal, impressão digital, papiloscopia, datiloscopia.

A temática da identificação criminal como elemento do inquérito policial e da persecução penal, se insere no contexto da realização de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Direito de Valença – CESVA/FAA, visando a obtenção do grau de Bacharel em Direito. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo principal inferir uma nova visão sobre a identificação criminal, de forma que se assegure a condução do Inquérito Policial e atenda ao propósito da persecução penal. Se de um lado temos no artigo 5º da CRFB/88 o inciso LVIII: “o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”; e o inciso LXIII, CRFB/88: “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado” (que assegura direito individual a não autoincriminação, princípio “*nemo tenetur se detegere*”); de outro o inciso XLV do mesmo artigo 5º determina que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado (...)”. Diante desse conflito que se impõe ao procedimento investigatório, inicia-se uma acalorada discussão sobre o dever do Estado de responsabilizar o indivíduo que transgredir as normas, e a garantia do transgressor de evitar a própria condenação. Sem dúvida, que é indispensável a

adequação do inquérito policial às garantias constitucionais mencionadas, mas também deve-se impor a desafiadora missão aos juristas de refletir sobre a necessidade de reinterpretar nossas leis, de forma que os confrontos de interesse do direito individual e coletivo encontrem a desejada harmonia. Neste sentido, visando compreender as implicações da identificação criminal sobre os direitos fundamentais, a pesquisa foi empreendida com os seguintes objetivos: a) O estudo da identificação humana, através de registros do procedimento junto às primeiras civilizações, com o emprego do nome para diferenciar as pessoas, passando pelos métodos cruéis, destinados especialmente a criminosos e escravos, até os dias de hoje, com a datiloscopia, a biometria e o DNA; b) Observar a posição doutrinária de juristas renomados no campo processual penal acerca da temática, adotando-se como marco teórico as obras de André Luiz Nicolitt, Mário Sérgio Sobrinho, Carlos Henrique Borlido Haddad, Aury Lopes Jr, Paulo Rangel, Julio Fabbrini Mirabete e Cesare Beccaria; c) Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, bem como da própria Constituição Federal de 1988; d) Alicerçar a pesquisa a partir de consistente suporte técnico-científico apresentado por estudiosos como Samuel Alfonso Delgado Caballero e Adriano Roberto da Luz Figini e colaboradores, além de outros materiais reunidos através de artigos, manuais técnicos, leis e pesquisas da internet; e) Realizar pesquisa de campo junto aos órgãos oficiais de identificação do país, visando compreender a prática do dia a dia e o aparato tecnológico disponível. Como resultado final, pretende-se demonstrar a admissibilidade inequívoca e plena da identificação criminal como algo indispensável ao procedimento de investigação e de eventual persecução criminal, afastando o errôneo paradigma de submissão o indivíduo a uma “condição vexatória”, sempre comparada aos métodos degradantes do passado, visto que nem de longe o procedimento de hoje se assemelha àquelas condutas desumanas.

REFERÊNCIAS

- NICOLITT, André Luiz. Intervenções corporais no processo penal e a nova identificação criminal: Lei 12.654/2012 / André Luiz Nicolitt, Carlos Ribeiro Wehrs. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- SOBRINHO, Mário Sérgio. A identificação criminal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.
- HADDAD, Carlos Henrique Borlido. Conteúdo e contornos do princípio contra a auto-incriminação. 1. ed. Campinas: Booseller, 2005.
- LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. 9.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- RANGEL, Paulo – Direito Processual Penal. 17.ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal / Parte Geral: Arts. 1º a 120 do CP. 21ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BECARIA, Cesare – Dos delitos e das penas. 2.ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2010.

CABALLERO, Samuel Alfonso Delgado. Papiloscopia: Certeza ou dúvida?: Apologia à Micropapiloscopia. Campinas, SP: Millenium Editora, 2012.

FIGINI, Adriano. Datiloscopia e revelação de impressões digitais / Domingos Tocchetto, autor e organizador; Adriano Figini, coordenador. Campinas, SP: Milenium Editora, 2012.

RESUMO:

UMA LUZ SOBRE A EUTANÁSIA

LUCAS PINHEIRO GARCIA

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação científica Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA, que tem como linhas de pesquisa os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Com este trabalho se pretendeu estudar como não é fácil tomar uma decisão quanto à criminalização ou descriminalização da eutanásia, visto que tanto em um como no outro caso os prós e os contras ensejam grande debate. Sendo assim, o estudo tem os seguintes objetivos: A) resgatar os fundamentos que validam ou desvalidam tal ato no decorrer da história; tendo enfoque na forma como o assunto é tratado (ou deixa de ser tratado) no Brasil, devido ao aspecto de tabu que assume em nossa sociedade. B) traçar um comparativo entre a forma como a legislação de alguns países em que a prática é legalizada tratam o assunto e o modo como o Brasil, que ainda a criminaliza, trata o assunto. C) Investigar como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que visa tutelar o bem maior do ser humano, a vida, possibilita que a eutanásia seja legalmente aceita na medida em que se trata do direito à autodeterminação, ou ainda, como pode vir a ser, a eutanásia, a materialização do princípio constitucional que confere o direito do ser humano à uma vida digna. Entre os artigos da referida constituição ainda se encontram outros que venham a corroborar com a tese acima defendida, como, por exemplo, quando se proíbe a submissão de qualquer indivíduo à “tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. D) Coletar argumentos usados por quem defende a criminalização da prática e por quem defende a legalização; sejam estes éticos, religiosos, filosóficos, ou da psicologia, em suma, qualquer que seja a área do conhecimento envolvida, de modo que se consiga, assim, abarcar o maior número de nuances possíveis. Por meio da realização desta pesquisa, pode-se perceber que o assunto é complexo e, com efeito, deve-se debater constantemente sobre o assunto para que melhor se aproxime do que é pretendido pelo Direito, que seja, a tutela do ser humano e seus direitos fundamentais. Conquanto, se assume a necessidade de uma avaliação de cada caso concreto para se achar ao objetivo acima mencionado, não permitindo, deste modo, o estabelecimento de súmulas vinculantes sobre o tema que levariam a abstrações nem sempre úteis a resolução do caso, em vista da imensidão de possibilidades que o tema abarca.

PALAVRAS-CHAVE : Eutanásia; Constituição; Direitos fundamentais; Debate

DIREITOS FUNDAMENTAIS – RAMIFICAÇÃO NA DIVERSIDADE RELIGIOSA

LUCILENE APARECIDA DA SILVA GARDIM

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA e na Constituição Federal Brasileira, que tem como linhas de pesquisa os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Com este trabalho se pretendeu estudar o avanço no Direito em relação à liberdade religiosa, sendo adotados como marco teórico os seguintes autores: Boaventura de Sousa Santos, Antônio Celso Alves Pereira e Cleyson de Moraes Mello. O Brasil é um país laico, não havendo uma religião padrão ou dominante, assim como, não é constitucionalmente possível que o Estado fomente práticas religiosas ou restrinja as escolhas individuais neste campo. Portanto, todos têm a liberdade de expressão, o que inclui a liberdade de expressão religiosa. Ademais, o artigo 5º, caput, da Constituição Federal de 1988, podemos encontrar a proteção à vida e à liberdade, assim como, em seu inciso VI, a proteção ao direito à liberdade de crença. O desafio é constante, pois não se trata somente de escolhas individuais, pois, o que organiza juridicamente uma sociedade são as leis, e o que faz uma sociedade é a sua cultura, sempre influenciada pela religião. Casos que levam a vários questionamentos são relacionados às Testemunhas de Jeová, que não permitem a transfusão sanguínea, com fundamento em algumas passagens Bíblicas, como as seguintes: “A carne, porém, com sua vida, isto é, com seu sangue, não comereis” ([Gênesis 9:4](#)) ou “E qualquer homem da casa de Israel, ou dos estrangeiros que peregrinam entre eles, que comer algum sangue, contra aquela alma porei a minha face, e a extirparei do seu povo.” ([Levítico 17:10](#)). Com isso, em razão de uma dicção mais precisa do legislador sobre a matéria, foi necessário que o Poder Judiciário fizesse uma releitura do direito à liberdade religiosa e à livre disposição sobre o corpo, relevando que, ao mesmo tempo que a pessoa tem o direito de não querer receber a doação sanguínea, o sistema de saúde deve privilegiar a proteção de sua vida, o que viabilizou a implementação de meios alternativos de tratamento. Desta forma, estariam sendo tutelados, em consonância com o princípio da máxima efetividade da Constituição, o direito à liberdade religiosa e o direito à vida, pois, o tratamento alternativo não infringe as convicções religiosas das “Testemunhas de Jeová” e, ao mesmo tempo, assegura a proteção ao direito à vida. Outra questão que suscitou intenso debate na comunidade jurídica foi o episódio de um grupo evangélico que realizou um culto no mesmo instante em que um grupo umbandista promovia sua liturgia uma praia do Rio de Janeiro. A par da discussão sobre a violação à liberdade de reunião que, dentre outros requisitos, somente pode ser legitimamente exercida

quando não prejudique a realização de outro evento marcado previamente para o mesmo local (art. 5º., XIV, CRFB/88), o tema assume um caráter marcadamente religioso, pois, seu intuito foi, inequivocamente, o de constranger a liberdade de expressão religiosa. No caso, mesmo após o grupo evangélico ser advertido pelo líder umbandista da violação à liberdade de manifestação de seu grupo, o evento dos evangélicos prosseguiu, o que motivou uma ação judicial em face da congregação evangélica e uma condenação pecuniária. Portanto, após o estudo dos casos mencionados e de observar como a ordem jurídica e a jurisprudência pátrias vêm enfrentando a questão da liberdade de expressão religiosa, podemos concluir que o Poder Judiciário brasileiro vem buscando harmonizar os interesses contrapostos, empreendendo uma prática ponderativa que contribui sensivelmente para a concretização de uma sociedade marcada pela convivência pacífica entre os diversos grupos religiosos em atividade no País, honrando o compromisso constitucional com um Estado laico. Sendo assim o estudo tem os seguintes objetivos de esclarecer, conscientizar e promover a liberdade religiosa. Todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país são iguais perante a lei, sendo assim todos têm os mesmos direitos e deveres com relação à nação. Apesar de séculos buscando esta igualdade deparamos com muitos conflitos primários que vem exigindo mudanças na interpretação da lei com jurisprudências.

Palavras- chaves: Direito; Constituição, Religião; Igualdade.

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

OTTO PEREIRA MATTHEIS CRUZ

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA, que tem como linhas de pesquisa os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Com esse trabalho, se pretendeu estudar a Dignidade da pessoa humana e algumas de suas bases no direito atual. Nesta pesquisa foram adotadas, como marco teórico, as obras de Norberto Bobbio, Wladimir Novaes, Cleyson de M. Mello, Miguel Reale, Immanuel Kant e Rizzato Nunes, que tem como objeto de seus estudos a análise do princípio da dignidade da pessoa humana, a partir de sua perspectiva histórica, perpassando por sua aplicação na atualidade. Sendo assim, o estudo foi empreendido com os seguintes objetivos: a) Resgatar os fundamentos históricos do princípio da Dignidade da Pessoa Humana; b) Analisar a introdução do conceito da Dignidade da Pessoa Humana no Brasil, que se visualizou no direito posto somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo consagrada como princípio fundamental da Carta Constitucional pátria e uma de suas cláusulas pétreas; c) Coletar jurisprudência dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da Dignidade da pessoa humana em casos de difícil solução (“hard cases”), cuja ponderação de valores observou a aplicação do princípio de maneira decisiva; d) Compreender a inserção do princípio da dignidade da pessoa humana no

plano do Direito Internacional, como elemento essencial à consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos. A metodologia envolveu, essencialmente, um estudo bibliográfico de autores do campo da Teoria do Direito, do Direito Constitucional e dos Direitos Humanos, além de documentos legislativos e de decisões judiciais emblemáticas dos Tribunais brasileiros e das Cortes Internacionais. Por meio da realização desta pesquisa, foi possível observar que, apesar da dignidade da pessoa humana ter sido objeto de estudos na Idade Média, somente passou a integrar o cerne dos ordenamentos jurídicos estatais a partir do século XX, através de sua consagração na Constituição do México (1917) e na Constituição de Weimar (1919), sabendo-se que, após a Segunda Guerra Mundial, o princípio assumiu enfoque global, quando foi adotado como parâmetro na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Carta da Organização das Nações Unidas. A partir de então, o princípio da Dignidade Humana observou um amplo processo de constitucionalização e passou a ser objeto de diversos Tratados Internacionais, no intuito de assegurar a integridade como um bem intrínseco a todos os seres humanos, desde a concepção, até a morte, tendo como subprincípios a solidariedade, igualdade, liberdade e a integridade psicofísica.

Palavras-chave: Dignidade Humana, Constitucionalismo, Direitos Humanos,

A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AOS CRIMES DE PECULATO: CONSIDERAÇÕES DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS

LESSÍRIA GOMES SANTANA

Palavras-chave: Princípio da Insignificância, Peculato, Doutrina, Jurisprudência.

A temática da aplicabilidade do princípio da insignificância aos crimes de peculato, se insere no contexto da realização de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Direito de Valença – CESVA/FAA, visando a obtenção do grau de Bacharel em Direito. O princípio da insignificância é originário do Direito Romano e sua introdução no Direito Penal ocorreu em 1964, a partir da obra de Claus Roxin, na Alemanha. A doutrina de Claus Roxin consagrou o entendimento de que uma lesão insignificante ao bem jurídico tutelado pelo Direito Penal, não deve ser sancionada, sob pena de ocorrer uma desproporção entre a mínima gravidade da conduta e a aplicação de uma pena. Trata-se, portanto, de afastar a própria tipicidade penal, ensejando a não punição de uma conduta que, apesar de formalmente típica, pois, descrita de forma taxativa em lei, causa lesão tão insignificante ao bem jurídico tutelado pela norma jurídica, ao ponto de descaracterizar a existência de tipicidade material, tornando desnecessária a interferência do Direito Penal. Neste sentido, o presente trabalho de pesquisa busca indagar sobre a possibilidade do princípio da insignificância incidir sobre as condutas descritas no artigo 312 do Código Penal Brasileiro, que prevê as modalidades do crime de peculato, quais sejam: peculato-apropriação, peculato-desvio, peculato-furto e peculato culposo. A temática ganha relevo, a partir da perspectiva de que o crime de peculato tem como sujeito passivo a Administração Pública, visto que o agente público, por

vontade livre e consciente, se apropria, desvia, subtrai ou concorre para que terceiro subtraia bem pertencente ao Estado ou age, culposamente, inobservando dever de cuidado, permitindo que terceiro concorra para a prática de tais crimes. Sob este aspecto, seguindo posição mais alinhada com a doutrina majoritária, o Supremo Tribunal Federal vem entendendo que a aplicação do princípio da insignificância aos crimes de peculato somente deve ocorrer quando presentes os seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta, inexistência da periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada. Por outro lado, através de diversos julgados, o Superior Tribunal de Justiça conformou entendimento no sentido de que a aplicação do princípio da insignificância aos crimes de peculato estará sempre condicionada a uma ponderação de interesses, tornando indispensável uma análise casuística sobre os bens jurídicos em colisão, ora prevalecendo a irrelevância da lesão ao patrimônio público, ora prevalecendo a moralidade administrativa e a fé pública. Sendo assim, ainda que o entendimento predominante no mencionado Tribunal Superior seja no sentido de conferir maior proteção à moralidade administrativa, julgados recentes admitem a aplicação do princípio da insignificância, em razão do ínfimo valor da coisa furtada pelo funcionário público, considerando a violação à probidade administrativa penalmente irrelevante. Em última análise, a pesquisa nos fez concluir que, em consonância com uma visão comprometida com a constitucionalização do Direito, a produção jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça remete à necessidade de uma relativização do entendimento majoritariamente sustentado pela doutrina brasileira, na qual, a colisão de valores como liberdade, propriedade e moralidade administrativa devem ser objeto de uma ponderação de interesses, o que rompe com a tradição positivista da subsunção.

Referências

- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CAPEZ, Fernando, Curso de Direito Penal: Parte Geral. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CAPEZ, Fernando, Curso de Direito Penal: Parte Especial. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2013, v.3.
- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 15.ed. Niterói: Impetus, 2013.
- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Especial. 15.ed. Niterói: Impetus, 2013, v.4.
- JESUS, Damásio de. Direito Penal. Parte geral. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia. Manual de Direito Penal. 1ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MASSON, Cléber. Direito Penal Esquematizado. Parte Geral. 6.ed. São Paulo: Método, 2012, v.1.
- MASSON, Cléber. Direito Penal Esquematizado. Parte Especial. 2. Ed. São Paulo: Método, 2012, v.2
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

PAULO CESAR KOENIGKAM

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA, que tem como linhas de pesquisa os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Com este trabalho se pretendeu estudar como a influência exercida pela mídia sobre o Tribunal do Júri pode ser capaz de mitigar dois dos mais importantes consectários do Estado Constitucional Democrático de Direito: o princípio da presunção de inocência e o princípio do devido processo legal. Sendo assim, Em razão da previsão da liberdade de imprensa na Magna Carta de 1988, há a impossibilidade de censura, o livre exercício da profissão, a liberdade de informação e liberdade de pensamento. Assim sendo, ainda que a liberdade de imprensa seja essencial à defesa das liberdades públicas, tratando-se de verdadeiro direito fundamental de primeira dimensão, inscrito no art. 5º., IX, CRFB, não pode ser concebido como uma liberdade absoluta. Em verdade, trata-se de um direito civil que merece ser ponderado em face de outros direitos, a exemplo dos direitos à honra, à imagem, à intimidade e à vida privada. Portanto, embora a influência sobre a opinião pública constitua um anseio legítimo e inerente à atuação dos órgãos de imprensa, indiscutivelmente, diversos veículos de comunicação brasileiros, em busca de audiência, ousam ultrapassar os limites do dever de informar, adotando uma postura sensacionalista. Não raro, tais veículos, muito além de informar, ousam construir um cenário paralelo aos fatos, transformando o acusado em condenado. No caso do homicídio doloso, crime de competência do Tribunal do Júri, cuja decisão recai sobre um corpo de jurados, formado por pessoas do povo, o acesso aos meios de comunicação, além de um direito, constitui verdadeira necessidade, porém, os veículos midiáticos não dispõem de produto mais rentável do que a dor humana, sobretudo quando proveniente de uma perda perversa, explorada de forma inconsequente, gerando um senso comum que nada tem a ver com a justiça: a necessidade de vingança. Portanto, como o julgamento midiático consegue penetrar na órbita processual, influenciando diretamente a concepção dos jurados, não parece desarrazoado supor que a condição de acusado facilmente se converte em condenação antecipada. Nestes termos, diante de tal hipótese, estaríamos diante de um conflito aparente de normas constitucionais: a liberdade de expressão, prevista no art. 5º., IX, CRFB/88 e os princípios da presunção de inocência e do devido processo legal, consagrados no artigo 5º, LV e LVII, CRFB/88, respectivamente. Obviamente, a solução de colisões desta natureza não pode ser solvida no plano da invalidação recíproca, à medida que trata-se de uma colisão entre direitos abrigados na órbita constitucional e destituídos de

hierarquia formal recíproca. Portanto, ainda que não seja possível estabelecer uma prevalência absoluta de um direito fundamental sobre outros, tal hipótese exige uma solução ponderativa, a ser empreendida tendo como parâmetros o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da proporcionalidade, viabilizando ao magistrado uma solução que privilegie a máxima efetividade da Constituição, de modo a restringir eventuais excessos midiáticos sem, contudo, violar o núcleo essencial da liberdade de expressão.

Palavras-chaves: Influência da Mídia, Tribunal do Júri, Presunção de Inocência, Devido Processo Legal.

A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E A POLITIZAÇÃO DA JUSTIÇA: DUAS FACES DA MESMA MOEDA?

JOEL SOUZA DA SILVA JUNIOR

O estudo do fenômeno da judicialização da política e de suas implicações sobre os paradigmas liberais acerca do papel reservado ao Poder Judiciário na promoção dos direitos fundamentais, se insere no contexto da realização de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Direito de Valença – CESVA/FAA, visando a obtenção do grau de Bacharel em Direito. Nesse contexto, observamos que o liberalismo político, a partir de sua concepção de Estado mínimo, legou à humanidade um período de atuação judicial politicamente neutralizada, estritamente comprometida com a legalidade, com os direitos fundamentais de primeira dimensão e com o princípio da separação das funções estatais. No entanto, o vertiginoso processo de constitucionalização das democracias contemporâneas, cuja origem podemos encontrar na emergência dos Estados Sociais europeus, após a Segunda Guerra Mundial, consolidou o fenômeno da consagração dos direitos fundamentais de segunda dimensão no plano das Constituições nascentes, pressupondo, desde então, a necessidade de uma atuação positiva do Estado, no sentido da promoção de políticas sociais compensatórias, visando a concretização da igualdade material e do acesso aos direitos fundamentais prestacionais, a exemplo dos direitos à saúde, à educação, ao trabalho, à proteção à infância e ao idoso. No caso brasileiro, não obstante a consagração destas demandas pela Constituição Federal de 1988, a recorrente omissão estatal, em particular, do Poder Executivo, tornou o Poder Judiciário um depositário das mais amplas expectativas da sociedade, o que gerou um crescimento exponencial das demandas jurisdicionais visando compelir o Poder Público a efetivar direitos sociais. Diante do inédito desafio de dialogar com os poderes políticos, o Poder Judiciário tornou-se alvo sistemático de questionamentos sobre sua legitimidade para interferir na gestão administrativa, basicamente, a partir das seguintes perspectivas: a falta de legitimidade dos magistrados, tendo em vista que não são eleitos pelo sistema representativo, associada à falta de expertise técnica em questões de políticas públicas; e a escassez de recursos públicos, denominada Reserva do Possível, o que incapacitaria o Poder Público para atender, simultaneamente, ao conjunto de demandas jurídico-sociais. Contudo, nesta pesquisa pudemos concluir que o crescimento da busca ao Poder Judiciário não passa de uma decorrência do

próprio processo de redemocratização do País, que conscientizou e estimulou a participação da sociedade civil no sistema de controle da Administração Pública, sendo este um consectário do Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, consagrado no art. 5º., XXXV, CRFB/88. Ademais, o caráter compromissório da Constituição Federal de 1988, não somente legitimou o Poder Judiciário a dialogar com os poderes essencialmente políticos, como, vez por todas, traduziu a necessidade de também reconhecer-lhe a condição de poder político, relativizando a concepção tradicional do princípio da separação dos poderes. Sob este aspecto, a textura aberta da Constituição Federal de 1988, caracterizada pela consagração de diversos princípios e de tantas outras normas, de natureza programática, confere aos órgãos judiciários brasileiros legitimidade para concretizar seus valores e efetivar os direitos fundamentais que consagra, ainda que, para tanto, seja necessária uma postura proativa da magistratura.

Palavras-chave: Judicialização da Política, Separação dos Poderes, Interpretação Constitucional, Legitimidade Judicial.

(IN) TOLERÂNCIA OU (IN) COERÊNCIA?

AMAURI GONÇALVES FERNANDES

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA, que tem como linhas de pesquisa os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Este trabalho, ainda em andamento, tem por objetivo discorrer sobre, (In) Tolerância ou (In) Coerência e sobre as consequências do conflito entre Israel e os Territórios Árabes, em relação ordenamento Jurídico Internacional. O mundo tem diante dos seus olhos o conflito entre Israel e os Territórios Árabes, sendo este o episódio mais recente de um conflito que, ao longo de séculos, vem ceifando milhares de vítimas, muitas inocentes, movidas pelo dever maior: proteger, a honra e dignidade de seus antepassados, na “Terra Prometida”, perpetuando a intolerância aos seus descendentes. Portanto, tendo como pano de fundo o conflito no Oriente Médio, torna-se indispensável compreender o cenário que motivou a formação do Estado de Israel, a posição geopolítica que assume no cenário atual e, como consequência, a atuação da Organização das Nações Unidas no conflito. Portanto, visando compreender os fundamentos religiosos, políticos e econômicos que conduziram ao conflito entre Israel e os Territórios Árabes, a pesquisa adotou os seguintes objetivos: a) Resgatar os fundamentos históricos da disputa pelo território reivindicado pelos palestinos, tendo como base a vida do Patriarca Abraão e seus filhos Isaque e Ismael; b) Analisar as condições geopolíticas do Pós-Segunda Guerra Mundial, assim como suas influências sobre a deliberação da Organização das Nações Unidas pela criação do Estado de Israel; c) Observar a trajetória histórica da consolidação de Israel como uma potência bélica no Oriente Médio e suas implicações políticas na região; d) Coletar jurisprudência da Corte Internacional de Justiça sobre violações de direitos humanos em casos de conflitos armados, indagando sobre a proteção do direito internacional aos palestinos diante da ausência de reconhecimento internacional de sua soberania. A metodologia envolve,

essencialmente, um estudo bibliográfico de autores do campo da História, Direito Internacional Público e dos Direitos Humanos, além de Tratados e de Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos e de decisões da Corte Internacional de Justiça sobre a violação de Direitos Humanos. Em conclusão, por meio da realização desta pesquisa, até o momento, foi possível compreender a gênese do conflito entre Israel e Palestina e, em última instância, do próprio sionismo político, movimento que deu origem à fundação do Estado Judeu na Palestina, em 1947. Com um olhar mais atento, foi possível compreender que, em verdade, o conflito teve início quando Sara, temendo pela herança, diz a Abraão que mande embora da terra prometida Ismael e Agar. A partir de então, a questão territorial passa a ser objeto de intensa disputa entre judeus e árabes. Ademais, em razão de suas alianças políticas com o Ocidente, em particular, com os Estados Unidos da América, aos olhos dos extremistas árabes palestinos, o Estado de Israel passa a ser visto como um pedaço deste “ocidente odiável”, tendo contribuído para a submissão dos povos árabes e islâmicos, desde o domínio do Norte da África pelas potências anglo-francesas, chegando, a partir de 1922, ao controle do Oriente Médio.

Palavras-chaves: Israel, Palestina, Conflito, Direitos Humanos.

EUTANÁSIA E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

ANDRESSA MARTINS FERREIRA, MARIA CAROLLINA SOARES
GUIMARÃES

Embora não seja prática autorizada em quase todo o mundo, o tema eutanásia vem sendo amplamente discutido e divide opiniões. Atualmente existe grande discussão sobre essa prática. Algumas pessoas argumentam que essa prática seria uma dura, porém necessária, solução para lidar com o sofrimento do paciente, que não possui mais meios clínicos para reversão de sua situação de mera “sobrevivência”. Ao analisar sobre outro ponto de vista, veremos que a legalização dessa prática causaria a revolta de determinados setores da sociedade, principalmente dos religiosos, visto que esses possuem posição extremamente irredutível contra discutida prática. É difícil a discussão quanto ao impacto na vida do parente que autoriza a eutanásia no indivíduo que se encontra irreversivelmente doente. Os problemas vindos desta decisão poderão ser psíquicos, tendo em vista o natural sentimento de culpa do ser humano. Hoje em dia a tecnologia está muito avançada e já existem aparelhos altamente sofisticados, dando ao paciente uma vida mais longa, mantendo seus órgãos vitais funcionando artificialmente por muito mais tempo. Com isso a discussão sobre a Eutanásia se torna cada vez mais necessária. Principalmente sobre a ótica da Dignidade Humana, o Direito a Vida, o Direito de Escolha e a Função Social da Eutanásia. A vida é um direito inviolável, podendo ser penalizado sob responsabilização criminal, caso alguém seja privado desse direito. O Estado tem o dever de assegurar à vida, com dignidade e respeito. O Direito a Vida é um direito fundamental como previsto no Artigo 5º Caput da CF. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está expressamente previsto no Artigo 1º, inciso III da CF. É um princípio inerente à pessoa, pois todo ser humano, desde seu nascimento, tem direito a uma vida digna. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está dentre os valores supremos do ordenamento jurídico brasileiro, pelo qual devem ser interpretados todos os demais direitos, ou seja, é mais amplo e o mais importante princípio constitucional. A morte é uma palavra que

muitas pessoas possuem repulsão até mesmo de pronunciá-la, é algo desconhecido para todos que estão vivos e tudo que é desconhecido assusta de alguma forma. Falar de morte leva a reflexão quanto os aspectos a vida e em que condições ela vale a pena. Não se pode mensurar o momento da morte. A Eutanásia é a prática pela qual se abrevia a vida de um enfermo incurável de maneira controlada e assistida por um especialista. O sentido etimológico da palavra Eutanásia é: morte em paz, sem dores, consciente. A Eutanásia pode ser dividida em dois grupos:

1) Eutanásia Ativa: É quando há um comum acordo e negociação entre o paciente e o médico, nas ações que terá como objetivo findar com a vida do paciente.

2) Eutanásia Passiva: A morte não é arbitrariamente provocada, porém, com o passar do tempo, simultaneamente com a cessão de todos e quaisquer remédios e cuidados médicos, o paciente acaba por falecer.

Existe no Brasil um único Projeto de Lei para legalização da Eutanásia no Brasil tramitando no Congresso Nacional, que é o Projeto de Lei nº 125/96, porém jamais foi colocada em votação. A Eutanásia seria permitida desde que uma junta de cinco médicos ateste a inutilidade do sofrimento físico ou psíquico do doente. O próprio paciente teria que requisitar a eutanásia. Se não estiver consciente, a decisão caberia a seus parentes próximos. Porém não existe nenhuma hipótese provável que esse projeto siga em frente.

RELAÇÃO ENTRE CINEMA E ESTADO NO INTERVALO DEMOCRÁTICO (1946-1964)

Nicolly Da Silva Barbosa¹

¹Graduanda História – UNESA (Campus São Pedro da Aldeia)

O presente artigo apresenta como recorte histórico o intervalo democrático correspondente aos anos de 1946 a 1964 no Brasil. Este período é caracterizado por uma organização social e política singular, principalmente com a formação de partidos nacionais com projetos políticos bem definidos para o futuro do país. Podemos afirmar que esta experiência democrática começa com as eleições legislativas e presidenciais em dezembro de 1945 – tendo como consequência uma crescente participação popular na política – encerrando-se somente com a instauração de uma ditadura civil-militar em 1964. Dentro de um viés político-cultural, o objeto central deste artigo é a análise do constante diálogo entre a indústria cinematográfica brasileira e o Estado, fenômeno este conhecido como *luta cultural*. Devemos averiguar se houve influência das ideologias nos diferentes governos da Segunda República, em especial o embate entre Nacionalismo e Desenvolvimentismo. Para isso, será necessário entender as ideologias político-econômicas da Segunda República: trabalhismo, desenvolvimentismo, liberalismo e comunismo; representadas nos projetos dos respectivos partidos políticos nacionais: PTB, PSD, UDN e PCB. A tomada de consciência cinematográfica pelos cineastas, assim como por seus críticos, a

partir da segunda metade da década de 1950, é mostrada através de estudos, teses e comissões de cinema (esferas municipais, estaduais e posteriormente federais), provocando uma afirmação nacional que irá refletir nas produções da década seguinte. Passando por esses três pontos (da ideologia, dos órgãos regulamentadores e da tomada de consciência) tem-se como objetivo central demonstrar dois momentos que cercaram o cinema nacional dos anos de 1946 a 1964. Na primeira fase, os cineastas ainda estavam ligados à ideologia nacionalista, blindados a todos os outros processos políticos. No segundo momento, essas duas posições distintas estabelecem-se dentro do cinema nacional: uma, atrelada à libertação nacional que irá afetar principalmente a produção de filmes e culminar em uma estética específica; e a outra, inspirando-se diretamente nas características principais do cinema norte-americano. Para este texto serão usados os conceitos de *experiência democrática* ou *segunda república*, ao invés de *período populista* ou *república populista*, uma vez que estes são sustentados por um imaginário acadêmico que contribui para desqualificar a participação e a agência dos sujeitos históricos, especialmente a classe trabalhadora. As obras dos autores José Murilo de Carvalho (2013) e Jorge Ferreira (2001 e 2013) serão utilizadas para orientar este debate sobre esta nova vertente historiográfica. A historiografia cinematográfica brasileira a partir da década de 1980 até a primeira metade da década de 1990 problematiza, principalmente, o papel das instituições públicas e privadas durante a história do cinema nacional. Como símbolo dessa produção, será usado o livro de José Mario Ortiz Ramos (1983) para contextualizar a atuação do Estado e seus órgãos questionando sua ideologia. Para discutir o pensamento dos cineastas do Cinema Novo relacionados à questão de identidade nacional, o autor Paulo Emilio Salles Gomes (1980) problematiza a questão do desenvolvimento do cinema brasileiro como diretamente ligado à condição de subdesenvolvimento do país, juntamente com sua relação com as influências estrangeiras. Por fim, para dialogar com a mentalidade dos cineastas proposta por Salles Gomes, o autor Jean-Claude Bernardet (2009) fornecerá base para um dos objetivos específicos do trabalho: a polarização de ideias dos cineastas no início da década de 1960.

Palavras-Chaves: Cinema; Luta Cultural; Ideologia.

Referências Bibliográficas:

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Jorge. **Apresentação**. Revista TEMPO, Niterói, vol. 14 nº 28, página 11-18, junho/2010.

RAMOS, José Mario Ortiz. **Cinema, estado e lutas culturais: anos de 50, 60, 70**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BERNARDET, Jean-Claudet. **Cinema brasileiro: propostas para uma história**. 2ª Edição Revista Ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
GOMES, Paulo Emilio Salles, **Cinema: Trajetória do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Embrafilme, 1980.

DIREITOS HUMANOS, UM TEMA OBSCURECIDO PELO SENSO COMUM

Patrick De Almeida Saigg¹

¹Graduando – Direito – UVA (Campus Tijuca)

O atual trabalho parte da constatação de que há grande preconceito da sociedade brasileira quando o assunto em pauta é referente aos Direitos Humanos (VILHENA, 2014). Em entrevista para a revista Exame Ariel de Castro Alves diz que a noção equivocada sobre os direitos humanos é devido a um estigma advindo do período da ditadura militar, pois, quem defendia esses direitos eram as mesmas pessoas que lutavam contra a ditadura, sendo taxados de terroristas, e hoje quem luta por esses direitos é taxado de defensor de bandido (EXAME, 2012). Na mesma entrevista Alves afirma que “[...] *Uma boa parcela da população tem uma compreensão completamente equivocada sobre direitos humanos*”, e essa visão inverídica sobre os direitos humanos acaba por gerar defensores de ideias nocivas (EXAME, 2012). A atual investigação visa confirmar a afirmação inicial de que existe na sociedade esse estigma/preconceito com os direitos humanos e temas relativos a ele. Abordar os principais motivos que levam a sociedade a ter essa visão equivocada sobre o tema. Discorrer sobre os tópicos que fundamentam essa constatação mostrando, também, as contradições nos discursos dos que atacam os direitos humanos. O trabalho se desenvolve com o aprofundamento em quatro principais tópicos: senso comum; preconceito; mídia e internet. Tópicos esses tomados como basilares na formação do entendimento popular contemporâneo. O senso comum faz parte dos quatro gêneros de representações cognitivas: o Conhecimento Popular – Senso Comum; o Conhecimento Religioso; o Conhecimento Filosófico; e o Conhecimento Científico (LAKATOS, 2003: 77-78). De acordo com Cruz e Varela nós vivemos hoje num mundo dominado pela cultura do efêmero e do descartável. As informações que são passadas pela grande mídia apresentam uma superficialidade e carência de substancialidade (2009: 14). Nos programas de cunho investigativo – Balanço Geral e Cidade Alerta, como exemplos –, que buscam unicamente a audiência sob a aparência sofisticada de justiça, “*assistimos à banalização da violência*” (CRUZ; VARELA, 2009: 14). – banalização no sentido de desprezar pontos cruciais desse assunto, como por exemplo, o porquê de existir tanta violência. E é neste contexto que os meios de comunicação proporcionam “*o pensamento rápido e miserável, pobre e acrítico*.” (CRUZ; VARELA, 2009: 14). Ao fazer uma análise desses pontos cardeais: senso comum, preconceito, mídia e internet, foi chegada a uma conclusão de que a mídia e a internet são uma grande e forte ferramenta para a formação e conservação de ideias do senso comum, pois, atuam de maneira constante na composição da compreensão de mundo do indivíduo sobre os temas neles tratados. Já o senso comum age como um instrumento de grande

valia para a formação do preconceito. Norberto Bobbio sustenta que esses direitos não nasceram todos de uma vez e que não são perpétuos (*apud*. PIOVESAN, 2014: 169). Para Hanna Arendt eles são um constructo humano em constante processo de construção e reconstrução (*apud*. PIOVESAN, 2014: 169). Eles simbolizam os direitos dos mais fracos contra os dos mais fortes, apresentando-se como um contrapoder em face dos absolutismos advindos do Estado, do setor privado, ou até mesmo da esfera doméstica (PIOVESAN, 2014: 169). Sendo assim não se pode afirmar que esses direitos são naturais, mas sim convencionados e positivados pela vontade humana de fazê-los terem validade jurídica espaço temporal.

Palavras-chaves: Direitos Humanos; Senso Comum; Preconceito.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Fernando Barcellos de. ***Teoria Geral dos Direitos Humanos***. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1996.

CRUZ, Fábio Souza da; VARELA, Rafael. ***As políticas públicas para o MST na pauta da mídia tradicional brasileira: o cenário atual e elementos para reflexão***. Disponível em: www.razonypalabra.org.mx/, 2009. Visualizado dia 16 de julho de 2014.

EXAME, Revista. ***Fundação Criança: direitos humanos têm compreensão errada***. Disponível em: <http://exame.abril.com.br>, 2012. Visualizado dia 15 de maio de 2014.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. ***Fundamentos de Metodologia Científica***. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PIOVESAN, Flavia. ***Temas de Direitos Humanos***. 7ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SBT. ***Rachel fala sobre jovem vítima de 'justiceiros'***. Disponível em: www.sbt.com.br, 2014. Visualizado dia 19 de maio de 2014.

VILHENA, Oscar. ***Três Teses Equivocadas Sobre os Direitos Humanos***. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/>. Visualizado dia 22 de maio de 2014

CRÍTICA AO MORALISMO PRINCIPIOLÓGICO NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Samira Costa Arcanjo¹

¹Graduanda em Direito – UVA (Campus Tijuca)

O presente trabalho procede a uma análise sobre a Constituição de 1988 e a intenção do Legislador em concretizar o Estado Democrático através de seus dispositivos pretenciosos e dirigentes, com intuito de diminuir as disparidades sociais. Com isto, novos conceitos/práticas como a judicialização e o Ativismo judicial surgem da tentativa por parte do Judiciário de preencher as lacunas

deixadas pelo legislador. No entanto, tais conceitos podem configurar ofensa à interdependência entre Legislativo, Executivo e Judiciário e, por consequência, da real pretensão de Democracia. Material. A comunicação ora proposta parte do pressuposto de que Constituição consiste no conjunto de normas dirigentes intencionadas a condensar um agregado de valores políticos piramidais de uma sociedade democrática. Nesta seara, no que concerne ao Brasil, ao proceder a uma análise mesmo que superficial em seu texto magno, é transparente a intensão de implementação de um Estado capaz de mitigar as disparidades sociais e garantir o Acesso à Justiça, bem como o dirigencialismo de seus dispositivos intencionados a criação de direitos transindividuais (LAZARI, 2001: 15), expurgando os elementos autoritários presentes na tradição anterior. Tenta a Constituição afirmar os princípios e as instituições do liberalismo político e do Estado Social, fixando com força os direitos civis da cidadania, de forma à conceder configuração institucional à democracia política (VIANA, BURGOS SALES, 2007: 42) instituindo mecanismos de admissão da sociedade civil organizada na comunidade dos intérpretes da Constituição. (VIANA, BURGOS SALES, 2007: 42). Com boa intenção, o Legislador trouxe ao ordenamento jurídico promessas de um Estado Democrático que, no entanto, por conta de seus predicados – elasticidade interpretativa - juntamente com uma imatura capacidade institucional política, estas não conseguem alcançar o seu esperado. Diante deste cenário, coagido a necessidade de resposta à sociedade sobre a materialização dessas promessas, o Judiciário recorre à si próprio como instrumento de realização desses direitos, e acaba por vezes sobrecarregando as sentenças de concepções pessoais sobre senso político e moral, afastando com isto a neutralidade de suas decisões. O presente estudo, por conseguinte, parte do entendimento de que ocorre é um contrassenso, uma vez que essa imparcialidade não zelada pelos Juízes é justamente um dos vários instrumentos elencados pela própria Constituição na tentativa de manutenção dos ideais democráticos. Assim, é que o artigo proposto traça um panorama crítico do Judiciário Brasileiro, enquanto ente Estatal a partir dos conceitos de i) “Judicialização” (VALLINDER, 1996), (TATE ,1995); ii) “Ativismo Judicial” (BARROSO, 2009); iii) “Juristocracia” (HIRSCHL, 2004); iv) “Supremocracia” (VIEIRA, 2009); e v) Superego Nacional (MAUS, 2000).

Palavras - chaves: Judicialização; Moral; Superego Nacional

Referências Bibliográficas

BARROSO, Luis Roberto. “Constituição, Democracia e Supremacia Judicial”. In: *Revista de Direito do Estado v16. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.*

LAZARI, Rafael José Nadim. “Da Possibilidade De Implementação De Normas Sociais Programáticas Pelo Poder Judiciário: Análise De Viabilidade”. In. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ- RFD, v.1, n.20: Rio de Janeiro. 2011*

MAUS, Ingeborg. “Judiciário como superego da sociedade: o papel da atividade jurisprudencial na ‘sociedade órfã’”. In. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 58. São Paulo. 2000.

HIRSCHL, Ran. “Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism”. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins. “Dezessete anos de judicialização da política”. *Tempo Social*. 2007, vol.19, n.2. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22.05.2014.

TATE, C. N. “Why the Expansion of Judicial Power? In. *The Global Expansion of Judicial Power*. New York : New York University. 1995

VALLINDER, T. “When the Courts Go Marching” In : VALLINDER, T. & TATE, C. Neal. *The Global Expansion of Judicial Power : The Judicialization of Politics*. New York : New York University. 1995.

VIEIRA, Oscar Vilhena, “Supremocracia”, In: *Revista Direito GV*, , vol. 8. Fundação Getúlio Vargas: Rio De Janeiro. 2009.

A DISPOSIÇÃO FÍSICA DA SALA DE AUDIÊNCIAS: A PROXIMIDADE DOS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO E SEUS REFLEXOS SOBRE O DEVIDO PROCESSO LEGAL

MÁRCIA BERIÃO CESAR

A presente pesquisa foi desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Direito de Valença – Centro de Ensino Superior de Valença – 2014 e tem como linha de investigação a abordagem sobre a disposição cênica da sala de audiências e os princípios constitucionais da Isonomia, da Igualdade (paridade de armas, ampla defesa e contraditório) e do Devido Processo Legal. Nessa linha de pesquisa buscou-se amparo na filosofia de Thomas Hobbes, Maquiavel, Montesquieu e Kant, que têm como objeto de seu estudo a filosofia política e a teoria do Estado, assim como nas obras de autores como Norberto Bobbio, Luís Roberto Barroso, Virgílio Afonso da Silva e Rosana Josefa Martins Dias Bizarro Borges Cardoso da Silva, que têm como objeto de estudo a evolução do Direito Constitucional, em particular, os princípios constitucionais e sua importância diante da nova hermenêutica constitucional, denominada teoria pós-positivista. A visita às mencionadas obras tem o intuito de embasar a análise sobre o questionamento suscitado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, quando da propositura da ADI 4768. A referida ADI questiona a constitucionalidade do artigo 18, I, “a”, LC 75/93, que confere aos membros do Ministério Público, ainda que exerçam a função de órgão de acusação, como titulares da ação penal, a prerrogativa de assento ao lado direito do julgador na sala de audiências, ficando no mesmo plano do juiz e, inegavelmente, mais próximos deste que o defensor. Analisando-se a questão, pela pesquisa realizada, infere-se, que a estrutura desenhada pela distribuição física da sala de audiências afeta a percepção e a cognição daqueles que ali estão, principalmente quando se trata de julgamentos de competência do

Tribunal do Júri, cujos jurados são, não raro, leigos. Aproximando-se o órgão acusador do juiz, por certo, fica comprometida a imparcialidade do julgador, impondo-se ao acusado nítida desvantagem. Resta, assim, comprometido o Princípio Constitucional que garante o tratamento igualitário e os princípios dele decorrentes. A simbologia tem enorme poder sobre o entendimento do ser humano, de modo que o arquétipo desenhado pelo desequilíbrio da balança da justiça, materializado na disposição cênica descrita, nos remete a tempos anteriores ao próprio Estado Democrático de Direito, ficando este ferido em sua essência.

Palavras-chave: Ministério Público, Tribunal do Júri, Devido Processo Legal, Princípio da Isonomia.

O DIREITO À CULTURA E SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ANNA CAROLINA CHAVES VICTORINO CARVALHO

A presente pesquisa, ainda em andamento, se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA, que tem como linhas de pesquisa os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Em face do caráter programático da norma inscrita no art. 215, CRFB/88, este trabalho pretendeu investigar a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal sobre o direito à cultura e seus limites constitucionais. O tema ganha contornos jurídicos relevantes, pois, o caráter dirigente da Constituição Federal de 1988 estabelece programas de atuação para o Estado brasileiro, sempre visando a promoção da igualdade material. Tais normas norteiam a atuação do Estado, buscando a implementação de políticas sociais que criem possibilidades de igualdade material. Além disso, em razão do direito à cultura caracterizar-se como um direito fundamental de natureza prestacional, que exigem a interveniência do Estado, logo, como sua concretização requer a realização de políticas públicas de índole administrativa, em face de eventual omissão inconstitucional do Poder Executivo, a provocação ao Poder Judiciário tende a oferecer pontos sensíveis de colisão entre o direito à cultura e o princípio da independência e harmonia entre os poderes, consagrado no art. 2º., CRFB/88, com *status* de cláusula pétrea da Constituição da República. Nesta linha de pesquisa, foram adotados como marco teórico as obras de Gilmar Ferreira Mendes, Luís Roberto Barroso, José Afonso da Silva e Cláudio de Souza Neto, que têm como objeto de estudo a evolução dos direitos e garantias

fundamentais e a aplicabilidade das normas constitucionais, Teixeira Coelho, cuja obra analisa o papel do Estado na promoção de políticas de acesso à cultura. Sendo assim, o estudo tem os seguintes objetivos: a) Resgatar o processo históricos de consagração dos direitos fundamentais e, em particular, do direito à cultura, como um direito de segunda geração b) Analisar a Constituição Brasileira de 1988 e caracterizar as normas constitucionais programáticas, demonstrando que são uma exigência de prestação do Estado c) Investigar a possibilidade de atuação do Ministério Público através de ações que visem proteger e garantir o acesso à cultura, como direito coletivo difuso d) Coletar jurisprudência dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal sobre as garantias de acesso à fruição cultural. A metodologia envolve, essencialmente, um estudo bibliográfico de autores do campo do Direito Constitucional e da Política Cultural, além de documentos legislativos e de decisões judiciais emblemáticas dos tribunais superiores brasileiros e, precipuamente, do Supremo Tribunal Federal. Por meio da realização desta pesquisa, tornou-se possível observar que os direitos fundamentais evoluíram nos últimos três séculos. Surgiram como direitos de primeira geração, oriundos das Revoluções inglesa, americana e francesa, que dizem respeito ao indivíduo, às liberdades individuais. A partir destes surgiram os direitos de segunda geração, de índole social, econômica e cultural e, evoluíram para os direitos de terceira geração visam proteger a coletividade, salvaguardando o direito à paz, ao patrimônio histórico.

Palavras-chave: Direito à Cultura, Estado de Direito, Normas Constitucionais.

DIREITO A VOZ

Douglas Ferreira Veiga

A voz é o instrumento utilizado para comunicarmos uns com os outros. Pode ser utilizada como produto com fins lucrativos para reprodução de fins artísticos, como compositores, cantores e mensagens de áudio para variadas produções, como mensagens bíblicas por exemplo. Também é utilizada nos meios de comunicação eletrônicos como rádio, televisão por narradores de futebol, jornalistas e também pela internet para comunicação entre usuários. Tanto é utilizada para fins profissionais como pode ser para simples comunicação, desde

que respeitados os princípios constitucionais da dignidade humana e da livre iniciativa. Sua tutela está amparada pelo nosso ordenamento jurídico como um bem jurídico fundamental a ser protegido pelo Estado, de acordo com o que dispõe o inciso III, artigo 1º, da Constituição Federal. De acordo com o contexto jurídico que se encontra, pode também ser tutelada com outros bens fundamentais garantidos, como podemos citar o direito a intimidade, a honra e a imagem da pessoa humana. A inviolabilidade destes direitos e garantias fundamentais estão previstos no inciso X, do artigo 5º da Constituição Federal. A inviolabilidade da voz pode ser tratada de uma simples ordem moral, em caso de uma simples comunicação, ou também pode ser inserida a de ordem material de acordo com os bens jurídicos protegidos em cada caso, como por exemplo a direitos autorais. Poderá haver em alguns casos específicos a violação da comunicação por parte da justiça. A lei prevê esta exceção para objeto de investigação criminal ou instrução processual penal. A voz será grampeada. Conforme consta no inciso XII do artigo 5º da Constituição Federal. A respeito dos narradores esportivos, comentaristas de meios e equipamentos de comunicação, a Constituição refere-se que deverá haver lei aprovada pelo Congresso Nacional para regulamentar sua tutela jurídica. Conforme dispõe a alínea a, do inciso XXVIII do mesmo artigo 5º da constituição. O direito a voz está inserido em um dos princípios e garantias fundamentais da Constituição Federal e deve ser assegurado respeito por parte dos concidadãos e pelo Estado.

Palavras chaves: Princípios fundamentais; dignidade da pessoa humana; direito a imagem; direito a voz;

SURGIMENTO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

GÉSSICA CADINHA NUNES LEITE e RENAN CADINHA SANT'ANA

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA, que tem como linhas de pesquisa os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Com este trabalho se pretendeu estudar O princípio da dignidade da pessoa humana, concebido como uma ideia, surgiu no plano filosófico, para depois ser consagrado como valor moral, ao qual, finalmente, agregou-se um valor jurídico. Nesta linha

de pesquisa, serão adotados os seguintes autores: Boaventura de Sousa Santos, Antônio Celso Alves Pereira e Cleyson de Moraes Mello. Sendo assim,

para que o ser humano, tenha os seus direitos fundamentais reconhecidos a base do Estado brasileiro, compete ele proporcionar condições, para que as pessoas se tornem digna, o seu reconhecimento, operou-se pelo constituinte de 1988, através do avanço na evolução das esferas da democracia, liberdade e igualdade. Na constituição de 1988 a dignidade da pessoa humana eleita como um princípio estruturante do atual Estado brasileiro, traduz o princípio sob o qual se deve edificar materialmente o Estado constitucional de aspiração social e democrática. Concluindo-se que o conceito da dignidade da pessoa humana nasce no seio social no respeito de um para com o outro, sem preconceitos ou crédito, sendo um valor absoluto desenvolvido no campo da moral tendo por bem maior proteger o ser humano contra qualquer forma de desprezo. Quanto à construção histórica do conceito da dignidade da pessoa humana, comumente é atribuída a Immanuel Kant, fica então evidenciado que todo ser humano tem o direito de ser tratado de forma igual e fraterna e mais todo ser humano tem um direito legítimo ao respeito de seus semelhantes, para reforçar temos outro ponto iniciativo do filósofo ao afirmar que (Logo é todo ser humano titular de direitos, ainda que o mesmo não os defenda ou não os reconheça em si, devendo estes direitos serem reconhecidos e respeitados por nós seus semelhantes e pelo estado, pois, cabe a este último a tarefa de garantir o respeito das liberdades civis, ou seja, o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, o qual se faz através do estabelecimento de uma proteção jurídica).Apta a esclarecer, a Constituição Federal de 1988: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II- a cidadania; III- a dignidade da pessoa humana; IV- os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa.” Com o advento da Constituição Federal, o princípio da dignidade humana passou a ter importância ímpar. Por meio da realização desta pesquisa, pode-se perceber que a dignidade da pessoa humana constitui-se em uma conquista que o ser humano realizou no decorrer dos tempos, derivada de uma razão ético-jurídica contra a crueldade e as atrocidades praticadas pelos próprios humanos, uns contra os outros, em sua trajetória histórica. Caracteriza-se por ser o principal fator de redução de desigualdades entre as pessoas. Conclui-se que, todos têm direito à dignidade humana, independentemente de crença, credo, situação financeira, cor, idade e orientação sexual. Esse princípio é a força motriz de todo o nosso ordenamento jurídico, e é através dele que irradiaram todos os demais princípios.

Palavras chaves: Dignidade Humana, Redução de Injustiça, Valor Moral

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA JURIPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Letícia Miranda Ferreira

Palavras-chave: Direito; Dignidade da pessoa humana; aborto; testemunha de Jeová.

A presente pesquisa insere-se no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA, que tem como

linhas de pesquisa os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. O presente trabalho pretendeu estudar como os Tribunais brasileiros vêm se pronunciando sobre a dignidade da pessoa humana, em seus julgados mais recentes. Em tempos remotos, a dignidade humana estava diretamente ligada à condição social do indivíduo, sendo inegável que este princípio, amplamente difundido nos ordenamentos jurídicos ocidentais atuais, em diversas ocasiões históricas, foi negligenciado, a exemplo dos fatos que sucederam a ascensão do nazismo na Alemanha, enunciando um movimento de intensa perseguição religiosa, étnica e política, conhecido como Holocausto, responsável pelo legado mais doloroso que a humanidade conheceu no Século XX. Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, a partir da evolução jurisprudencial da própria Corte Constitucional Alemã, constatou-se a consagração do princípio da dignidade da pessoa humana em diversas Constituições democráticas ocidentais, assumindo um caráter quase universal, o que resta demonstrado pela realidade de países que, mesmo não trazendo, em seu bojo constitucional, expressa menção à dignidade humana, ostentam produção jurisprudencial comprometida com sua concretização, a exemplo do que ocorre com os Estados Unidos da América. No caso do Brasil, segundo o Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, a dignidade da pessoa humana foi alçada à condição de princípio norteador da ordem jurídica brasileira, sendo objeto de diversas demandas jurisdicionais, muitas delas de grande complexidade social. Sendo assim, em virtude de sua consagração no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, o princípio da dignidade da pessoa humana passou a ostentar o caráter de princípio matriz da Carta Magna, como verdadeiro fundamento da República Federativa do Brasil, podendo, ainda, ser vislumbrado em outras partes da mesma Carta Constitucional, a exemplo do que dispõe seu artigo 5º incisos, XLII e XLIII. Não obstante, a consagração formal do princípio da dignidade da pessoa humana, no plano constitucional, não se encarrega, *de per se*, de solver todas as questões jurídicas levadas aos nossos Tribunais. Em inúmeras situações, a dignidade humana concorre nitidamente com outros direitos e garantias fundamentais, também expressamente consagrados na Constituição Federal. Tal colisão ocorre, por exemplo, diante da situação que envolve a recusa ao recebimento de transfusão de sangue pelas “Testemunhas de Jeová” que são adeptos de uma denominação cristã que congrega mais de oito milhões de fiéis

em todo o mundo, restando evidenciada a colisão entre o direito à liberdade religiosa e o direito à vida. Ainda nesse diapasão, encontramos o direito ao aborto que, muito embora tenha sido descriminalizado em muitos países centrais, persiste como verdadeiro tabu na sociedade brasileira, em grande parte, por razões de matiz religiosa, sendo este um fator determinante para que, a cada ano, milhares de mulheres brasileiras procurem a clandestinidade. No caso do aborto, fica consolidada a colisão entre a livre disposição sobre o corpo e o direito à vida. Em conclusão, ainda que não seja possível estabelecer uma hierarquia formal entre normas constitucionais, em particular, entre seus princípios, é notório que a dignidade da pessoa humana assumiu a condição de elemento norteador das decisões judiciais, exercendo papel fundamental, ao lado do princípio da proporcionalidade, na realização da ponderação de interesses.

APRESENTAÇÃO ORAL MEDICINA E MEDICINA VETERINÁRIA

AVALIAÇÃO DA CONTAMINAÇÃO POR MRSA - *Staphylococcus aureus* RESISTENTE A METICILINA DE ESTETOSCÓPIOS DOS PROFISSIONAIS DO HELGI

Elizabeth Valente², Arthur Alves Teixeira¹, Bruno Maciel Risola¹, Herval Pozzetti Dias Netto¹, Maelcio Silva de Andrade¹, Claudio Cesar Cirne-Santos²,

¹ Discente do Curso de Medicina da Fundação Dom André Arcoverde, Centro de Ensino de Valença.

²Docente da Faculdade de Medicina de Valença, RJ, Brasil.

A contaminação nosocomial é uma das causas mais comuns de problemas ocorridos em um ambiente hospitalar e está associada a uma grande diversidade de fatores dentre os quais estão o fluxo de pessoas, o manuseio inadequado de determinados instrumentos, falta de higiene ou preocupação com a limpeza das mãos ou de outros instrumentos. O estetoscópio, pode ser considerado um dos instrumentos de trabalho mais utilizados na atividade diária

dos médicos e da equipe dentro de um serviço hospitalar. No entanto, pouca atenção tem sido dispensada aos cuidados básicos no seu manuseio, principalmente, no que se relaciona aos cuidados primários de limpeza e desinfecção desses instrumentos.

Neste estudo, foram coletadas amostras de 100 estetoscópios utilizados pelos profissionais de saúde dos diversos setores do hospital, tais como, ambulatórios, pronto socorro adulto, pronto socorro infantil, UTI, centro cirúrgico, obstetrícia, pediatria, UTI neonatal, enfermarias de clínica médica e clínica cirúrgica e particular, bem como seus respectivos profissionais.

Foi utilizado um questionário para ser respondido de maneira anônima, com modificações a partir do Ministério da Saúde, para cada participante com o objetivo de coletar dados relevantes para a pesquisa. Após a coleta e sementeira as placas foram incubadas em estufa bacteriológica à 37,5°C por 24 a 48 horas para avaliação do crescimento bacteriano. Posteriormente se observado crescimento, as amostras foram submetidas à identificação, utilizando-se Gram, meio com oxacilina e outros testes de identificação tais como: manitol, coagulase e catalase. Em seguida, foram observados os crescimentos dos repiques e avaliação dos halos formados ou não pelo desenvolvimento bacteriano.

Do total de 105 estetoscópios coletados pertenciam 50,00%(46) a estudantes de medicina, 22,83%(21) a médicos, 17,39%(16) a técnicos de enfermagem, 5,43%(5) a residentes, 2,17%(2) a enfermeiros, 2,17%(2) a outros profissionais da saúde e 12,38%(13).

Após coleta de material e análise laboratorial de todos os estetoscópios foi encontrado contaminação microbiana em 82,86%(87), incluindo no cálculo os de uso coletivo. Já em relação aos profissionais 84,78%(78) carregavam algum microrganismo em seus estetoscópios. Do total das contaminações, 72,38%(76) eram por bactérias Gram-positivas. Encontrou-se um total de 6,67%(7) estetoscópios contaminados por *Staphylococcus aureus* resistente a metilicina. Foi observado que 95,23%(20) dos médicos, 81,25%(13) dos técnicos de enfermagem e 80,43%(37) dos estudantes de medicina encontravam-se carregando algum tipo de microrganismo em seu estetoscópio. Do total de profissionais 86,96%(80) afirmavam que realizavam desinfecção do seu estetoscópio, sendo que 95,23%(20) dos médicos, 86,95%(40) dos estudantes de medicina e 81,25%(13) dos técnicos de enfermagem, porém essa

desinfecção não demonstrou ser eficaz, já que foi encontrado um alto nível de contaminação entre os profissionais, o que pode sugerir um provável erro na técnica de desinfecção, na frequência de limpeza ou os dois fatos associados. Podemos concluir que com as observações obtidas neste estudo, torna-se necessário a busca de caracterizações que tenham o enfoque em buscar fontes de microrganismos que possam ser o veículo de disseminação de microrganismos no ambiente hospitalar, trazendo problemas a saúde humana.

**PREVALÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO RELACIONADAS ÀS
PATOLOGIAS UTERINAS DIAGNOSTICADAS NO HOSPITAL ESCOLA
LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI, DA FACULDADE DE MEDICINA DE VALENÇA-
RJ NO PERÍODO DE 1989 A 1993.**

Mateus de Oliveira Reis, Nayrton Kalys Cruz dos Anjos, Sebastião Célio Horta
Coelho Filho, Thiago Sande Miguel, Veronica Clemente Villar Martini

Introdução: As questões relacionadas à saúde da mulher têm se mostrado de grande importância para a melhoria da saúde da população, uma vez que existem doenças ou situações consideradas evitáveis, preveníveis ou até mesmo curáveis, quando se consegue fazer um diagnóstico precoce. A adenomiose é uma ginecopatía benigna, caracterizada pelo encontro de glândulas e estroma endometriais no miométrio, associados ou não à hipertrofia e hiperplasia deste. Pode ser assintomática, porém, na maioria das vezes, está ligada a sinais e sintomas como: menorragia, metrorragia, dismenorreia, útero aumentado, dor pélvica e dispareunia. Os leiomiomas uterinos são os tumores pélvicos sólidos benignos mais frequentes em mulheres com idade reprodutiva. Eles são responsáveis por mais de 30% das histerectomias nos Estados Unidos da América, onde são realizados aproximadamente 600.000 procedimentos por ano. No Brasil, é o segundo ato cirúrgico mais frequente dentre as mulheres em idade reprodutivas atendidas pelo Sistema Único de Saúde. **Objetivo:** Avaliar as patologias uterinas mais prevalentes no município de Valença, Rio de Janeiro no período de 1989 a 1993. Com os dados obtido, poderar-se-á traçar estratégias voltadas para a prevenção e promoção da saúde da mulher. **Metodologia:** Foi realizado um levantamento de dados retrospectivos oriundos de laudos de

exames histopatológicos uterinos do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi, na cidade de Valença- RJ. A pesquisa incluiu um total de 148 laudos de pacientes do sexo feminino, que apresentavam, pelo menos, uma das patologias citadas anteriormente. Foram encontrados dados relevantes entre as faixas etárias de 31 a 60 anos, obtidos dos registros de diagnósticos patológicos nos anos de 1989 a 1993. Os resultados deste levantamento foram organizados em um banco de dados no Excel e apresentados em gráficos e tabelas. As análises estatísticas foram realizadas usando o índice de significância de $\alpha=0,05$. **Resultados:** Do total de 148 laudos analisados, 34 pacientes apresentavam leiomioma e adenomiose associadas a outras alterações, 3 pacientes apresentavam apenas adenomiose, 7 pacientes apresentavam apenas leiomioma, 35 pacientes apresentavam leiomioma associado a outras patologias que não adenomiose e 69 pacientes apresentavam adenomiose associada a outras patologias que não leiomioma. As pacientes foram divididas em três grupos: o primeiro com a faixa etária de 31 a 40 anos, o segundo entre 41 e 50 anos e o terceiro entre 51 e 60 anos. Em relação ao primeiro grupo, 60 pacientes apresentavam leiomioma uterino e/ou adenomiose, no segundo grupo, 77 apresentavam leiomioma uterino e/ou adenomiose, e, no terceiro grupo, 11 pacientes apresentavam leiomioma uterino e/ou adenomiose. **Conclusão:** Dentre as patologias pesquisadas, a maior prevalência encontrada foi da associação entre adenomiose sem leiomioma com outras patologias uterinas, ficando em segundo lugar a associação de leiomioma sem adenomiose com outras patologias uterinas. Baseados nesses dados poderemos traçar estratégias de ação com o intuito de melhor rastrear o impacto dessas patologias na saúde da mulher. Palavras-chave: Adenomiose, Leiomioma, Útero e Prevalência.

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO CARROCEIRO PARA SAÚDE DOS EQUINOS DE TRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VALENÇA-RJ

RAMOS, C. D. ¹; CARVALHO, T. K. ¹; PETRILLO V. ¹; ESPÍNDOLA, G. F. ¹; SILVA T¹; CARVALHO, A. C. F. ¹; HENRIQUES, M. ²; BATISTA, L. C. S. O²

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

A utilização de equinos como força de tração de veículos ainda é um fato comum no município de Valença-RJ, devido a isso a Faculdade de Medicina Veterinária, da Fundação Educacional Dom André Arcoverde, localizada em Valença, fundou em 2007 o "Projeto Carroceiro". Esse projeto tem como objetivo realizar assistência médico-veterinária aos equinos utilizados para tração de carroças dos carroceiros do município de Valença. O projeto realiza diversas atividades de tratamento, prevenção de saúde e bem estar animal. Além disso, o programa contribui para o aprendizado dos estudantes de medicina veterinária, pois os atendimentos são realizados semanalmente por estudantes e professores. Clima, manejo, idade, conformação, alimentação, ferrageamento, quantidade de carga, uso de chicotes, jornada de trabalho, tempo de repouso, oferta de água, cuidados sanitários (como vermifugação e vacinação) e tipo de alojamento são fatores que influenciam a capacidade de trabalho e a susceptibilidade à doenças nos equinos de tração urbana. Parasitas são causadores de diversas doenças em equinos, competem pelo alimento além de causar irritação, hemorragias intestinais, quadros anêmicos e outros danos à saúde, tais como gastrites, enterites, nefrites, hepatite e broncopneumonia, entre outras, apresentando maior severidade, conforme maior grau de infecção do animal. Mesmo infecções leves podem afetar o desenvolvimento e desempenho dos cavalos. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi enfatizar a importância do Projeto Carroceiro para a saúde e bem estar dos equinos de tração do município de Valença, pois durante os atendimentos são realizados exames clínicos e complementares (exame de sangue, fezes e imagem por exemplo) para avaliar o estado de saúde do paciente. Vinte e dois animais foram atendidos no período de julho à setembro de 2014 e submetidos à exame clínico completo a fim de se identificar alterações clínicas que pudessem comprometer sua integridade física, pesagem e coleta de fezes para realização de exame coproparasitológico através das técnicas de Mc Master modificada, centrífugo-flutuação simples e centrífugo-flutuação modificada. Semanalmente os carroceiros receberam ração para uma complementação à alimentação dos animais. Da população de cavalos analisados, apenas dois (9%) animais apresentaram-se livre de parasitoses e 20 (91%) estavam com OPG positivo. Em ambas as técnicas, foram encontrados

ovos da superfamília Strongyloidea em 100% dos animais positivos, sendo que em três desses animais foram encontrados ovos de *Oxyuris equi*. Todos os animais positivos foram submetidos ao tratamento com uma medicação via oral à base de ivermectina 1% que apresenta grande espectro de atividade contra parasitas nematoides de equinos. Quinze dias após o tratamento, todos os animais apresentaram exame coproparasitológico negativo. Trinta dias após o tratamento, foi realizada nova pesagem e verificado o ganho de peso em aproximadamente 78% dos animais participantes do estudo. Observando os dados encontrados, o Projeto contribui de forma significativa para a saúde dos animais de tração do município, justificando sua importância e a necessidade de mais atividades voltadas ao bem estar desses animais que, muitas vezes, são exigidos acima de seus limites naturais.

Palavras-chave: Equideos. Bem estar. Saúde.

LEVANTAMENTO DE HELMINTOSES EM EQUIDEOS DE TRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VALENÇA, RJ ATENDIDOS PELO PROJETO CARROCEIRO NO PERÍODO DE MARÇO À NOVEMBRO DE 2013

SILVA, T.¹; RAMOS, C. D.¹; ESPÍNDOLA, G. F. ¹; HENRIQUES, M. O. ²;
BATISTA, L. C. S. O.²

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

Os equinos representam uma importante ferramenta de trabalho nas comunidades desde tempos remotos até os dias atuais, sendo utilizados como forma de tração para diversas atividades. No entanto, os carroceiros geralmente não possuem o conhecimento necessário para cuidar adequadamente destes animais, e muitas vezes os submetem a condições além dos seus limites naturais, tornando-os mais suscetíveis a vários tipos de doenças. Dentre as infecções que acometem esses animais, destacam-se as parasitoses intestinais, que resultam num baixo desempenho e qualidade de trabalho e, portanto no bem estar do animal. Desse modo, um controle antiparasitário se torna fundamental para saúde desses equinos, bem como uma orientação sobre o manejo sanitário

e nutricional. O estudo teve como objetivo avaliar a carga parasitária de cavalos de tração do município de Valença-RJ, atendidos pelo Projeto Carroceiro da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença. Foram realizadas coletas e análises coproparasitológicas de 33 animais recém inscritos no Projeto. As amostras fecais foram coletadas diretamente do reto, acondicionadas em caixas isotérmicas e enviadas ao Laboratório de Parasitologia da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença para avaliação quantitativa através de contagem de ovos por gramas de fezes pelo método de Gordon & Withlock, e qualitativa através de Centrifugo-flutuação simples. Dos 33 animais examinados (13 fêmeas e 20 machos), 30 (91%) estavam positivos. A média de OPG dos 30 animais foi de 750, todos apresentando parasitismo por nematóides da superfamília Strongyloidea. A infecção por *Oxyuris equi* (50 OPG) foi diagnosticada em apenas um animal. Com base nos resultados encontrados, pode-se concluir que os animais utilizados por carroceiros no município de Valença, RJ, apresentaram um grau considerável de infecção por helmintos da superfamília Strongyloidea. Essa infecção nos animais pode ser justificada pela deficiência no manejo realizado pelos proprietários e à falta de informação sobre sanidade e boas práticas de manejo, o que evidencia a importância da realização do Projeto Carroceiro nessa localidade.

Palavras-chave: Parasita. Cavalo. Carroça.

DIAGNÓSTICO DA ADEQUAÇÃO DE PROPRIEDADES LEITEIRAS EM VOLTA GRANDE – MG ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE QUALIDADE DO LEITE

DIAS, M. R.¹; NETO, J. R. M. A.²

¹ Discente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

² Docente Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, FAA, Fundação Educacional Dom André Arcoverde

Os problemas relacionados à qualidade do leite incluem riscos para a saúde pública e prejuízos para a indústria do setor lácteo, pois diminuem o rendimento e tempo de prateleira dos produtos. O objetivo deste trabalho foi monitorar a Contagem Bacterina Total (CBT) e a Contagem de Células Somáticas de 85 propriedades produtoras de leite do município de Volta Grande-MG pertencente à Região da Zona da Mata Mineira no período de fevereiro de 2013 a janeiro 2014. Foram realizadas coletas mensais nas propriedades de acordo com a rotina do caminhoneiro e dentro dos padrões da IN62, sendo as análises realizadas no na Embrapa Gado de Leite. A média para CBT não atendeu os padrões estabelecidos pela legislação, sendo que mais da metade passaram o mínimo estabelecido (51,8 %), indicando a falta de higienização de equipamentos e também do tempo e temperatura de resfriamento. Nos meses de altas temperaturas e umidade também foram observados valores superiores do que nos meses do inverno. Os resultados para CCS mostram que 76,5 % das propriedades se encontram em conformidade com a IN62, indicando baixa incidência de mastites. Outro dado observado foi que a CCS nos seis meses com maiores temperaturas e índices pluviométricos a média foi de 580.934 cél/ml, bem superior à encontrada nos meses com temperatura e umidade mais baixas que foi no valor médio de 425.900 cél/ml, indicando aumento de infecção na glândula mamária em condições climáticas adversas, com aumento de matéria orgânica e barro nos ambientes em que esses animais ficam, facilitando a entrada de microrganismos, e também pelo stress calórico com consequente redução da imunidade dos animais. Os valores médios de CCS e CBT encontrados no período avaliado foram de 503.418 cel/ml e 1.033.143UFC/ml, respectivamente. Diante dos resultados obtidos no presente estudo, pode-se concluir que, a média de CBT no período estudado não atendeu em sua maioria os padrões determinados pela IN62, exigindo assim adoção de práticas corretas como higienização de equipamentos e resfriamento do leite em tempo e temperatura adequados. Ainda foram observados maiores valores para CBT nos meses mais quentes e com maiores índices pluviométricos. Já em relação à CCS a média no período estudado atendeu o valor estabelecido pela IN62 em mais de 76 % das propriedades. Também foi observado que a CSS nos meses mais quentes e úmidos os valores foram maiores, indicando aumento de mastites nesse período do ano.

Palavras-chave: Qualidade do leite. Contagem bacteriana. Células somáticas.

**PREVALÊNCIA DE HELMINTOS GASTRINTESTINAIS DE EQUINOS DE
TRAÇÃO DA CIDADE DE VALENÇA RJ, ATENDIDOS PELO PROJETO
CARROCEIRO DURANTE O PERÍODO DE JULHO A SETEMBRO DE
2014**

ESPÍNDOLA, G. F.¹; SILVA T¹; FOLLY, A. C. ¹; HENRIQUES, M.²; BATISTA, L.
C. S. O²

¹Discente do Curso de Medicina Veterinária, FAA

²Docente do Curso de Medicina Veterinária, FAA

RESUMO

Cavalo de tração é o equino com marcante capacidade de puxar cargas pesadas. Desde a domesticação, os equídeos de tração são considerados indispensáveis e são utilizados para diversos trabalhos, geralmente exigidos acima de seus limites naturais. Estima-se que existam em torno de 300 milhões de animais de tração, utilizados por dois bilhões de pessoas, em cerca de 30 países, onde a maioria dos carroceiros não possui o conhecimento técnico necessário para cuidar adequadamente destes animais, comprometendo-lhes a saúde e bem. Os equinos continuam sendo bastante acometidos por parasitas, os quais causam diversos sinais e doenças. Os endoparasitas, encontrados nos diversos sistemas pelos diferentes ciclos migratórios, resultam em variadas enfermidades que podem prejudicar o rendimento dos cavalos de carroceiros. Neste sentido, o controle de endoparasitas é fundamental, pois em todo o mundo, o equino é hospedeiro habitual de uma ampla gama de parasitos, principalmente se a infecção for assintomática. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi avaliar a prevalência de helmintos gastrintestinais de cavalos de carroça da cidade de Valença RJ, atendidos pelo Projeto Carroceiro durante o período de julho a novembro de 2014, com vista a contribuir com o controle parasitário e melhor desempenho desses animais. Vinte e dois animais

atendidos no período de julho à setembro de 2014 foram identificados através de registro em fichas individuais e submetidos à exame clínico completo a fim de se identificar alterações clínicas que pudessem comprometer sua integridade física, e coleta de fezes para realização de exame coproparasitológico. As amostras foram processadas no Laboratório de Parasitologia da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, objetivando avaliação quantitativa através de contagem de ovos por grama de fezes (OPG), segundo técnica de Mc Master modificada e qualitativa pelas técnicas de centrífugo-flutuação simples e centrífugo-flutuação modificada. Todas as técnicas utilizando solução saturada de açúcar. Foram avaliados 22 animais, sendo 10 fêmeas (45,4%) e 12 machos (54,5%), com idade entre cinco e 20 anos. Da população de cavalos analisados, apenas dois (9%) animais apresentaram-se livre de parasitoses e 20 (91%) estavam com OPG positivo. Na avaliação qualitativa, os animais foram classificados em positivos e negativos. Em ambas as técnicas qualitativas, foram encontrados ovos da superfamília Strongyloidea em 20 animais, sendo que em três desses animais foram encontrados ovos de *Oxyuris equi*. Não foram encontrados cestoides utilizando-se a técnica de Martins et al. (2003). Na avaliação quantitativa, pela técnica de Mc Master modificada, foram encontrados apenas ovos da superfamília Strongyloidea, onde três animais apresentaram OPG abaixo de 300, 11 entre 300 e 1000, e seis superior a 1000. Observando-se os dados encontrados, há necessidade de mais atividades que promovam a conscientização da população de carroceiros, no intuito de melhorar o desempenho e qualidade de trabalho dos equinos de tração, buscando um animal com boas condições sanitárias, controlando a elevada incidência de infecções parasitárias presente nos cavalos de tração do município de Valença-RJ.

Palavras-chave: Tração. Infecção. Conscientização.

ENFERMAGEM

DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA: O DIREITO DA MULHER A MAMOGRAFIA

*BRAZ, Márcia Ribeiro
FARIAS, Flávia Fulgencio;
OLIVEIRA, Ana Gabriella Bastos;*

Introdução: A principal causa de morte por câncer em mulheres brasileiras se deve ao câncer de mama. A mamografia é o melhor método de detecção precoce trata-se de um procedimento diagnóstico que permite identificar alterações ou sinais de malignidade nas mamas, antes de tornar-se uma lesão palpável. No Brasil, na busca da padronização dos laudos mamográficos, foi adotado como consenso o modelo BI-RADS™ (Breast Imaging Reporting and Data System), visando principalmente a uma orientação à conduta a ser tomada de acordo com achados mamográficos. Para mulheres de 50 a 69 anos o Ministério da Saúde indica ECM e mamografia de rastreamento e a cada dois anos, sem necessidade de pedido médico e sem apresentação de sintomas ou histórico de câncer na família. Porém, dados do Atlas da Mortalidade por Câncer apontam que, em 2011, considerando a faixa etária entre 40 e 49 anos, 8.844 mulheres morreram de câncer de mama. Ao refletirmos sobre o câncer de mama reportamo-nos a população feminina residente na cidade de Valença, município localizado na região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Temos neste município, 37.393 mulheres e, destas 2.807 estão entre 40 e 49 anos de idade. Diante do exposto surge a seguinte questão: quantas mulheres valencianas que estão fora da faixa etária de risco preconizada pelo MS, apresentam apresentam BI-RADS™ sugestivos de câncer de mama? **Objetivos:** Apontar o número de mamografias com BI-RADS™ sugestivos de câncer de mama, de mulheres Valencianas que estão fora da faixa etária de risco e, suscitar a discussão na atenção básica deste município, acerca desta problemática. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Valença (CAAE 34165114.2.0000.5246). **Metodologia:** Foi realizado um estudo retrospectivo, no período de janeiro de 2009 a agosto de 2014, que selecionou 75 laudos mamográficos que seguiram a padronização BI-RADS™. Foram selecionados os laudos que identificavam as classes 4 (suspeito), 5 (altamente suspeito) e 6 (achados mamográficos já biopsiados cujo diagnóstico anátomo-patológico é de câncer de mama).

Resultados parciais: Os resultados obtidos até o momento estão sumarizados na Tabela 1.

Dos 75 (setenta e cinco) exames mamográficos selecionados, 62 (sessenta e dois) foram classificados como BI-RADS™ 4; 11 (onze) como BI-RADS™ 5 e 2 (dois) como BI-RADS™ 6. Dos 62 exames classificados como BI-RADS™ 4, 30 (trinta) eram de pacientes que estavam fora da faixa etária preconizada pelo MS para a realização da mamografia, portanto um percentual de 48,4 % (quarenta e oito vírgula quatro por cento). Esta situação também é observada nos exames que foram classificados como BI-RADS™ 5 onde em 6 (seis) exames, portanto 54,5 % (cinquenta e quatro vírgula cinco por cento), os pacientes estavam fora da faixa etária preconizada pelo MS. Bem como, nos exames classificados como BI-RADS™ 6, 1 (um) representando 50% do total, pertencia a paciente fora da

faixa etária preconizada. **Conclusão parcial:** Observa-se com os dados apresentados que as mulheres entre 40 e 49 anos estão tendo o mesmo risco de desenvolver o câncer de mama de acordo com a classificação BI-RADS. O grande problema de priorizar as mulheres mais velhas é que isto diminui as chances de um diagnóstico precoce de câncer de mama. Priorizar somente mulheres a partir de 50 anos é retroceder na saúde da mulher.

Palavras-Chave: Câncer de mama; Rastreamento; Faixa etária; Mamografia

CONTAMINAÇÃO DE TELEFONES CELULARES DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

BRAZ, Márcia Ribeiro
CARAVALHO, Elisabeth Valente
REIS, Luiz Eduardo dos
SILVA, Wagner

Introdução: Este estudo trata da contaminação de telefones celulares da equipe multiprofissional atua em Unidade de Terapia Intensiva. A superfície dos celulares proporciona um ambiente propício para o crescimento de diversas espécies microbianas que proliferam a partir de resíduos e substâncias graxas das mãos. Observou-se durante o estágio curricular em Terapia Intensiva, o uso indiscriminado de celulares pela equipe multiprofissional de uma UTI. O *Staphylococcus aureus* resistente à metilicilina (MRSA) é um dos microrganismos frequentemente isolados e associados ao ambiente hospitalar e, está presente na microbiota transitória das mãos dos profissionais de saúde e em superfícies do ambiente hospitalar, sugerindo a contaminação cruzada. Este estudo tem por **objetivos** determinar se há contaminação bacteriana por MRSA nos telefones celulares da equipe multiprofissional da UTI do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi (HELGI) e identificar se estes profissionais realizam algum tipo de desinfecção em seus aparelhos após contato com os pacientes da UTI. **Metodologia:** estudo de campo, prospectivo, descritivo-exploratório e de abordagem quantitativa. O local da pesquisa foi a UTI de adulto do HELGI, com seis leitos destinados de cuidados intensivos. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Valença e, autorizado através do CAAE 34123514.4.0000.5246. A população do estudo foi composta por todos os membros da equipe que prestam atendimento direto aos pacientes desta unidade. Foram coletadas amostras da superfície dos celulares com *Swab* estéril e colocado em um tubo estéril, devidamente identificado contendo meio de conservação BHI e, levado ao laboratório de microbiologia onde foram incubados a 35°C por 24 horas. Na sequência foi realizada a identificação morfológica (Gram), bem como os testes de catalase e coagulase. As placas foram incubadas em estufa bacteriológica à 37,5°C por 24 a 48 horas e posteriormente avaliadas se houve crescimento bacteriano. As amostras foram submetidas à identificação, utilizando-se Gram, meio com oxacilina e outros

testes de identificação tais como: manitol, coagulase e catalase. Após o isolamento as amostras serão estocadas em meio de conservação de BHI com 10% glicerol. Foi passado um questionário semiestruturado aos participantes do estudo perguntando se eles realizavam algum tipo de desinfecção de seu aparelho celular após contato com pacientes da UTI. E, se realizavam, como o faziam? **Resultados parciais:** A análise parcial deste estudo inclui 14 amostras microbiológicas coletadas da superfície de aparelhos celulares de profissionais que atuam na Unidade de Terapia Intensiva do HELG, bem como, de acadêmicos de enfermagem e de medicina, do CESVA. Destaca-se a contaminação bacteriana observada em 100% (14) dos aparelhos celulares analisados, com formação de colônias bacterianas Gran +. Destes, 71,5% (10) são resistentes à metilicina caracterizando um forte índice de colonização por *Staphylococcus aureus* (MRSA) e 28,5% (04) *Staphylococcus spp* apresentaram sensibilidade a esta droga. Vale ressaltar que todos os aparelhos celulares analisados até momento são com tela de *Touch Screen*. Apenas 14,3% (2) técnicas de enfermagem disseram realizar a desinfecção na saída de cada plantão, utilizando álcool a 70%. Entretanto essa desinfecção não demonstrou ser eficaz, já que foi encontrado um alto nível de contaminação por MRSA no celular destas duas profissionais que disseram realizar a desinfecção. O que pode sugerir um provável erro na técnica de desinfecção, na frequência de limpeza ou os dois fatos associados. Destaca-se que 85,7% (12) dos entrevistados afirmaram não realizar nenhum tipo de higienização em seus aparelhos. **Conclusão:** Nesta análise parciais dos dados, podemos concluir que os dados geraram um impacto positivo na comunidade da UTI, suscitando discussões em ambientes hospitalares e de ensino.

Palavras chave: Contaminação; *Staphylococcus aureus*; Telefone celular; Terapia Intensiva

CUIDADOS PALIATIVOS: PERSPECTIVAS DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

OLIVEIRA, Ana Lina de; CORRÊA, Fernanda Ferreira; BELARMINO, Patrícia Cristina. BRAZ. Márcia Ribeiro. CAVALCANTI, Paula Cristina da Silva.

A equipe de enfermagem é responsável pelo cuidado integral ao paciente, geralmente, somos os primeiros a lidar e “sentir” a morte do paciente. Quando a morte se faz presente, pode causar tristeza, sentimento de perda, frustração e estresse. Diante do exposto tivemos como objeto estudar a assistência de enfermagem no cuidado paliativo. E como objetivos: Conhecer o entendimento da equipe de enfermagem sobre cuidados paliativos; identificar como a equipe de enfermagem lida com o morrer e a morte do paciente; evidenciar os fatores que podem prejudicar a assistência de enfermagem; discutir se as emoções emanadas pela equipe de enfermagem diante do morrer e morte produz impacto

na assistência de enfermagem. Para compreender os sentimentos vivenciados pela equipe de enfermagem utilizaremos o *referencial* teórico de *Kübler-Ross (1998)* que descreve as respostas emocionais ao lidar com a perda, o luto e a tragédia. Os estágios são: negação, raiva, barganha, depressão, e a aceitação. O projeto de pesquisa foi submetido à análise e aprovação para avaliação dos critérios éticos da Faculdade de Medicina de Valença/ Fundação Educacional dom André Arcoverde, com aprovação em 16 de julho de 2014 (34125014.2.0000.5246). Estudo descritivo, exploratória de abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada na clinica medica do *Hospital Escola Luiz Giosef Jannuzzi* localizado em Valença/ RJ. Os sujeitos foram a equipe de enfermagem. A coleta de dados foi no período de 01 a 12 de setembro através da entrevista semi estruturada, feito gravações em MP3 e posteriormente transcrição na íntegra. Realizamos análise de conteúdo de Bardin (2002), através de três etapas: pré-análise, exploração de conteúdo e tratamento dos resultados. Encontramos três categorias: 1-Conforto; 2- sentimentos; 3- Sobrecarga. Na categoria 1- conforto, observamos que a maioria dos entrevistados tem conhecimento sobre cuidados paliativos, e alguns deles deixam de realizá-los devido, principalmente, à sobrecarga de trabalho, e uma minoria desconhecem o que seja cuidados paliativos. Na categoria 2- Sentimentos, identificamos que a equipe passa por algumas das fases apontadas por Ross (1998), sendo a mais comum, a negação, a depressão e a aceitação. A equipe descreve sentimentos de tristeza, impotência e inutilidade, relata dar o máximo de si e não adiantar, que promove a melhor assistência e que a doença vem e não tem jeito, sendo muito difícil se conformar com a perda. Na categoria 3- sobrecarga, observamos a importância do trabalho em equipe e do companheirismo e que o trabalho em mais de um emprego, o número de funcionários ineficiente e desvio de função também compõem essa categoria. Concluímos que é necessário que a equipe de enfermagem esteja preparada para lidar com o paciente no processo de morrer e morte, e talvez para isso seja necessário criar um ambiente com apoio emocional ou psicológico, dentro do ambiente de trabalho ou fora, como por exemplo, articular atendimento e acompanhamento na Rede de Atenção Psicossocial do Município. Esse suporte irá ajudar a equipe a enfrentar, de forma positiva o processo cuidado e finitude da vida. Mostrar as maiores fragilidades encontradas na equipe de enfermagem pode facilitar a conscientização desta e, fazer com que estes profissionais possam buscar ajuda para enfrentar o processo de morrer e morte com menos sofrimento e sabe como melhor lidar com o luto. Aceitar as próprias dificuldades ajuda a enfrentar melhor determinado problema, uma vez que assim torna-se possível buscar determinadas soluções.

Palavras-Chave: Enfermagem; Sentimentos, Morte.

HEMOTERAPIA: UM DESAFIO NO COTIDIANO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM

AMARAL, Júlio Henrique da Silva, BRAZ, Márcia Ribeiro, NUNES, Robson Luiz da Silva, RODRIGUES, Lília Marques Simões

Introdução:A hemoterapia é uma recente especialidade da ciência de laboratório, da área da saúde. Se considerarmos que os grupos sanguíneos

foram descobertos há cerca de 80 anos atrás, e alguns deles foram identificados, apenas, nos últimos 30 anos. Como profissional de saúde no serviço de hemoterapia, o enfermeiro avalia e orienta o doador de sangue durante a triagem, presta assistência e supervisiona as possíveis variações durante a doação, além de orientar na entrega de resultados de exames sorológicos, elabora a prescrição de enfermagem necessária nas etapas do processo hemoterápico, avalia e realiza a evolução do doador e do receptor com a equipe multiprofissional, também executa e/ou supervisiona a administração e monitoração da infusão de hemocomponentes e hemoderivados, identifica possíveis reações adversas, registra informações e dados estatísticos apropriadas ao doador e receptor, participa de programas de captação de doadores, além de desenvolver e participar de pesquisas relacionadas à hemoterapia e à hematologia. **Objetivo:** Identificar o conhecimento da equipe de enfermagem sobre hemotransfusão e descrever os principais cuidados durante a prática da hemotransfusão. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem de natureza quantitativa. O estudo está sendo desenvolvido por meio de trabalho de campo no período de agosto de 2014, tendo por instrumento de geração de dados questionários com questões semi estruturadas. A população do estudo é composta pela equipe de enfermagem do Hospital Luiz Gioseffi Jannuzzi do Município de Valença; composta por 17 enfermeiros e 51 técnicos de enfermagem, que trabalham no plantão diurno e noturno, distribuídos nos setores de clínica médica, cirúrgica, pronto socorro e unidade de terapia intensiva de adultos e centro cirúrgico, até a presente data foram respondidos por 07 enfermeiros. A análise das questões fechadas está sendo realizada através de estatística por frequência e as questões abertas discutidas sob a luz da literatura pertinente. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Valença – CEP-FMV, recebendo o CAAE 35283314.8.0000.5246. **Resultados:** Resultados parciais da caracterização da amostra constituída: Dos 7 enfermeiros que responderam ao questionário até o momento, eis os resultados colhidos: Em relação ao gênero: 57% são do sexo feminino e 43% são do sexo masculino. Quanto à idade 57% têm de 20 a 30 anos, 29% têm de 31 a 40 anos e 14% têm de 41 a 50 anos. Atuação como enfermeiro: 43% atuam 02 anos, 29% atuam 03 anos e 14% atuam 06 anos. Nos resultados parciais das questões específicas no que tange aos cuidados pré-transfusionais 57% dos informantes sabem identificar pelo menos um cuidado de enfermagem pré-transfusional. E, 100% sabem identificar uma reação transfusional. No que diz respeito a atuar mediante a uma reação transfusional, 57% dos informantes disseram saber em como atuar nesta situação. Todos, 100% reconhecem que o tempo máximo para uma transfusão de concentrado de hemácias. 85% identificam de iniciar uma transfusão de concentrado de hemácias após retirado da geladeira. **Conclusão:** Concluímos com os resultados parciais do estudo que os sujeitos dispõem de algum conhecimento. Entretanto, não é o suficiente e faz-se necessário um processo educativo permanente de forma organizada e sistematizada para que

este profissional possa atuar de maneira segura, prestando um cuidado que vise o bem estar do cliente durante a prática de hemoterapia.

Palavras-Chave: Hemoterapia; Conhecimento; Cuidados de Enfermagem.

ASPIRAÇÃO DE VIA AÉREA ARTIFICIAL: UMA CONTRIBUIÇÃO DA ENFERMAGEM

BRAZ, Márcia Braz, MEDEIROS, Jackeline de Castro, RODRIGUES, Lilia Marques Simões Rodrigues

Introdução: A Ventilação Mecânica (VM) não é um método curativo e sim preventivo onde oferece suporte ventilatório para pacientes com insuficiência respiratória aguda ou crônica agudizada. Ela pode ser invasiva ou não, nas duas situações o suporte ventilatório artificial é feito com pressão positiva nas vias aéreas, quando falamos de invasiva quer dizer que introduzido um tubo orotraqueal ou cânula de traqueostomia na traqueia por onde é conduzido todo o processo. O não invasiva utiliza uma máscara que faz a interface entre o paciente e o suporte ventilatório. A presença do tubo artificial (cânula de intubação) impede que o paciente faça o mecanismo normal de limpeza das vias aéreas ao tossir, de forma que a tosse é conhecida como um reflexo natural do corpo para eliminar qualquer irritação pulmonar, com isso acontece o acúmulo de secreções, o que contribui para evolução de uma pneumonia, é necessária aspiração dessas secreções para que assim diminua o risco de infecções e a via aérea permaneça permeável o que permite uma melhor oxigenação. No entanto, essa aspiração não é isento de riscos, expondo os pacientes a sérias complicações, como: arritmias, laringoespasmos, traumatismos da mucosa traqueal, microatelectasias, hipoxemia, insaturação do oxigênio, bradicardias, hipertensão arterial, aumentos de pressão intracraniana, infecções, ansiedade, alterações na pressão parcial de gás carbônico, cianose, broncoconstricção e parada cardíaca. Apesar de haver evidências científicas para a realização segura e eficaz da aspiração endotraqueal, muitas dessas recomendações não têm sido observadas na prática clínica dos enfermeiros, sobretudo devido ao baixo conhecimento sobre esse procedimento. **Objetivos:** Identificar o conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre a técnica de aspiração de pacientes em VM por sistema aberto; Discutir a técnica da aspiração endotraqueal por sistema aberto em pacientes com VM executados pelos profissionais de enfermagem; Analisar o impacto do cuidado de enfermagem realizado no paciente em VM. O projeto de pesquisa foi submetido à análise e aprovação para avaliação dos critérios éticos, e um Protocolo foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ensino Superior de Valença, com CAAE 34159714.3.0000.5246, sob o parecer N° 764.844. **Metodologia:** Foram incluídos nessa pesquisa 11 profissionais da área da enfermagem, sendo eles 09 técnicos de enfermagem e 2 enfermeiros, atuantes no CTI do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi situado no município de Valença, no estado do Rio de Janeiro. Os resultados foram obtidos a partir de uma observação estruturada não participante, nos plantões noturnos e diurnos do dia 29 de agosto a 10 de setembro, totalizando 24h de observação. **Resultados:** Foi observado que 100% das aspirações endotraqueais foram

realizadas por técnicos de enfermagem. 100% utilizam EPIs, luva estéril para aspiração do TOT, cateter de calibre adequado, cateter estéril, ambú estéril, fazem lavagem do sistema com ABD ou SF após o final da aspiração e anotam no prontuário as características da secreção; 100% não seguem a sequência boca, nariz e TOT, não fazem a troca de sonda após aspiração da e do nariz, ultrapassam 15 segundos, não utilizam soro fisiológico para fluidificar as secreções, não dobra a FiO2 ou regula a 100%. 88% não interrompem a dieta e não utilizam gaze estéril para limpar as secreções do cateter; 72% não explicam o procedimento ao paciente e não conectam o ventilador mecânico nos intervalos de aspirações; 64% dos pesquisados não utilizaram a técnica de lavagem das mãos antes do procedimento e não protegem corretamente a ponta do sistema após aspiração; 36% não realizam a lavagem das mãos após a realização do procedimento. **Conclusões:** A partir dos resultados das pesquisas percebemos que as medidas preventivas da pneumonia associada a ventilação mecânica no que diz respeito a aspiração endotraqueal encontra-se insatisfatória, mostrando que de todos os itens avaliados, 60% não são feitos corretamente e que 100% das aspirações foram realizadas por técnicos de enfermagem, não sendo este habilitado para tal procedimento. Conclui-se a necessidade de educação permanente junto aos enfermeiros, para que estes reconheçam o procedimento como uma competência e habilidade de sua responsabilidade, contribuindo assim, para menores índices de desenvolvimento da PAVM e prestando uma melhor assistência a esses pacientes.

Palavras-Chave: aspiração endotraqueal; pneumonia; ventilação mecânica; enfermagem.

A LEGITIMIDADE DE INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA DISCRICINARIEDADE DO PODER EXECUTIVO NO DIREITO SOCIAL À SAÚDE E SUA NECESSÁRIA MANIFESTAÇÃO QUANTO A QUESTÕES DE RECONHECIDA REPERCUSSÃO GERAL COMO MEIO DE PROVER A SEGURANÇA JURÍDICA.

Thalissa Corrêa de Oliveira

Palavras-chave: Judiciário, Políticas Públicas, Legitimidade, Saúde.

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA, que tem como linhas de pesquisa os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Com este trabalho se pretende estudar a respeito da legitimidade da intervenção do Poder Judiciário na promoção de políticas públicas, no que tange ao Direito Social à Saúde e sua manifestação quanto a algumas questões de repercussão geral relacionadas ao tema. Nesta linha de pesquisa, serão adotados diversos autores, dentre eles Gilmar Ferreira Mendes, Luís Roberto Barroso e Celso de Mello, que têm como objeto de seu estudo o Direito Constitucional Brasileiro. Sendo assim, o presente estudo tem os seguintes objetivos: a) Resgatar fundamentos históricos e jurídicos, que conduziram à separação das funções estatais e ao exercício das funções que lhes foram atribuídas; b) Traçar um panorama referente ao modelo de Estado social, sedimentado na Constituição Federal de 1988; c) Expor as razões que tornam exigível a intervenção judicial

na promoção de políticas públicas, com foco nos Princípios da dignidade da Pessoa Humana, do Mínimo Existencial, da Isonomia, da Máxima Eficácia das Normas Constitucionais, da Proporcionalidade, da Inafastabilidade do Poder Judiciário, da Supremacia do Interesse Público e do Acesso ao Judiciário; d) Coletar e apresentar o entendimento Jurisprudencial dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal a respeito da intervenção judicial na promoção de políticas públicas, como meio de aplicação da Constituição, e não como ingerência na discricionariedade do Executivo; e) Exposição de questões de reconhecida repercussão geral, sobre a promoção do direito à saúde, a serem decididas pelo Supremo Tribunal Federal, quais sejam: 1) O dever do Estado no fornecimento de medicamento de alto custo ao portador de doença grave, que não possui condições financeiras de arcar com as despesas; 2) o debate sobre a obrigação do Estado em fornecer medicamentos não registrados na ANVISA, como no caso de medicamentos importados; e 3) A possibilidade jurídica de bloqueio de verba pública para garantia de direito ao fornecimento de medicamentos. A metodologia desta pesquisa envolve, essencialmente, um estudo bibliográfico de autores do campo do Direito Constitucional Brasileiro, além de documentos legislativos e de precedentes judiciais do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. A realização desta pesquisa viabilizou a percepção da ausência de consenso doutrinário e jurisprudencial sobre os limites da intervenção jurisdicional na realização de políticas públicas, havendo quem a entenda como legítima, como condição para provimento do mínimo existencial; por outro lado, com fundamento na reserva do possível, há quem sustente que o ativismo jurisdicional estaria a comprometer o princípio da independência e harmonia entre as agências executiva e judiciária. No entanto, a sindicabilidade judicial do princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à saúde, evidenciando um número crescente de demandas judiciais reivindicando o fornecimento de medicamentos e a realização procedimentos médicos pelo Sistema Único de Saúde, nos fez concluir que intervenção do Poder Judiciário, como meio de suprir as omissões do Poder Executivo em promover políticas públicas exigidas pela Constituição Federal de 1988, é legítima e necessária.

ABANDONO AFETIVO NA VISÃO DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

AGUINALDO GUEDES

Palavras-chave: abandono, criança, afeto, direito, negligência.

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença - CESVA / FAA, que tem como linhas de pesquisa os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Este trabalho de pesquisa visa analisar o teor dos direitos da criança negligenciada pelos pais e as consequências jurídicas de um fenômeno recorrente nas sociedades contemporâneas e, em particular, na sociedade brasileira: o abandono afetivo. Ainda que dotado de repercussão jurídica recente em nossa sociedade, sobretudo em razão da consagração do princípio da dignidade da pessoa humana, como princípio matriz da ordem constitucional brasileira, a

prática do abandono afetivo tem origem bastante remota, presente na História da humanidade desde a antiguidade, quando o abandono de um filho, pelo simples fato de não ser desejado pelos pais, o tornava escravo ou entregue à mendicância. As sociedades contemporâneas, apesar de todas as conquistas jurídicas advindas da consagração dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, ainda convivem com esta chaga que, entre tantos outros males, traduz uma violação ao direito ao afeto, algo essencial à formação da personalidade humana e reconhecido por nossos Tribunais como direito fundamental da criança. A proteção jurisdicional pressupõe, portanto, que o ser humano existe e se desenvolve a partir de condições imateriais, sendo o afeto, que é o sentimento de acolhimento por aqueles que são responsáveis por sua existência, um elemento essencial ao bem estar do indivíduo. Nesta linha de pesquisa, são adotados os seguintes autores: Aline Biasuz Suarez Karow, César Coll e Moacir César Pena Junior, que têm como objeto de seu estudo o Direito Civil, com ênfase na temática no abandono afetivo. O presente estudo adotou os seguintes objetivos: a) Analisar os fundamentos sociológicos do abandono afetivo; b) Demonstrar as consequências jurídicas e psicológicas do abandono afetivo; c) Conscientizar os pais acerca de sua responsabilidade no desenvolvimento da criança. d) Coletar jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre o tema abandono afetivo. A metodologia de pesquisa envolveu, essencialmente, o estudo bibliográfico de autores do campo do Direito e da psicologia, além de precedentes judiciais emblemáticos, colhidos dos Tribunais de Justiça dos Estados, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Após os estudos doutrinários e jurisprudenciais mencionados, foi possível concluir que a consagração de um sistema de direitos e de garantias no plano normativo-constitucional tem despertado a consciência e a busca da tutela jurisdicional do direito ao afeto, como um elemento essencial ao desenvolvimento do ser humano. Uma criança necessita de proteções que vão muito além do suprimento de suas necessidades materiais, neste sentido, podemos concluir que abandonar afetivamente uma criança resulta em implicações psicológicas e jurídicas, notadamente nas esferas cível e penal, sendo uma exigência que o Estado Brasileiro atue na promoção da proteção integral da criança, através de órgãos como o Ministério Público e o Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS

COLL, César, Desenvolvimento psicológico e educação, 2ª Ed. Artmed, 2004
KAROW, Aline Biasuz Suarez, Abandono Afetivo, Valorização Jurídica do afeto nas relações paterno-filiais, Ed. Jurupa, 2012
PENA JUNIOR, Direito das pessoas e das famílias: Doutrina e Jurisprudência. São Paulo. Saraiva, 2008.

O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O JULGAMENTO DE CRIMES CONTRA A HUMANIDADE PRATICADOS DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

FABIO SOARES RAMOS

A temática da evolução da proteção aos direitos humanos no âmbito do sistema interamericano e suas implicações sobre a jurisdição pátria, acerca da violação dos direitos humanos durante o regime militar brasileiro, encontra-se inserida no contexto da realização de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Direito de Valença – CESVA/FAA, visando à obtenção do grau de Bacharel em Direito. Este trabalho teve como objetivo estudar as conquistas do sistema internacional de proteção de Direitos Humanos, em particular, no âmbito do continente americano. O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos é um sistema regional, responsável pela promoção dos Direitos Humanos nas Américas, sendo o seu resguardo, na esfera regional, uma garantia de maior eficácia da jurisdição internacional, tornando-se cada vez mais importante na proteção contra as arbitrariedades do exercício abusivo do poder, no âmbito dos Países que integram as Américas e o Caribe, não obstante, no caso do Brasil, no julgamento da ADPF No. 153, o Supremo Tribunal Federal tenha manifestado entendimento no sentido de que os delitos praticados pelos agentes do regime militar encontram-se imunes à incidência de norma penal, em razão da recepção da Lei No. 6.683/79 – Lei da Anistia. Portanto, nesta linha de pesquisa, para o estudo do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos e de suas implicações no caso da ditadura militar brasileira, foram adotadas, como marco teórico, as obras de Flávia Piovesan, Antônio Augusto Cançado Trindade, Luís Flávio Gomes e Janaína Teles. Portanto, o presente trabalho de pesquisa adotou os seguintes objetivos: a) Resgatar os fundamentos históricos dos organismos de proteção de Direitos Humanos, com foco no sistema Interamericano, destacando sua importância para prevenção do abuso de poder por parte dos Estados-membros; b) Analisar o princípio da irretroatividade da lei penal e a questão da responsabilização dos agentes estatais pelos crimes de lesa humanidade cometidos no período da ditadura militar no Brasil; c) Traçar um cotejamento entre as posições da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Supremo Tribunal Federal acerca do caso da “Guerrilha do Araguaia”, com ênfase na questão do julgamento da ADPF nº 153. Em consequência, através da realização desta pesquisa, traduziu um avanço sensível no sentido da consolidação dos direitos humanos, no plano internacional, ainda que no caso brasileiro, a par do entendimento da Corte Interamericana privilegiar o estabelecimento de mecanismos de investigação e de sancionamento de agentes estatais que tomaram parte do regime, sua responsabilização esteja pendente, em razão do efeito vinculante da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF No. 153.

Palavras-chaves: Direitos Humanos, Evolução, Proteção, Sistema Interamericano

CONSTITUCIONALISMO ÀS AVESSAS: UMA VISITA AO PERÍODO IMPERIAL BRASILEIRO

Palavras-Chave: Constitucionalismo Imperial Brasileiro, Constituição Imperial de 1824, Poder Moderador, Benjamin Constant.

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA/ FAA, que tem como linhas de pesquisa os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. A análise apresentada tem por objetivo esclarecer o contexto em que nasce, ainda sob os desígnios políticos do Império Português, a primeira Constituição do Brasil, denominada CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824), assim como, avaliar como o conceito de cidadania foi construído durante o período imperial. O período histórico não é nada acalentador, visto que a expansão napoleônica avança e as principais revoluções já haviam servido de berço para as Constituições vigentes. Em contrapartida, o Constitucionalismo do Brasil Império apresentou uma organização institucional bastante controvertida, sobretudo quando comparada o desenvolvimento do Constitucionalismo europeu nos Séculos XVII e XVIII. Em verdade, ainda que a declaração de independência tivesse ocorrido dois anos antes, o Brasil ainda encontrava-se bastante atrelado aos desígnios do Império Português. Nesse contexto, o Imperador D. Pedro I percebe, no constitucionalismo, um exitoso mecanismo de segurança contrarrevolucionário, um poderoso instrumento para a manutenção do poder. Assim, em 1824, mesmo após a convocação dos trabalhos da Assembleia Constituinte (1823), o Imperador outorga a primeira Constituição do Brasil. As peculiaridades do constitucionalismo Brasileiro do século XIX manifestam franca oposição ao modelo amplamente chancelado pelas Revoluções Liberais, na Europa e na América do Norte. A título de ilustração, citemos: a) o fato de termos na outorga constitucional o poder originário do nosso constitucionalismo; b) as demandas impulsionadoras da Constituição Imperial de 1824 não emergem da sociedade, e sim, do próprio Imperador e da sua necessidade de sedimentar um mecanismo seguro de manutenção do poder; c) a consagrada fórmula de tripartição dos poderes, (poder executivo, legislativo, judiciário), baseada na obra de Montesquieu, não ocorreu. Pois à Constituição de 1824 é inserido um quarto poder, denominado poder moderador, que marca profundamente o Constitucionalismo Imperial Brasileiro. Tal modelo se apresenta na obra “Princípios de Política aplicáveis a todos os Governos” do pensador francês Benjamin Constant, na qual se baseia o presente estudo, sobretudo por ter exercido grande influência sobre o modelo de governo de D. Pedro I. Surgem, então, questões fundamentais que a presente pesquisa pretende desvendar: a) Partindo da premissa que a fórmula de governo proposta por Benjamin Constant não fora adotada por nenhuma Constituição oriunda do liberalismo nascente, o que conduziu o Imperador D. Pedro I a se utilizar de suas construções teóricas? A instauração de uma monarquia constitucional, nos moldes europeus, seria uma solução natural para o Império. Sendo assim, porque a instalação de um Estado Liberal típico não se efetivou no Brasil? A demanda social, necessária à legitimação de um processo constitucional, jamais ocorreu. Portanto, a Constituição Imperial de 1824 seria, no dizer de Ferdinand Lassalle, uma mera folha de papel? Portanto, a análise aponta para a necessidade de reflexão acerca das particularidades que moveram nossas instituições políticas e

jurídicas, por ocasião da outorga de Constituição Imperial de 1824, assim como, sobre suas consequências para a formação do conceito de cidadania na época e no período subsequente.

A REVISÃO DA LEI DE ANISTIA, À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: UM DIREITO À VERDADE E À JUSTIÇA

LÍGIA SILVA DE SÁ

Palavras-chave: Lei de Anistia, Ditadura Militar, Direitos Humanos, Revisão, Verdade e Justiça.

A análise da aplicabilidade da Lei nº 6683/79 – Lei de Anistia – à luz dos princípios de Direito Internacional dos Direitos Humanos afirmados em âmbito internacional, encontra-se inserida no contexto da realização de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Direito de Valença – CESVA/FAA, visando a obtenção do grau de Bacharel em Direito. A pesquisa tem como objeto de seu estudo a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) No. 153, que declarou a recepção da Lei nº 6683/79 – Lei de Anistia, estendendo o benefício da imunidade penal aos agentes do regime de exceção estabelecido no País através de um Golpe de Estado, promovido contra o governo do Presidente João Goulart em 31 de março de 1964. Sendo assim, o presente estudo foi empreendido a partir dos seguintes objetivos: a) Demonstrar a incompatibilidade de lei de Anistia frente ao Direito Internacional de Direitos Humanos b) Apresentar o contexto histórico em que foi elaborada a Lei 6.683/79, seus atores e suas consequências sócio-jurídicas. c) Desmistificar o conceito de “acordo político”, utilizado também hoje pelo STF, que visa impedir a sua anulação da lei em estudo, d) Explicitar os argumentos utilizados pelo Supremo Tribunal Federal para alegar a improcedência da ADPF 153, e) Analisar os aspectos que conduziram a Corte a declarar a validade da lei da anistia; f) Confrontar a decisão do Supremo Tribunal Federal com aquela proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A metodologia envolve, essencialmente, um estudo bibliográfico de autores do campo dos Direitos Humanos e do Direito Penal, além de documentos legislativos e de decisões judiciais, precipuamente, a sentença Corte Interamericana de Direitos Humanos e o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 153. Ao final do presente trabalho percebeu-se que os argumentos elencados pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, que fundamentaram a declaração de improcedência da ADPF 153, ignoraram os acordos e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, bem como, denunciam a posição de parte da cúpula do Poder Judiciário brasileiro com interesses políticos que frustram a expectativa da sociedade brasileira em torno do desvendamento de sua própria História. No entanto, foi possível perceber que a evolução da sociedade brasileira, no sentido de busca uma justiça de transição, “doa a quem doer”, soa como compromisso com a democracia e com valores éticos inafastáveis.